Os Segredos de Virgínia:
Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

JANAÍNA DAMACENO GOMES

Os Segredos de Virgínia:
Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)

São Paulo

2013

JANAÍNA DAMACENO GOMES

Os Segredos de Virgínia:
Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Doutor em Antropologia Social.

**Orientador: Prof. Titular Kabengele
Munanga**

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G631s GOMES, Janaína Damaceno
Os Segredos de Virgínia: Estudos de Atitudes
Raciais em São Paulo (1945-1955) / Janaína Damaceno
GOMES ; orientador Kabengele MUNANGA. - São Paulo,
2013.
180 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração:
Antropologia Social.

1. RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS. 2. INTELECTUAIS. 3.
MULHERES. 4. ANTROPOLOGIA. 5. SOCIOLOGIA. I.
MUNANGA, Kabengele, orient. II. Título.

Nome: GOMES, Janaína Damaceno.

Título: **Os Segredos de Virgínia.** Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social para a obtenção do Título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

À Lu que ainda agora há pouco estava com a gente.
Ao Leleco e à minha irmã.
À Alanis, minha estrelinha!

Ao amor sincero do Victor, às amizades fiéis e aos pensamentos nômades.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram generosas comigo e com o meu trabalho nestes últimos anos. Fico acanhada de agradecê-las porque não sei bem se o resultado deste texto corresponde ao investimento amoroso que elas fizeram, mas espero que vocês consigam perdoar as minhas limitações. Nesse sentido, a primeira pessoa que gostaria de agradecer é o meu orientador Kabengele Munanga. Sempre paciente, generoso e firme e um exemplo de intelectual que não cansa. À primeira vez que vi Rosa Zingg, parecia que eu estava vendo a Virgínia em pessoa! Obrigada! À Ana Flávia Magalhães Pinto por dividir as alegrias e agruras da vida acadêmica e da vida, vida! Ana eu queria morar em Planaltina! Mário Medeiros foi um privilégio ter um interlocutor brilhante como você! Muito desta tese se deve aos seus apontamentos! Ao Prof. João Baptista Borges Pereira e seus lindos olhos e à Professora Maria Aparecida Bento pelos comentários durante a minha qualificação. Maria Helena Teperman e Ricardo Teperman. Sem vocês eu não descobriria Bicudo. Janaina Oliveira foi meu maior presente no Rio de Janeiro! Leandro Rosa e Ana Lúcia Lopes me deram algumas informações importantes. Kassandra Muniz sinto sua falta sempre!!! E a todos os amigos e estudantes da UFOP que me fizeram feliz em Mariana! Penha, você é o cara! e Ian pela acolhida. Seu Geraldo Bonadio foi lindo me mandando bibliografia sobre uma passagem da vida de Bento Bicudo, diretamente de Sorocaba! À turma que me adotou: Denise, Marina, Jacq e Diana! Aos colegas da minha turma de doutorado e do mestrado. Iracema, a cabocla. À galera da Cadernos de Campo. Mariana Geraldo Bonadio é difícil dizer o quanto me sinto realmente agradecida pela sua amizade! Você brilha! Carla Diegues e Rodrigo Estramanzo da Fundação escola Sociologia e Política pela oportunidade da pesquisa em seu arquivo. Maria Laura Viveiros de Castro pela oportunidade de pesquisa no Fundo Oracy Nogueira. Mariana, saudades da nossa sala e andanças por Mariana!!! Sandro! Carol e Will, amo vocês! Carol, eu não me esqueci do seu aniversário, só me distrai. Desculpa! Bel, você faz muita falta! Pelo número de cartões você viu que eu sempre me lembro de você! Celso, Ivanete, Soraya e Rose, sem vocês nada anda! Aos professores Andrea Ciacchi, Jorge Abrão, Laura Moutinho, Mario Eufrásio e Júlio Simões! Lourdinha e Odette, you rules! Seu Zezinho que alegra os nossos dias! À minha família, queria estar mais perto! Alex Ratts pelos comentários ao meu texto lá na UFOP! Ao Neab da UFOP! Fabi! Suely

Messeder, tem como não te amar? Fernandinha, meu coração não aguenta de orgulho de você! E quem brava até no nome? Maria Célia Virgolino, você me conquistou desde o primeiro dia!!! E eu sou difícil! Me orgulho da sua amizade! Fiz amigos na USP, gente que admiro, respeito e que fez dessa travessia algo muito especial em minha vida: Guilherme Aderaldo, como a gente enlouqueceu nesse lugar!!! Rosenilton Oliveira, parceiro para tudo!!!! Queria passar mais dias com você! Isabela Pereira, São Paulo não foi a mesma com você! Fábio, Ana Paula Silva que eu tenho o privilégio de ver também no Rio, Pedro Jaime, Túlio Custódio, Flávia Rios, Matheus Gato, Valéria vocês são a fina estirpe! Vocês ilumina(ra)m essa universidade! Esqueci de muitos com certeza!

Black is the color of my true love's hair: Victor Epifanio, passa o resto da vida comigo? Te amo!

Neusa Gusmão, tudo começou com você. Meu respeito e admiração, sempre!

Dez músicas para começar uma tese

- 1. Snows in April** (Prince)
- 2. What's Going On** (Marvin Gaye)
- 3. Space Oddity** (David Bowie)
- 4. Ain't no Mountain High Enough** (Marvin Gaye)
- 5. Sinnerman** (Nina Simone)
- 6. Standing In The Way Of Control** (Gossip)
- 7. Vida Loka II** (Racionais Mcs)
- 8. Sub-raça** (Câmbio Negro)
- 9. Ain't No Sunshine When She's Gone** (Bill Withers)
- 10. The Revolution Will Not Be Televised** (Gil Scott-Heron)

Não se deve tentar fixar o homem, pois o seu destino é ser solto.
Frantz Fanon

RESUMO

GOMES, J. D. **Os Segredos de Virgínia. Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955).** 2013. 166f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Entre 1945 e 1955, a socióloga, visitadora psiquiátrica e psicanalista negra Virgínia Leone Bicudo escreve dois trabalhos sobre relações raciais no Brasil: o primeiro é a tese *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (1945), sua dissertação de mestrado concluída na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Nela, a autora discute a importância da formação de associações negras, como a Frente Negra Brasileira, na mobilização contra os obstáculos para ascensão social dos negros. O segundo trabalho, publicado em 1955, é *Atitudes de Alunos de Grupos Escolares em Relação com a Cor dos seus Colegas*, resultado das suas pesquisas durante a realização do Projeto Unesco-Anhembi em São Paulo. Ao trabalhar as dimensões subjetivas do preconceito, ela se aproxima dos discursos de intelectuais negros como Frantz Fanon e Guerreiro Ramos. Nosso objetivo é analisar como os estudos de atitudes impactaram as pesquisas sobre relações raciais no Brasil durante o período em que Virgínia escreveu os seus trabalhos, bem como pensar nos processos de legitimação do intelectual negro na universidade.

Palavras-chave: Virgínia Bicudo; atitudes raciais; relações raciais; intelectuais negros; educação.

ABSTRACT

GOMES, J. D. **Secrets of Virgínia: Racial Attitudes in Sao Paulo.** 2013. 166f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The black sociologist and psychoanalyst Virginia Leone Bicudo wrote two works on race relations in Brazil. The first was *Study of racial attitudes of blacks and mulattos in São Paulo* (1945), - her thesis at Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). The author analyses the brazilian black associations, such as the Frente Negra Brasileira. The second study, published in 1955, *Attitudes of Students in School Groups in Relation to Color of their Colleagues*, results of her research during the Sao Paulo UNESCO-Anhembi Project. Her research about the subjective dimensions of racial prejudice approaches her of the discourses of black intellectuals like Frantz Fanon and Guerreiro Ramos. Our thesis intend to know how the studies of attitudes impacted research on race relations in Brazil during the period in which Virginia wrote their works, as well as thinking about the processes of legitimation of black intellectuals in the university.

Keywords: Virgínia Bicudo; racial attitudes; race relations; black women Intellectuals; education.

LISTA DE SIGLAS

DASP Departamento Administrativo do Serviço Público

ELSP Escola Livre de Sociologia e Política

FESP Fundação Escola de Sociologia e Política

NAACP National Association for the Advancement of Colored People

TEN Teatro do Negro Brasileiro

USP Universidade de São Paulo

VLB Virgínia Leone Bicudo

SUMÁRIO

Os Segredos de Virgínia

Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	28
MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	29
CAPÍTULO II.....	42
OS SEGREDOS DE VIRGÍNIA.....	42
O nome I	43
O nome II	46
O nome III	46
Na cidade modernizante	52
Nosso mundo mental	62
CAPÍTULO III	64
ESTUDOS DE ATITUDES E TEORIAS RACIAIS EM SÃO PAULO	64
Conceituando atitudes	81
Estudo de atitudes raciais no Brasil	87
Atitudes de pretos e mulatos em São Paulo	97
Frente Negra Brasileira e a Voz da Raça	102
Hibridismo e marginalidade	108
Outras atitudes	114
CAPÍTULO IV 122	
ESTUDO DE ATITUDES NO PROJETO UNESCO	122
Negros no Rio de Janeiro.....	131
Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor.....	133
Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas (1955)	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
FONTES DE PESQUISA	154
Arquivos consultados	154
Textos de Virgínia Bicudo	154
Bibliografia	155

INTRODUÇÃO

Esta tese começou num quarto de empregada, e depois em outro e mais um. Mas não fiquem tristes ou chocados. Porque mesmo um quarto de empregada pode ser ressignificado e guarda diversas potencialidades! Só fui atentar para isso depois da leitura de Tim Ingold. Novamente ele. Na transição da Filosofia para a Antropologia - que eu não entendia bem o que era - encontrei na sessão de novidades da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, um livro de Ingold em que ele tentava descrever o que era Antropologia e usava a enigmática frase "Anthropology is Philosophy with people in" para descrever as zonas de proximidade e divergência entre ambas as disciplinas. No fim a frase pouco me ajudou, mas eu já tinha uma anedota para divertir os amigos. Agora novamente Ingold. Na descrição que faz em *Redrawing Anthropology: Materials, Movements, Lines*

(2011) sobre o aprazível local onde está a escrever seu texto, sugere que a autodescrição é um exercício antropológico fundante e fundamental.

Dos quartos de empregada em que vivi durante o doutorado, o primeiro e o último são bastante significativos. O primeiro era um quarto alugado na Vila Madalena por um preço módico pela pernambucana Maria da Penha a estudantes negras que chegavam à capital paulista. Nele já viveram uma advogada, uma cineasta, uma socióloga, uma jornalista e eu, este ser híbrido e interdisciplinar (ou simplesmente curiosa pelo mundo). Penha militou durante anos no movimento negro e como advogada, conquistou causas importantes, numa delas o estado de São Paulo teve que indenizar um estudante por oferecer material didático racista em sala de aula. Eu herdei o seu quarto da querida amiga Kassandra Muniz e hospedei outras tantas pretas que precisavam ficar na cidade. Indo embora “passei” ele para Jacqueline Santos, uma jovem, promissora e muito articulada com o mundo antropológico negra e a Vilma Neres, uma jornalista baiana que estuda fotógrafos negros e o negro na fotografia. Foi nesse quarto de empregada que vivi durante dois anos, que conheci uma rede solidária de intelectuais negras, que me mostraram um novo modo de estar no mundo e de se conectar umas às outras por movimentos em que se comunga a raiva e o amor. Lá comecei esta tese. O último quarto de empregada fica num prédio de classe média no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Tem um tamanho ideal para um escritório e fica longe de distrações. Pintei as paredes de rosa chá, comprei uma luminária bacana e fui...ou melhor tentei...habitar aquele quarto. Como o quarto da Penha ele fica ao lado da lavanderia, mas dele se vê as lavanderias de outros apartamentos e outros quartos de empregada. E embora ninguém mais tenha empregadas que dormem em casa, esse é o lugar de onde se ouve as ordens e se descobre como a classe média tijuca (que não é muito diferente das outras, a não ser pelo fato de que eu moro num prédio com nome de general) trata os seus “subordinados”, como são os olhares entre lavanderias e o fato de existir um destino único para quem é preto e não sai de lá. Comecei a receber propostas de trabalho. Claro que com o diploma de mestre eu cobraria mais. O problema não era ser confundida, mas não confundir. O problema ainda é o modo como te olham, te racializam e ordenam. Quando se é jovem a experiência da mulher negra é pela sexualização ou pela subordinação. Depois de uma idade você só

é subordinada. Apesar disso, eu pensei que dava conta, que todo mundo passa por isso o tempo todo, que era uma frescurite imensa, que as pessoas têm problemas maiores...mas eu não conseguia entrar no quarto e ainda não tinha racionalizado isso direito quando meu marido um dia me perguntou: Você não está escrevendo e ficando no seu escritório porque ele fica no quarto de empregada, não é? Não!!!! É! Aqui eu quase não terminei essa tese. (Um depoimento para as histórias de vida recolhidas por Virgínia Bicudo).

Em 1945, Virgínia Leone Bicudo torna-se uma primeiras mestres em sociologia no Brasil pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Ela escreve nossa primeira tese sobre relações raciais: *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Nela, a autora discute a importância da formação de associações negras, como a Frente Negra Brasileira, na mobilização contra os obstáculos para ascensão social dos negros e nega a suposição de que a ascensão social seria suficiente para a eliminação do preconceito. Pelo contrário, será essa situação que levará o negro a criar consciência de cor e então se articular politicamente. Virgínia comete o parricídio. Suas conclusões irão de encontro à tese de Donald Pierson, seu orientador, em *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia* (1942). Nela, ele afirmava não haver entre os negros baianos consciência de cor, mas de classe.

A tese continua pouco conhecida entre nós e só recentemente (2010), num esforço pela recuperação de sua memória, veio a ser publicada pela editora da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP). Ainda em 1945, após o término do mestrado, Virgínia começa a lecionar na ELSP, sendo uma das primeiras professoras universitárias negras do país e nesta condição é convidada a participar, junto de Florestan Fernandes e Roger Bastide do Projeto Unesco-Anhembi em São Paulo, onde redige o artigo *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*, publicado em 1953, pela Revista Anhembi e, em 1955, num compêndio com os demais relatórios de pesquisa.

Sua pequena obra nos mostra, no entanto, os diversos agenciamentos de sujeitos negros que buscam por ascensão social, suas redes de

sociabilidade, a inserção destes mesmos sujeitos no sistema superior de educação, concepções diversas acerca do preconceito racial no Brasil, os primórdios das pesquisas de campo em antropologia urbana.

Trata-se de apreender como histórias de mulheres comuns, podem iluminar a reflexão sobre relações raciais, gênero e educação durante determinado período. Aqui poderíamos pensar também na abordagem sugerida por Mariza Corrêa, quando em sua reflexão sobre a história da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil:

Ao pensar em personagens importantes no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, a autora apresenta a definição de “notoriedade retrospectiva”, isto é, “como o renome adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem” (CORRÊA, 2003^a, p.21). Um bom exemplo seria o jovem professor de sociologia francês desse exemplo, convidado a lecionar na USP na década de 30, Claude Lévi-Strauss. E o reverso desse exemplo seriam aquelas narrativas que, com a intenção de se insurgir contra um “fracasso” atual, tentariam resgatar um tempo passado, glorioso, em que a presença do personagem teve alguma relevância social. Desta maneira, o trabalho de Corrêa sobre a construção institucional das ciências sociais no Brasil torna evidente que o que é tratado na história como personagens secundários, não “excepcionais”, não raro tiveram tanta ou mais importância do que aqueles tidos como principais, “aqueles que, por seu destaque posterior, pareciam os únicos a ocupar a cena” (idem, ibidem). (MATTOS, 2007, p.44)

Objeto foco do trabalho

Dentro desse contexto, esse trabalho pretende analisar a obra de Virgínia Leone Bicudo e mapear os estudos de atitudes raciais realizados no Brasil entre as décadas de 1940-1950. Isso se tornou mais evidente no transcorrer da pesquisa à medida que novos pesquisadores se colocaram em campo e ilustraram muito bem a trajetória de vida da psicanalista (ABRÃO, 2010; MAIO, 2010) o que era inicialmente a nossa intenção. Se, à princípio este seria um trabalho sobre uma trajetória feminina negra no decurso do século XX, tivemos que nos reorientar teórica e metodologicamente. Então, no lugar de investigar a trajetória de Virgínia, propriamente dita, notamos que seria talvez mais produtivo analisar como vêm sendo construídas as histórias intelectuais de mulheres e homens negros na academia. A intenção desse

trabalho, portanto, é investigar a constituição de uma área de pesquisa que vem crescendo atualmente nas ciências sociais e que tem como centro a composição de trajetórias, histórias de vida, autobiografias, biografias e narrativas biográficas de homens e mulheres negros no Brasil, a partir da recomposição de suas produções intelectuais. O propósito é trabalhar mais dentro do espectro da história intelectual de negros no Brasil, ou como suas ideias de espraiam e se reproduzem dentro do campo específico do que se convencionou chamar relações raciais, tendo a construção da trajetória de Virgínia Bicudo como norteadora.

Pretendemos, ainda, analisar o impacto dos estudos de atitudes nas pesquisas sobre relações raciais. Embora ele tenha se constituído num dos alicerces metodológicos da Escola de Chicago, até hoje não temos nenhum trabalho que analise sua trajetória na pesquisa em Ciências Sociais no Brasil.

Questões e objeto da pesquisa

Uma das minhas principais questões é saber quais foram as contribuições de mulheres negras para o pensamento sobre relações raciais no Brasil na primeira metade do século XX, saber porque sua produção teórica, acadêmica, cultural chega de modo muito tênue até nós e por que os intelectuais que trabalhavam com relações raciais na época silenciavam quanto a cor de seus próprios colegas. Que tipo de entendimento prático sobre relações raciais detinham esses acadêmicos?

Para isso, tentaremos desvelar quais são os processos de fabricação do esquecimento e da memória em relação a determinados sujeitos. Dessa maneira, o que a pesquisa pretende é delimitar como se forma sua trajetória intelectual e como vem sendo escritas as trajetórias de mulheres negras. Reedição de textos, publicação de entrevistas, homenagens, confecção de projetos de pesquisa, montagem de exposições seriam uma maneira de começar a constituir uma memória sobre determinado indivíduo. Ela seria contrária, por exemplo, a processos de apagamento através da não citação em trabalhos acadêmicos, da extirpação de textos em compêndios, do não arquivamento de documentos, do roubo de documentação, do arquivamento de entrevistas em acervos pessoais indisponíveis para a pesquisa, da ocultação da cor do pesquisador, do descarte de material de cunho autobiográfico como

cartas e diários. Com essa intenção, nosso trabalho também acaba por focar a circulação de pesquisadoras negras brasileiras e norte-americanas em vista de aperfeiçoamento profissional (no primeiro caso) e de seus trabalhos de campo (no segundo caso). Há de certo modo uma assimetria entre a circulação desses distintos grupos. As primeiras vão aos grandes centros (Nova Iorque e Londres) para se formarem em suas respectivas áreas. As segundas, vêm ao Brasil para realizar trabalhos de campo.

Esse projeto trata de analisar a trajetória da obra de Virgínia Leone Bicudo como mote para se pensar na construção de uma história intelectual de negros no Brasil. Seus principais pressupostos teóricos são consoantes aos estudos de Keisha-Khan Perry. Para ela, a contribuição dos escritos de mulheres negras:

to feminist thought, critical theories of race and diaspora, and black political radicalism continue to be minimized, marginalized, or erased, despite the fact that they have no doubt contributed to the black radical tradition and the black feminist agenda in the Americas. (PERRY, 2009).

Embora haja mulheres negras que tenham contribuído para se pensar em relações raciais no Brasil, no campo discursivo dominante sobre o tema na primeira metade do século XX, muito pouco conhecemos suas trajetórias e suas reflexões.

Outra pensadora norte-americana que nos ajuda a refletir sobre isso é Jane Flax, para quem as teorias feministas devem ser além de críticas, compensatórias. No sentido, de que é preciso “recuperar e escrever as histórias de mulheres bem como nossas atividades nos relatos e narrativas que as culturas contam sobre elas mesmas” (FLAX, 1992, p.247). É preciso “recuperar e explorar os aspectos de relações sociais que têm sido suprimidos, desarticulados ou negados dentro de perspectivas dominantes” (FLAX, 1992, p.247).

Nossa perspectiva é de uma teoria feminista, em especial, do pensamento feminista negro norte-americano. Autoras como Patricia Hill Collins, Angela Davis, Kimberley Crewshaw, bell hooks, embora representem o expoente de tal teoria nos Estados Unidos, ainda são, com exceção da última, pouco traduzidas no Brasil. As autoras que tem por objeto a *black intellectual*

history adensam nossa análise, mas também carecem de uma revisão no Brasil. Os trabalhos das antropólogas negras como os de Zora Neale Hurston, orientada por Franz Boas e contemporânea à Bicudo e que poderiam servir como contraponto de análise também são conhecidas.

Esta pesquisa tem como horizonte teórico as pesquisas sobre história intelectual de negros e o pensamento feminista negro. O primeiro refere-se ao modo de produção e circulação intelectual de autores negros, em nosso caso, de uma mulher que explora o tema das relações raciais no Brasil entre os anos 1940-1950. A relevância dessa proposta deve-se ao fato de não existir nenhuma bibliografia semelhante produzida no país sobre esse período. Não há trabalhos que versem sobre a produção intelectual de mulheres negras em Ciências Sociais/ Relações raciais no Brasil durante a primeira metade do século XX. Trabalhos semelhantes tratam de acadêmicas negras somente a partir da década de 1970 (RATTS, 2006; 2010). Nos Estados Unidos há uma vasta bibliografia sobre o tema que remete à produção intelectual de mulheres negras dentro e fora da academia.

O segundo item refere-se a uma metodologia específica para se pensar a agência de mulheres negras no campo intelectual e seus processos de legitimação, pensando como se operam o apagamento e a rememoração de trajetórias de sujeitos negros dentro da academia. Sob esse aspecto, nossa pesquisa discorre sobre uma análise de conteúdo das obras de Virgínia Bicudo e, para tanto, nos debruçamos sobre uma bibliografia que nos situe no contexto de sua produção e na literatura que a socióloga acessou naquele momento, procurando focar sobretudo a questão dos estudos de atitude: um dos principais métodos empregados pela Escola de Chicago nas pesquisas urbanas, no tocante a questão dos contatos sociais.

Em 2010, a pesquisa de campo se deteve em torno da comemoração do centenário de nascimento de Virgínia Leone Bicudo, através da observação e da participação em eventos comemorativos, lançamento de livros e palestras que tinham a socióloga como tema. Participei ainda da montagem da exposição referente ao seu centenário na Sociedade Brasileira de Psicanálise e realizei pesquisa em arquivos.

Além disso, houve o lançamento de dois livros sobre Virgínia Bicudo, em decorrência de seu centenário de nascimento, *Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira* (Abrão, 2010) e *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (Bicudo, 2010), reedição da tese *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, publicada em 1945.

O trabalho vem se dando a partir da pesquisa e síntese bibliográfica, da realização de entrevistas, da participação em eventos e da consulta a arquivos institucionais e pessoais de Virgínia Leone Bicudo.

Esses arquivos devem constituir, como bem propõe Olívia Cunha (2004), *arquivos etnográficos*, no esforço de se conceber os dados e o modo de acesso aos mesmos como um *campo*, noção tão cara à Antropologia. Sob essa mesma perspectiva etnográfica, trataremos os dois trabalhos de Bicudo a serem analisados na tese. A intenção é constituir seus textos também como um campo etnográfico.

Revisão bibliográfica

Bem, para empreender este trabalho fiz uma revisão bibliográfica sobre os estudos de atitudes raciais realizados no Brasil entre os anos 1930-1950. Um dos capítulos da dissertação vai abordar justamente essa leitura. Seus principais representantes são Virgínia Bicudo, Oracy Nogueira, Aniela Ginsberg, Carolina Martuscelli Bori, Guerreiro Ramos, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Donald Pierson. Estou analisando os trabalhos miúdos. Não encontramos ainda obra de referência que fizesse uma discussão sobre a aplicação dos estudos de atitudes raciais no Brasil. Uma revisão acerca dos estudos sobre a influência da Escola de Chicago também foi necessária. Nesse aspecto Isaac Joseph em *A respeito do bom uso da Escola de Chicago* (1998), foi nosso principal interlocutor. Bem como os clássicos do período como *Race relations* de Robert Park. Sobre o tema das relações raciais no Brasil naquele período fizemos uma revisão dos trabalhos sobre a questão do movimento eugênico. Lemos também as feministas, em especial, Patricia Hill-Collins e de Keisha-Kahn Perry.

Pesquisa de campo

Uma parte de minha pesquisa de campo confunde-se com minha pesquisa documental, já que penso os arquivos como um campo etnográfico. Nesse sentido, é interessante destacar o meu primeiro contato com o campo, dado ainda quando eu estava no mestrado em educação na Unicamp, onde investigava o cotidiano de estudantes negras na instituição. Sentindo falta de uma obra de referência sobre mulheres negras no ensino superior, fui levada a pesquisar sobre elas de um modo independente. Lia a primeira versão do relatório UNESCO sobre relações raciais em São Paulo (1955) e, concomitantemente, pesquisava as Revistas Anhembi e Sociologia, pensando num material que pudesse me auxiliar num futuro projeto de doutorado na área de ciências sociais e educação. O prédio onde eu morava se encontrava ao lado da Coordenadoria Municipal para a Promoção da Igualdade Racial da Cidade de Campinas (CEPPIR). Não citarei a pertinência desse fato agora, mas ele é importante.

No relatório, interessou-me o texto de Virgínia Bicudo e procurando por referências acerca de seu trabalho, encontrei o artigo *A influência segregadora das diferenças raciais: alguns trabalhos menos discutidos da Pesquisa Unesco-Anhembi* de Élide Rugai Bastos (2004) em que ela discutia o que chamava de protocolos de pesquisa de Bicudo e Ginsberg. O texto é a transcrição de sua fala no *Colóquio Internacional O Projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois*, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia em 2004.

Até então eu não sabia que Virgínia Bicudo era uma socióloga negra. Continuando a pesquisar encontrei referências sobre Virgínia na Sociedade Brasileira de Psicanálise. Ela já havia falecido e a biblioteca da Sociedade levava o seu nome. No texto de apresentação da biblioteca, havia uma referência à Bicudo como uma mulher negra. Mas a imagem que estava ao lado não me convenceu. Continuei procurando por referências e achava que talvez fosse coincidência Virgínia Bicudo ser esta Virgínia Bicudo. Afinal se uma mulher negra havia trabalhado no Projeto Unesco isso deveria estar registrado em algum lugar, nem que fosse como mera curiosidade, já que atestava, de certo modo a ascensão social de mulheres negras no período, o que não parece algo banal.

Imagem de Virgínia Bicudo no portal da Biblioteca da Sociedade Brasileira de Psicanálise

Bem, ao que parecia Virgínia Leone Bicudo era uma mulher negra, mas eu não tinha certeza disso. O seu retrato estampado no portal da Biblioteca da Sociedade Brasileira de Psicanálise me levava à desconfiança. Um dia fui ao Ceppir Campinas para conversar com o seu coordenador e ele me mostrou os *banners* gigantes que havia recebido da Secretaria de Cultura do Governo do Estado São Paulo, por ocasião das comemorações do Mês da Consciência Negra de 2007, e que deveriam ser expostos pela cidade. O primeiro *banner* que ele me mostrou foi de André Rebouças e por trás dele, o de uma psicanalista e socióloga paulista chamada Virgínia Bicudo. Meu mundo caiu. Algo estava errado. Envergonhada pela minha ignorância sobre alguém que merecia tal deferência, comecei a inquirir meus colegas das Ciências Sociais sobre a existência de tal pessoa. Silêncio. Ninguém a conhecia. Os poucos que já tinham ouvido falar sobre ela, não sabiam que era negra. Algo estava errado. Ainda não convencida de sua negritude (dentre os *banners* havia um que homenageava Mário de Andrade e que foi o pomo da discórdia pública entre muitos, envolvendo especialmente Antônio Candido e Oswaldo de Camargo) fui procurar pela sua tese na Escola de Sociologia e Política. Mesmo contrariando os preceitos da boa guarda de manuscritos decidi copiá-la, pois fiquei com medo de não encontrá-la mais em outro momento, afinal a tese estava úmida e mofada. Uma das primeiras teses defendidas na instituição estava mofada e isso me pareceu bastante significativo. Encontrei outras imagens de Virgínia mas nenhuma delas me convencia. Conversar com outros pesquisadores me deixava ainda mais desanimada. Reticente escrevi rapidamente sobre ela em minha dissertação e achei interessante escrever um

projeto de doutorado sobre uma pessoa comum, que tinha freqüentado a universidade num momento que grande parte da população negra no país não era sequer alfabetizada. Escrevi um projeto de doutorado sobre isso e tendo sido aprovada na USP, fui procurar pelos professores que trabalhavam com relações raciais pensando encontrar alguém que pudesse ter conhecido VLB pessoalmente. As respostas eram em geral “Nunca ouvi falar” ou “Pensei que fosse só uma psicóloga”, vindos com um ar de constrangimento, descrença e dúvida em relação a cor de VLB. Eu realmente já começava a pensar em mudar de tema com receio de fazer o meu orientador ser sujeito de algum constrangimento devido ao meu erro na avaliação da pertença racial de Bicudo.

Foi o professor Antonio Candido, quem de certo modo me deu a garantia de que eu estava no caminho certo. Primeiro ao me confirmar que Virgínia Bicudo era sim uma mulher mestiça, que fora cunhada de Paulo Zingg, ex-colega de Candido e me falando que havia conhecido a filha dele há pouco tempo e que ela era muito parecida com Bicudo. Além disso, ele me falou que ela era muito amiga de Gioconda Mussolini. Uma querida amiga sua. Em contato com a Sociedade Brasileira de Psicanálise, comecei a perceber que a trajetória de Virgínia não era a de uma pessoa comum.

Também conversei informalmente e realizei entrevistas com pessoas do circuito de Bicudo e com outras intelectuais negras como Josildeth Consorte. Outra forma importante de me aproximar do meu objeto foi freqüentar grupos de pesquisa, eventos científicos em que se pode notar mais claramente uma disputa em torno da hegemonia do campo das relações raciais. Notar como o campo se constitui, de certo modo, nos auxilia a pensar quais forças poderiam atuar em outros momentos. A realização de um evento sobre estudos de comunidade me aproximou de ex-alunos de Virgínia Bicudo na Escola da Sociologia e Política.

Alguns ex-alunos e/ ou colegas de trabalho de VLB me perguntavam “Vocês são parentas? Você é parenta dela?” “Como ela era? Ela é assim da sua cor”. Nas homenagens da Sociedade Brasileira de Psicanálise, ouvi perguntas semelhantes, principalmente de funcionários de menor hierarquia que não viam como constrangimento me comparar com VLB. De pesquisador em relações raciais ouvi “Você é morena como ela”. Essas comparações nos

aproximam e são realizadas porque acreditam que somos parecidas. Mas parecidas em quê?

Outro dado importante, para o meu trabalho de campo, foi ter constatado o roubo dos arquivos de Virgínia e a dificuldade de penetrar em certas redes. A ausência de dados sobre a sua avó, também é algo a se registrar.

Freud tinha um grupo secreto. Todos os membros desse grupo ganhavam um anel. Eu ganharia o meu, como haviam prometido as responsáveis pelo arquivo de Virgínia? Como arrancar segredos e dados daqueles que são pagos para guardá-los? A dificuldade de participar de certas redes também foi sentida e registrada por outros pesquisadores.

A trajetória de Bicudo revela processos como o da a profissionalização feminina pelo magistério e pela formação como educadora sanitária, o ingresso de mulheres no ensino superior, trajetórias de ascensão social de famílias negras e mestiças. Momentos históricos como o marco do higienismo como regulador social, que selou não apenas sua atuação profissional na juventude mas sua reflexão acadêmica, e que por vezes se mostra conflitiva com novos modelos de análise social. A experiência como estudante na Era Vargas, a ascensão da sociologia como disciplina de análise e compreensão do Brasil e sua institucionalização como pós-graduação. Por ela podemos ver ainda a introdução da Psicanálise no Brasil e a zona de conflito que se instaura na Sociedade Brasileira de Psicologia a partir de uma vertente psicanalítica oriunda dos higienistas mentais, distantes dos psicotécnicos do SENAI e dos psicólogos da linhagem de Otto Kleinenberg, que antes de chegar ao Brasil, tornou-se referência como autor de *Racial Attitudes*.

Para Trigo, as mulheres não seriam as únicas afetadas pela presença do outro, mas como estão em relação, tanto homens quanto mulheres podem proceder a novas práticas sociais decorrentes desse encontro. Embora, como afirma a autora isso não impedisse que muitas moças dessa geração formadas pela USP abandonassem suas carreiras em prol das carreiras de seus esposos também formados por tal escola. Nesse sentido, mulheres negras poderiam tanto terem firmado laços sólidos de sociabilidade com seu grupo quanto se isolado dele, mas supor isso sem maiores dados não passaria de mera especulação. Trigo expõe ainda a mudança na sociabilidade feminina fora da

universidade, decorrente dessa nova mulher, pois agora espaços de sociabilidade típicos masculinos passam a ser freqüentados também por mulheres.

Seguindo o raciocínio de Trigo, poder-se-ia pensar que a sociabilidade da estudante negra também é marcada pela diferença de sua presença frente aos seus colegas, acostumados a verem mulheres negras em posições subalternizadas e que agora começariam a freqüentar espaços sociais que antes restringiam a sua presença. Gênero, classe e pertença racial, no caso de Bicudo, seriam marcadores de sua diferença na Escola.

O que se pretende mais prontamente é ver como uma mulher comum, se move na trama social, vendo nela as complexidades, as ambigüidades, as contradições e inconsistências das narrativas produzidas sobre ela. E aí, é interessante notar nos depoimentos existentes sobre Bicudo que ela não aparece como uma personagem consensual nessas narrativas.

Três trabalhos podem ser consultados sobre Virgínia Leone Bicudo, *Um estudo sobre a obra de Virgínia Leone Bicudo* (2004) trabalho de conclusão de curso de Maria Ivonilde de Souza e Silva na Escola de Sociologia e Política e o livro do professor Jorge Luís Ferreira Abrão, que desde 2005, vem desenvolvendo um projeto de pesquisa em torno da trajetória de Virgínia intitulado: *Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira* (2010) com financiamento da FAPESP na UNESP de Assis, e que se dedica a trajetória de vida e ao trabalho de VLB como uma das primeiras psicanalistas brasileiras, fundadora da Sociedade Brasileira de Psicanálise e a primeira mulher a ser psicanalisada na América do Sul. Desde maio de 2010, Marcos Chor Maio, vem pesquisando a questão da institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo, tendo VLB como um dos seus sujeitos de pesquisa, tendo reeditado sua tese de mestrado e a entrevista realizada com Virgínia em 1994, na Revista Pagu, em 2010. Além demais de uma dezena de artigos e entrevistas na área de psicanálise e um documentário sobre a história da institucionalização da psicanálise no Brasil.

No texto que ora se apresenta pretendo discorrer acerca da pequena obra acadêmica dessa socióloga e pensar, não propriamente sobre os segredos de Virgínia, mas por que ela mesma tornou-se um segredo que só começou a se desvelar para mim, por força do acaso e das coincidências (ou por essa necessidade de coerência que teimamos em dar a tudo ao nosso redor). O Segredo de Virgínia é Virgínia como segredo.

CAPÍTULO I

Além do mais, as mulheres logo se opõem à civilização e demonstram sua influência retardante e coibidora – as mesmas mulheres que, de início, estabeleceram os fundamentos da civilização pelas reivindicações de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual. O trabalho de civilização tornou-se cada vez mais um assunto masculino, confrontando os homens com tarefas cada vez mais difíceis e compelindo-os a executarem sublimações instintivas de que as mulheres são pouco capazes. Já que o homem não dispõe de quantidades ilimitadas de energia psíquica, tem de realizar suas tarefas efetuando uma distribuição conveniente de sua libido. Aquilo que emprega para finalidades culturais, em grande parte o extrai das mulheres e da vida sexual. Sua constante associação com outros homens e a dependência de seus relacionamentos com eles o alienam inclusive de seus deveres de marido e de pai. Dessa maneira, a mulher se descobre relegada a segundo plano pelas exigências da civilização e adota uma atitude hostil para com ela. (FREUD, O Mal-Estar na Civilização, 1930)

MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A intenção deste capítulo é interseccionar a “hostil” experiência de Virgínia Bicudo nas Ciências Sociais com as de outras antropólogas e sociólogas negras do mesmo período ou de um período imeditamente anterior, como é o caso de Anna Julia Cooper - primeira americana a se graduar e obter um doutorado em sociologia com a tese *L'Attitude de la France a l'Egard de l'Esclavage pendant la Revolution* (Sorbonne, 1924). O esforço visa estabelecer conexões entre o significado de intelectualidade feminina negra nas diásporas, através das experiências de mulheres negras num campo discursivo sobre relações raciais que, naquele momento, ainda está se institucionalizando.

Podemos destacar algumas experiências comuns a nossas personagens, incluindo aí Virgínia Bicudo. O fato de virem de famílias pobres e mestiças, o acesso ao ensino superior, as migrações temporárias visando o aperfeiçoamento ou a pesquisa acadêmica em países distintos dos seus, a circulação e a rede de sociabilidade, a beleza. Virgínia não chegou a viajar aos Estados Unidos, com receio de que fosse discriminada num período em que o país ainda vivia sob o jugo da segregação racial oficial. Além disso, todas vivem em cidades que estão em momentos de grandes mudanças culturais e sociais. As cidades de Chicago, Nova Iorque e São Paulo, vão se constituindo enquanto metrópoles que mais do que diluir as diferenças raciais e sociais, podem ocasionalmente exaltá-las e premiá-las. *Nesse sentido, Vidas de entremeio. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África do Sul 1780-1945 (1989) pode nos servir como referência no entrecruzamento de narrativas de vida permeadas por situações de mobilidade social, traumas e identidades compartilhadas em diferentes contextos nacionais. No livro, Leo Spitzer analisa as trajetórias de Cornelius May, prefeito de Freetown, Serra Leoa; do engenheiro baiano André Rebouças e do escritor judeu Stephen Zweig. Black feminist anthropology: theory, politics, praxis, and poetics (2001) de Irma McClaurin e African-American pioneers in anthropology de Ira Harrison e Faye Harrison (1999), nos auxiliam a pensar na intersecção entre cor e gênero na construção de uma história intelectual de mulheres negras no Estados Unidos.*

Sob este aspecto, é interessante notar duas coisas. A primeira é como para as cientistas sociais negras norte-americanas, o Brasil também se apresenta como um horizonte para se pensar relações raciais de um modo comparado, a segunda é como se dá a circulação de pesquisadoras negras no mundo, ainda durante a primeira metade do século XX.

Katherine Dunham e Ellen Irene Diggs (1906-1998), duas antropólogas, a primeira orientanda de Herskovitz na Universidade de Chicago, a última assistente de W.E.B. Dubois, foram algumas dessas mulheres que circularam pelo Brasil entre os anos 1940-1950. Outros cientistas sociais negros já tinham adotado o Brasil como campo: Franklin Frazier e Lorenzo Turner. Sua passagem pelo Brasil embora pouco conhecida já rendeu mais frutos na área de história das Ciências sociais como nos trabalhos de Cunha (2005) e Sansone (2011) que das duas primeiras. Tais como as trajetórias das cientistas sociais negras brasileiras, as trajetórias das antropólogas americanas no Brasil desapareceram.

Embora saibamos que as duas passaram por aqui, nunca se fala o que elas estavam fazendo por aqui. E pelo menos no caso de Diggs, é correto afirmar que ela fazia trabalho de campo no Brasil. Bem como Dunham que além de se apresentar artisticamente, pesquisou os ritmos musicais brasileiros.

Em 24 de fevereiro de 1947, sob o título: "Latin America: Mistake at the Serrador", a revista americana *Time*¹ publicava que a antropóloga Ellen Irene Diggs, então com 40 anos fora barrada no Hotel Serrador, no Rio de Janeiro.

The U.S. Embassy staff in Rio was doubly surprised last week. In the first place, they did not realize that Dr. Irene Diggs, the State Department exchange student for whom they had booked a hotel reservation, was a Negro. And they did not dream that in Brazil, which has enough mixed blood to have almost forgotten race distinctions, a hotel would turn a Negro away. But that was what happened when trim, 40-year-old Ellen Irene Diggs, Ph.D. in sociology and anthropology at the University of Havana, registered at Rio's new, 20-story Hotel Serrador. Dr. Diggs went off without fuss to another hotel. But when word of the Hotel Serrador's decision got around, she became quite a figure in the news and editorial pages of an angry Brazilian press. Cried Rio's *Democracia*: "In a land where race discrimination is not the concern of statesmen or a headache for sociologists ... an incident like this demands an explanation." Said Dr. Diggs: "I am disillusioned..." Explained shamefaced Serrador Manager Arcangelo Maleta: "There was some mistake."

¹ Monday, Feb. 24, 1947. <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,801828,00.html>

Diggs estava numa missão de viagem encomendada pelo governo americano para investigar a questão racial em países da América do Sul, onde passaria 7 meses daquele ano. Para a imprensa, ela afirmava que estava desiludida. A palavra foi bem escolhida: o mito desfazia-se para ela. Ela não conseguia compreender o preconceito num país mestiço. Em seu retorno para os estados Unidos, ela escreveu diversos artigos sobre a sua viagem para a imprensa negra americana e para a imprensa em geral. Hellwig (2013) mostra como para a imprensa negra ela adotou uma atitude mais crítica dizendo na *Negro Digest* (1947), por exemplo, que a situação racial latinoamericana era a de um “paradoxo sem lógica”. E mantinha fortes críticas ao Brasil mostrando que apesar de não haver segregação os negros eram subalternizados no mercado de trabalho e na educação. As notícias de situações preconceituosas contra o negro no Brasil não lhe eram estranhas, já que era assistente de W.E.B. DuBois que mais de uma vez escrevera ao presidente Washington Luís e à embaixada brasileira e americana acerca da negação de vistos para americanos negros entrarem no país².

A leitura das cartas de DuBois nos mostra que sua adesão à democracia racial brasileira não era tão firme quanto a maioria de seus comentadores faz crer. Nessas cartas ele contesta a negação de vistos para a entrada de americanos negros no Brasil, pergunta se havia base legal e constitucional para a proibição da entrada de negros estrangeiros no Brasil e, finalmente, de modo mais assertivo, qual seria a definição de negro para as nossas autoridades. Isso havia ocorrido 20 anos antes da viagem de Diggs, enquanto DuBois era o editor da revista *Crisis*. Como editor da revista já tinha recebido correspondência de americanos negros que haviam se desiludido com as promessas de uma democracia racial brasileira, que tiveram vistos de viagem negados ou que foram barrados quando tentavam entrar no Brasil. A carta abaixo reproduzida foi enviada por DuBois para Arthur Bernandes:

² Disponíveis em: <http://credo.library.umass.edu/cgi-bin/search.pl?q=brazil&x=0&y=0>.

November 16, 1926.

The President of the Republic of Brazil
Rio de Janeiro, Brazil

Sir:

From time to time American citizens of African descent have encountered some difficulty in having their passports visted for a visit to Brazil. Recently it has been said in certain periodicals in the United States that the government of Brazil discriminates between American citizens who wish to visit their country, and that no person of Negro descent is allowed to make such a visit.

I write to ask for authoritative confirmation or denial of this rumor. Is there any reason in law or practice which would hinder an American citizen from visiting Brazil because of his race, color or descent? Is there any law or practice that would hinder an American from making permanent settlement in Brazil, if he so wished, and is this hindrance based on race, color or descent? If there is discrimination as to color or race, just what is the definition of negro in Mexican law? How would a person of mixed white and Negro blood be classified? I should be very glad to obtain a frank, clear statement as to the attitude of Brazil in these matters.

I think perhaps you realize that one-twelfth of the population of the United States is of Negro descent. That these persons, while including naturally a large number of poor laborers, are also represented among the authors, writers, and scientists of America and in business and commerce. Many of them travel each year; quite a number visit Europe and I am sure some would like to see the West Indies and South America if they could be assured of the treatment usually accorded gentlemen and ladies. I should be under deep obligations if you would see that these inquiries are answered by the proper persons.

I am, Sir

Very respectfully yours,

W.E.B. Du Bois

(Carta de W. E. B. Du Bois para o Presidente do Brasil, 16 de Novembro de 1926. W. E. B. Du Bois Papers (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries)

Mas o curioso da situação de Diggs é que enquanto ela mantinha um discurso de Brasil mais crítico quando falava com a comunidade negra americana, seu tom mudava ao falar com a comunidade branca. É o que garante Hellwig (2013), ao recortar um trecho de um artigo de Diggs para a revista católica *America* (1947):

The problem of race and color in South America is in great part a matter of economics and cultural status," she observed. A new species, a criollo population, had evolved through amalgamation. These people, she continued, were committed to the proposition that all citizens be treated as equals, divided only by national boundaries, not race or color. Diggs apud Hellwig, 2013, p.50)

Hellwig (2013) nota o mesmo nos discursos de Frazier para dentro e para fora da comunidade negra. Para fora ele é mais condescendente e reforça a ideia de miscigenação e de contatos raciais, para dentro ele mostra que apesar da miscigenação há uma linha de pobreza constituída majoritariamente por negros.

Para Hellwig (2013) isso mostra que há um esforço de construir imaginários alternativos de relações raciais para a população branca. Ela é que precisa ficar informada sobre modelos distintos de contatos raciais, pois é ela que domina e tem poder para dissolver a *Jim Crow*. Não foram os negros que criaram a segregação, mas os brancos. Então o Brasil não é necessariamente um modelo alternativo de relações raciais a ser seguido, mas um artifício retórico, político, que ilustra a possibilidade de viver juntos. A ideia democracia racial para os americanos negros, nesse sentido, pois era a auto narrativa que legitimava os seus discursos sobre essa possibilidade de viver eticamente nas cidades. Desse modo, o trabalho de Diggs e seu reconhecimento como autoridade na área de antropologia nos Estados Unidos garantiria um olhar de especialista (e propagandista) sobre a situação brasileira. Diggs tinha uma profusa produção na imprensa negra americana e um lugar respeitado na academia e como assistente de DuBois³.

A maior parte dos trabalhos de Diggs foram desenvolvidos em Cuba e no Uruguai. Ela também escreve livros sobre os quilombos brasileiros. Sobre suas experiências na América do Sul, ela escreve um artigo tardio chamado *Attitudes Toward Color in South America* (1971)⁴. Sim, atitudes! No entanto,

³ Em 1952, DuBois é convidado para vir ao Rio de Janeiro se apresentar na Conferência Intercontinental da Paz e apesar de ter aceitado o convite, é proibido "em nome de interesses nacionais" de sair dos Estados Unidos.

⁴ Negro History Bulletin 34(5):107-108.

sua pesquisa mais densa sobre o Brasil e que a trouxe aqui nos anos 1940, foi a possibilidade de conhecer o trabalho do escultor Antonio Francisco Lisboa, sobre quem ela escreve, em 1950, um artigo para a Revista Americas, intitulado *O Aleijadinho*. Em São Paulo, ela foi recepcionada por Donal Pierson. Abaixo um cartão postal que ela enviou para W.E.B. DuBois.

Imagem: Cartão Postal de Irene Diggs para W. E. B. Du Bois, 1947. W. E. B. Du Bois Papers (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries

Katherine Dunham, mais conhecida como coreógrafa e menos pelo trabalho de antropologia da dança que realizou sob a orientação de Herskovitz, circulou pelo Haiti, Trinidad e Tobago, Jamaica, Martinica e pela América do Sul. Como resultado de suas incursões, escreveu a dissertação de mestrado intitulada *Dances of Haiti: Their Social Organization, Classification, Form, and Function* (1936). Pesquisou diversos ritmos afro-brasileiros que resultaram em coreografias consagradas como Choros e Batucada. Em sua passagem entrou em contato com o Teatro Negro Brasileiro (TEN) e outros militantes negros. Diversas reportagens foram escritas sobre ela, principalmente, na imprensa negra como no *Jornal Quilombo* de julho de 1950, que reproduziu a conferência “O Estado dos cultos entre os povos deserdados” e estampou uma foto dela em sua capa, além de publicar o artigo “Uma negra e sua Equipe” de Murilo Mendes e o sugestivo “Nós e Katherine Dunham”. Ela era conhecida por sua sensível visão etnográfica, em *Journey of Accompong*, ela um elogioso comentário de Ralph Linton: “while the ethnologists go to a primitive group seeking proof for previously conceived theories, Miss Dunham seems to have been completely openminded”.

Em julho de 1950, durante uma viagem ao Brasil, Dunham foi barrada na recepção do Hotel Esplanada, em São Paulo, o mesmo que abrigou Claude Lévi-Strauss e sua mulher Dina Lévi-Strauss entre 1935-1936, enquanto o antropólogo lecionava na USP e Dina⁵ contribuía com as discussões sobre folclore nos projetos de Mário de Andrade. O episódio foi recebido com choque por ela e pelas autoridades brasileiras. Elisa Larkin em *O Sortilégio da Cor* (2003) nos chama a atenção para o fato de que essas duas recusas em receber hóspedes negras em seus hotéis acabou servindo como “exemplo” de atos discriminatórios no Brasil, dando origem assim a apresentação do projeto de Lei Afonso Arinos (1951), que transformava o racismo em crime. O irônico mostra Larkin, é que tal projeto já tinha sido apresentado em manifesto pela Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em 1948, mas esse fato sequer foi citado na apresentação da Afonso Arinos. Foi preciso um ato discriminatório contra duas mulheres negras estrangeiras, de certo reconhecimento para que a lei existisse. Curiosamente, as duas eram antropólogas, e aí pesou certamente

o estereótipo que há sobre mulheres mestiças para que elas tenham sido barradas e com seus corpos e não propriamente com o seu trabalho, acabassem contribuindo com um processo antirracista no Brasil.

Figura 1: Ellen Irene Diggs, Katherine Dunham e Zora Neale Hurston.

Zora Neale Hurston, orientanda de Franz Boas (primeiro catedrático de antropologia na Universidade de Columbia, cuja teoria teve fortes inflexões no entendimento das questões raciais, inclusive no Brasil, através de Gilberto Freyre, Melville Herskovitz e Charles Wagley), interessou-se sobretudo em estudar Folclore e Vodun em sua tese *Mules and Men* (1935) e, depois, as expressões culturais negras no Harlem. Uma formação similar teve Josildeth Consorte. Será que de algum modo isso se reflete na obra de ambas? Quais seriam os constrangimentos sistêmicos que fariam com que as intelectuais negras norte-americanas pudessem desenvolver trajetórias ligadas ao debate sobre relações raciais tão abertamente e que as intelectuais negras brasileiras tenham adotado esse debate apenas tangencialmente em toda a sua carreira ou como linha de fuga em determinados períodos? Se nos Estados Unidos não há como dissociar Katherine, Zora e Anna dos debates sobre questões raciais, a partir também de sua negritude, por que no Brasil isso não se opera do mesmo modo? Por que é justamente a cor a primeira a sumir em todas as narrativas sobre as duas professoras brasileiras? Mesmo que ambas não tenham adotado o discurso sobre relações raciais como centrais em seus trabalhos, embora sejamos justos, foi realmente o que Virgínia fez enquanto ainda freqüentava o ambiente das Ciências Sociais, por que elas nunca foram nomeadas como pesquisadoras negras por seus pares a não ser em silêncio ou de modo mais aberto apenas em conversas de cunho pessoal? O que fazia

⁵ Cf. Valentini (2010).

com que os pesquisadores sobre relações raciais no Brasil não tenham assumido como essenciais questões de cor e gênero postas naquele momento?

Outras questões se apresentam nesse momento. Afinal, as revistas *Sociologia* e *Anhembi* – onde foram publicados os trabalhos de VLB, Oracy Nogueira e Aníela Ginsberg, eram ou não uma referência naquele momento ou nós lhe atribuímos também uma determinada “notoriedade retrospectiva”, entendido como um “modo como o renome adquirido a partir de certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem”, como bem define Mariza Corrêa (1995) em relação a personagens da história da Antropologia como Donald Pierson e Claude-Lévi Strauss?

Outro exemplo de mulheres negras norte-americanas pesquisando sobre relações raciais no Brasil, nos apresenta Berta Ribeiro. Em 24 de setembro de 1947, Oracy Nogueira recebe uma carta em que ela lhe conta sobre Kathrin Davis, uma jovem negra americana que ela conheceu no *Congress of American Women* e que havia realizado uma pesquisa sobre a questão racial no Brasil. Na carta ela apresenta um resumo da discussão que teve com Davis, onde a jovem afirmava que no Brasil:

[...] não há preconceito de raças, uma vez que a mistura de raças é tão generalizada, mas existe preconceito de cor e discriminação contra indivíduos de cor mais escura e complexão mais acentuadamente negra. Tive de concordar com ela, não acha? Conte-lhe o caso de Cezarino Júnior e ela disse que o Cezarino deve ser casado com uma mulher branca ou mulata clara para ser tão bem aceito na alta sociedade. (Documentação disponível no Fundo Oracy Nogueira)

A carta continua com Berta dizendo a Oracy que a jovem achava “muito cínica” a publicação numa revista negra norte-americana (provavelmente a *Crisis*) de um artigo que exaltava e estimulava os seus leitores a mudarem-se para o Brasil já que aqui “não havia discriminação de raça e todos seriam felizes”.

Infelizmente não temos mais notícias de Davis. Não a encontramos em nenhuma base de dados sobre cientistas sociais norte-americanos, nem pudemos consultar as correspondências de Berta Ribeiro que estão na Fundação Darcy Ribeiro, pois seu acervo encontra-se indisponível pois está em processo de codificação. Consultamos a NAACP, mas eles não a encontraram

em seus registros. O fato é que não pudemos conferir, por exemplo, se Davis já tinha contato com o trabalho de Oracy Nogueira ou se são formulações distintas, vindas de contextos distintos mas que chegam às mesmas conclusões. Haveria um espírito de época dissonante em relação a um espírito de época mais geral?

Para fechar, gostaríamos de refletir sobre aspectos da trajetória de Josildeth Consorte, antropóloga baiana, que teve sua iniciação em campo junto a Thales de Azevedo e Anísio Teixeira. Consorte foi, ainda durante a graduação, assistente dos pesquisadores norte-americanos do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e Universidade de Columbia. Depois de formada, ganhou uma bolsa para realizar os estudos de pós-graduação na *Columbia University* (de onde vieram Herkovitz e Charles Wagley), em Nova Iorque, mas antes lhe foi recomendado por Anísio e Thales, para que viesse passar uma temporada em São Paulo. Essa temporada era vista como um meio de aclimação de Josildeth às condições de uma metrópole, de um centro de pesquisas como a Escola Livre de Sociologia e Política onde ela veio estudar e das relações raciais paulistanas, distintas de Salvador e preparatórias para a sociedade segregacionista norte-americana. Sobre isso, diz a própria Josildeth:

São Paulo foi uma experiência nova e ampliada de vivência urbana e vivência das relações raciais. Eu sai da Bahia para São Paulo, a caminho dos Estados Unidos (onde a segregação racial era total, absoluta), e então era importante que eu fosse me preparando para qualquer eventualidade, para ser discriminada [...] Esse contexto das relações raciais não era falado, não era mencionado, mas era um subtexto mais ou menos perceptível. (Damaceno, 2010, p.210).

O intercruzamento dessas trajetórias pode nos auxiliar a dimensionar melhor como o campo era estruturado nos anos 1940-1950 e o papel das mulheres nesse campo. Quais os constrangimentos sistêmicos que cunharam tais trajetórias e proporcionaram uma memória diferenciada lá e cá sobre a produção intelectual de mulheres negras.

O primeiro fato é que o sistema universitário americano é bem anterior ao nosso. As primeiras universidades negras, por exemplo, datam do século

XIX, o que estimulou a formação de um pessoal negro de nível superior, enquanto as nossas universidades vão surgir apenas no século XX. No século XIX, início do XX nós tínhamos um sistema de ensino superior mas não nos moldes universitários, sendo que na maioria destes cursos era vetada a entrada de mulheres. Até a década de 1940, em certos estados, com a Bahia, era vetada a entrada de alunos saídos do curso normal em carreiras não humanísticas, o que reduzia a participação feminina em certos quadros.

No caso das ciências sociais a questão de uma sociologia participativa que preconizava o encontro, acabou por estimular que mesmo os departamentos “brancos” recebessem os alunos negros. Em locais como Chicago, isso também era visto como um modo mais fácil de acessar os grupos pesquisados.

Isso não quer dizer que houvesse uma situação mais tranquila para os universitários e intelectuais negros norte-americanos. Embora uma parcela pequena conseguisse se graduar e se pós-graduar, o difícil era conseguir uma colocação à altura da sua formação, então vemos um grande contingente de pesquisadores negros americanos, que após as bolsas, desenvolvem trabalhos fora do circuito universitários, o que dificulta a circulação de suas ideias, restringe o tempo que eles têm disponível para as pesquisas e o apoio institucional, incluindo o financeiro, para a realização de pesquisas. É o caso de Du Bois que nunca entrou para o quadro fixo de uma universidade norte-americana.

Os pesquisadores que conseguiam colocações como professores em universidades pequenas também tinham problemas tanto para a fixação, quanto para a sua circulação. Os financiamentos estavam disponíveis sobretudo para as grandes universidades e para quem já detém prestígio.

Estar numa universidade grande e prestigiada era importante, pois garantia uma entrada no jogo universitário de quem “dita as regras” e permitia que se criasse através das orientações e de outras negociações uma rede de poder e de conhecimento que retroalimentava e reproduzia as redes de prestígio e legitimidade acadêmica.

Ter pesquisadores negros em universidades de ponta e de formação de pessoal para o ensino superior é um ponto chave para o desenvolvimento de redes de prestígio e de disputa de hegemonia.

Além disso, para fora da universidade havia redes de legitimação e apoio, o que é importante para a consolidação do saber intelectual. Todas as antropólogas aqui apresentadas tinham uma relação muito forte com a comunidade, elas eram respaldadas e vistas como intelectuais. Você precisa ser reconhecido por seus pares enquanto intelectual do grupo para fazer parte do grupo. Diggs em seu trabalho com Du Bois e na imprensa negra, Katherine como militante do NAACP era vista como uma embaixadora da cultura negra diaspórica e Zora fazia parte do *Harlem Renaissance*. Havia também uma tradição das redes de solidariedade feminina negras.

De todo modo, a entrada na universidade também tinha os seus tensionamentos. Mammie Clark, por exemplo, primeira psicóloga negra com doutorado em Columbia, foi orientada por um segregacionista. Outras como Zora, tiveram problemas com seus orientadores e, grande parte desses problemas advinha justamente pela condição de serem mulheres e negras.

No último decênio recrudesceram as pesquisas sobre trajetórias, biografias e histórias intelectuais sobre negros no Brasil. Embora haja uma notada preocupação com a trajetória de negros, principalmente os que apresentam trajetórias de ascensão social visto em trabalhos como o de Pierson, *Negroes in Brazil* (1942), de Oracy Nogueira *Negro político, político negro: a vida do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha* (1992), de Maria Alice Rezende de Carvalho *O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil* (1998), de Elciene Azevedo *Orfeu de carapinha* (1999). Nesse último período, pesquisadores negros também começam a escrever sobre trajetórias negra nas ciências sociais, é o caso de Alexandro Trindade e o seu *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social* (2004), ou Alex Ratts com *Eu sou Atlântida* (2006), biografia de Beatriz Nascimento. De aspecto autobiográfico, poderíamos falar de Carolina de Jesus, que em 1960, publica *Quarto de despejo*. A questão racial se imbrica à biografia de maneira particular, nem sempre aparecendo. A questão para alguns desses autores é saber até que ponto cor é preponderante nas trajetórias estudadas.

As condições sociais que constroem o cotidiano feminino negro, também se reproduz na universidade. Em campo, por exemplo, as condições não são iguais. Sansone (2011) mostra as querelas entre Melville Herskovitz e Franklin Frazier acerca da noção da família negra em Salvador e como isto é

reproduzido na entrada e permanência em campo de ambos. Em seu artigo, *USA & Brazil in Gantois Power and the Transnational Origin of Afro-Brazilian Studies* (2011), ele observa que em seus trabalhos de campo na Bahia Frazier e Herskovitz são tratados de maneira diferenciada pela sociedade baiana. Ao primeiro, negro, e ao segundo, judeu, são dispensadas atenções distintas, com privilégios para o segundo. O fato de ser estrangeiro não faz com que Frazier tenha a mesma penetração na sociedade baiana. O fato de ser judeu não faz com que Herskovitz se sinta diminuído.

CAPÍTULO II

OS SEGREDOS DE VIRGÍNIA

No dia 20 de dezembro de 1921, terça-feira, Virgínia acabava de ser aprovada em penúltimo lugar para uma vaga na Escola Complementar Anexa do Grupo Escolar do Braz. Era a primeira vez que seu nome aparecia na imprensa. Ela ainda era menina, mal tinha completado 11 anos, ninguém sabia o que o futuro lhe reservava, mas lá estavam suas notas estampadas no Diário Oficial entre as notas de tantas outras meninas. 306 pontos e um comentário: aprovada “simplesmente”. Umas foram aprovadas plenamente, outras com distinção, mas Virgínia foi aprovada simplesmente. Ironia para alguém que num futuro próximo alcançaria tudo o que a distinção poderia oferecer.

Ela ainda não era Virgínia Leone Bicudo. No Diário Oficial do Município de São Paulo, ela parece apenas com o nome da família paterna: Virgínia Júlio Bicudo, simplesmente.

Durante grande parte de minha vida acadêmica, Virgínia Leone Bicudo, foi para mim uma ilustre desconhecida. Assim como para muitos de nós, pesquisadores negros ou pesquisadores em Ciências Sociais que aprenderam a ver o surgimento de nossa disciplina ligado quase que, exclusivamente, ao mundo masculino, não fossem os trabalhos de Mariza Corrêa (1988) a partir dos anos 1980, a nos abrirem os olhos para a presença significativa de mulheres nesse meio. Oriundas da classe média alta ou das classes trabalhadoras, como no caso de muitas normalistas, esse universo, ainda era quase que invariavelmente branco. Salvo a presença de intelectuais do porte de Edson Carneiro ou Guerreiro Ramos, que iniciaram suas práticas ainda na primeira metade do século XX. De qualquer modo, era essa a trama que se apresentava no universo das Ciências Sociais: até mesmo negros e pobres mas homens, até mesmo mulheres ainda que somente brancas. Até pouco tempo atrás, parecia impossível para mim, conjugar as categorias de classe, cor e gênero, a ponto de afirmar a existência de mulheres negras na Ciências Sociais brasileiras até meados do XX. Ainda mais produzindo trabalhos pioneiros dentro da área que se convencionou chamar de relações raciais. Espero que, em breve, tenhamos a notícia de outras Virgínias.

O NOME I

Virgínia Leone Bicudo nasceu no bairro da Luz na São Paulo de 1910, embora sempre gostasse de dizer que tinha nascido em 1915! Mas antes de conhecermos diretamente esta personagem é importante que saibamos um pouco de suas origens e para isso, pode ser bastante produtivo nos atermos ao seu nome. Aprendemos com Mauss em *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de "eu"* (1938), a importância do nome na constituição da pessoa e do indivíduo, porém mais que isso, o nome de Virgínia pode representar uma determinada configuração social que já não é mais possível hoje em dia. Filha de Giovanna Leone, uma imigrante italiana e de Theofilo Júlio Bicudo encontramos, por vezes, em seus registros escolares a designação de Virgínia Júlio Bicudo. Theofilo, seu pai, era um jovem negro, bastante ambicioso que desejou avidamente ingressar na Faculdade de Medicina de São Paulo, o que lhe foi obstado por um professor que acreditava

que aquele não era um lugar para negros. Nascido em Campinas, interior do estado de São Paulo, onde sua mãe Virgínia Júlio fora escravizada, morou e trabalhou na Fazenda Matto Dentro do Jaguari - na região onde atualmente se encontra o bairro rural Carlos Gomes - boa parte da sua vida, principalmente depois do desaparecimento da mãe enquanto ele ainda era menino. Esta fazenda de café pertencia ao Coronel Bento Bicudo, um dos maiores plantadores de café da região. Filho de uma família “quatrocentona”, sua fazenda era uma antiga sesmária herdada pelo seus familiares. Sorocabano, foi educado no Collegio do Lageado, dirigido por Francisco de Paula Xavier de Toledo, escola dirigida à elite de Sorocaba e região. Grande parte de seus alunos eram filhos de membros da maçonaria. Nela também estudavam mulatos e alguns pretos filhos de escravizados, devido a orientação abolicionista de seu idealizador.

Em 1865, aos 16 anos, enquanto ainda estudava neste colégio, Bento Bicudo e alguns de seus colegas se alistaram como voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Sorocaba era um dos caminhos de passagem das tropas para a guerra e isso pode ter incentivado a sua participação. Segundo a *Gazeta de Campinas*, de 30 de dezembro de 1869, ele recebeu a alcunha de “Bento, o temerário” por parte do General Osório e tornou-se, aos 17 anos, capitão do 27º Batalhão de Voluntários da Pátria de São Paulo. Mas retornou para casa, antes do término da guerra por motivo de invalidez: havia sido mutilado em campo de batalha. Em seu regresso, casa-se com Ursulina Engler Barbosa, também pertencente à elite cafeeira paulista.

Herói da guerra do Paraguai, vinculou-se, em 1873, ao Partido Republicano Paulista (PRP). Neste iniciou uma amizade com Francisco Glicério, grande liderança republicana e abolicionista paulista, um homem negro, filho de pequenos agricultores, a quem Bicudo devia imensos favores. Em 1891, inaugura a Chácara República, em Campinas, que se torna um dos centros de discussão dos membros do seu partido. A anedota conta que impedidos de fazer campanhas na rua pró-República, seus partidários saíam pela cidade aos brados de “Viva a coisa proibida!”, se referindo à República.

Ainda não temos dados sobre a adesão de Bento ao abolicionismo, podemos calcular que ele tenha aderido a tal causa, mas não podemos supor que isso tenha se manifestado através de uma adesão compulsória do PRP,

pois como nos mostra Fraya Frehse (2005), a aderência do partido ao abolicionismo foi tardia e não se pode equivaler a simpatia com a república, com a simpatia pelo abolicionismo. Se pensarmos na especificidade da região de Campinas, como cafeeira e escravista e o fato de não haver acenos do governo monárquico em relação à indenização aos donos de escravos, caso houvesse a abolição, isso atinge certa complexidade. De qualquer modo, é preciso notar que não havia levantes escravos em suas fazendas.

Embora tenha sido um dos centros republicanos de maior efervescência, chegando a eleger Campos Salles como terceiro presidente republicano do Brasil (1898-1902), o abolicionismo não foi causa imediata dos republicanos paulistas. Bicudo parece ter uma relação ambígua em relação ao abolicionismo, como mostra Antonio Galdino em *Campinas, Uma Cidade Republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)*. Nessa tese, o autor reproduz um trecho de uma correspondência entre Bicudo e Francisco Glicério, onde o primeiro solicita ao amigo, três dias após a abolição, auxílio para a contratação de trabalhadores negros para a sua fazenda (Galdino, 2006).

Gozando de prestígio por sua fortuna e atividade política, Bicudo foi um dos fundadores do jornal *Província de São Paulo* em janeiro de 1875, periódico que deu origem ao *Estado de São Paulo*. Francisco Glicério também estava nesta empreitada e Júlio de Mesquita Filho tinha orgulho de mostrar a sua foto aos visitantes do jornal como sinal de que aquele era um espaço democrático. E logo após a Proclamação da República se elege Senador Estadual (cargo que corresponderia hoje ao de Deputado Estadual) por quatro legislações intercaladas⁶. Ele não conseguiu chegar ao fim de seu último mandato, tendo falecido em Pirassununga, em 1923.

O fato de não ter filhos fez com que, segundo fontes da época, Bento Bicudo e Ursulina Engler, sua esposa, apadrinhassem diversas crianças órfãs negras e filhas de imigrantes que viviam em suas terras. Eles também adotaram duas crianças. No jazigo do casal no cemitério da Consolação, há

⁶ 1900-1903; 1907-1910; 1913-1916 e 1922-1925. Na primeira legislatura foram eleitos com ele: Antônio de Lacerda Franco, Francisco de Assis Peixoto Gomide, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, Joaquim Lopes Chaves, Jorge Tibiriçá Piratininga, José Cesário da Silva Bastos, Manoel Antônio Duarte de Azevedo, Paulo de Souza Queiroz, Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.

uma obra em mármore em que Jesus Cristo é retratado tendo dois bebês em seu colo, ladeado por um menino de quem afaga os cabelos.

O NOME II

Menos de 10 anos depois de escrever a Glicério, não seria mais necessário a Bicudo, procurar empregados negros. Serão italianos brancos que começarão a trabalhar nas suas terras. Os Leone foram uma dessas famílias de italianos que desembarcou no Porto de Santos em dezembro de 1897, tendo atravessado o Atlântico no Vapor Equità-Savona. *Oriundi* das cidades sicilianas de Catânia e Palermo seguiram para Campinas onde começaram a trabalhar no Engenho Matto Dentro do Jaguari. A fazenda onde passaram a viver era composta por 80 casas e lá trabalhavam cerca de 140 pessoas, entre imigrantes, ex-escravizados e trabalhadores já livres durante a escravidão, nos seus quase 400 mil pés de café. Pietro Paolo Leone e Aggripina Leone chegaram na fazenda com três de seus quatros filhos, como explica Moretzsohn (2010), pois sua filha mais nova havia falecido no navio durante a vinda ao Brasil. Das crianças que sobreviveram, uma era Giovanna Leone, futura mãe de Virgínia. Bem jovem, ela começou a trabalhar como criada dentro da casa dos Bicudo. Lá conheceu Theofilo e, posteriormente, casou-se com ele. A fazenda contava com uma pequena escola.

O NOME III

Virgínia Júlio foi uma mulher negra, escravizada e alforriada na fazenda Matto Dentro do Jaguari, Campinas. Dela sabemos que teve dois filhos, um deles falecido ainda cedo. O outro nasceu na fazenda mas não conheceu o próprio pai e não pôde viver muito tempo com a mãe que desaparecera quando ele ainda era menino. Nascido de “ventre livre”, o filho foi criado como empregado da casa dos Bicudo. Quando tinha dois anos de idade podemos dizer que sobreviveu por sorte. Em 1889, Campinas foi assolada por um surto violento de febre amarela que matara muitos e fizera com que 3/5 da população fugisse da cidade. Theofilo nasceu de ventre livre em 8 de janeiro de 1888 e recebeu o nome do santo do dia. Em 1905, casou-se com Giovanna Leone, mudou-se para São Paulo e teve seis filhos com ela.

Virgínia, Leone e Bicudo eram três nomes que circulavam pelo mesmo espaço social, o da fazenda, exercendo papéis distintos (o escravo, o imigrante, o dono das terras). Virgínia Leone Bicudo sintetizou diretamente em seu nome uma configuração social que não seria possível fora daquele contexto. Nela, a escrava, os imigrantes, o quatrocentão. Seu pai percebeu cedo a importância da atribuição de um sobrenome. Mais do que simplesmente expressar uma relação de proximidade entre ele e seu compadrio, como interpretam Abrão (2010) e Moretzsohn (2010), atribuindo ao fato a ideia de que os ex-escravos procuravam revelar ações de compadrio pelo uso do sobrenome do ex-proprietário, aqui podemos notar uma artimanha de quem detém a noção dos processos de referendamentação dentro de uma sociedade hierárquica, como a de São Paulo. O pedido para que Theofilo e sua família passassem a assinar Bicudo, como o seu padrinho Bento Bicudo, pode ser visto no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05 de março de 1915. Nessa ocasião, Theofilo Júlio, passa a assinar Theofilo Júlio Bicudo.

De quais atributos desejamos nos aproximar quando da autoatribuição de um sobrenome como o de um “quatrocentão” paulista? Qual o peso de um nome italiano naquele contexto de recém imigração e de exclusão de determinados grupos étnicos? Que tipo de urbanidade, civilidade e brasilidade evocam o nome de um magnata do café, criador de um jornal moderno e senador estadual? Florestan Fernandes nos fala sobre a atribuição de nomes na primeira metade do século XX, e como ele mesmo foi “vítima” de seu nome. Sua madrinha preferia chamá-lo de Vicente, nome mais afim de sua condição social que Florestan.

Ao estudar a atribuição de nomes no Brasil, João de Pina Cabral (2008) nos mostra como, em certos casos, compartilhar o nome é assumir de modo atenuado atributos relacionais do epônimo. No caso de Theofilo, o sobrenome não foi obtido através de paternidade ou do matrimônio. Houve uma autoatribuição que estabeleceu uma aliança entre o dono do sobrenome e aquele que o atribuiu a si mesmo, estabeleceu uma parentela, que carregava consigo uma série de significados e aqui não se pode deixar de lado que o desconhecimento do nome de seu pai também poderia ser um fator para a autoatribuição de um novo sobrenome para Theofilo.

Modernos e modernizantes, os barões do café paulista, agora políticos transitam entre o interior e a cidade e se imbuem também de um caráter civilizador e cosmopolita que São Paulo necessita para tornar-se metrópole. Estes homens representam o Brasil moderno e republicano em que Theofilo crê e do qual quer participar, inclusive como estudante de medicina, seu sonho frustrado. Se na roça bastava ser Júlio, na cidade moderna chamar-se Bicudo é um motivo de filiação e distinção. A família crê que talvez o nome seja apenas o reconhecimento tardio da paternidade.

Virgínia Leone Bicudo recebeu o prenome da avó e os sobrenomes da mãe e do padrinho do pai. De certo modo, eles estão dispostos dentro de uma cadeia “evolutiva”: da escrava Virgínia ao cidadão Bicudo, tendo como elo aquele imigrante ainda estranho ao Brasil: o estranho Leone. Seu nome em casa sempre seria a referência à avó nunca conhecida. O último sobrenome, a um lugar social aspirado...e, de certo modo, alcançado. Se a intenção do pai era também a de se modernizar e participar ativamente da vida da cidade que acabara de adotar, foi na figura da filha que este ideal acabou por se concretizar.

Os dados de Bento Bicudo e da família Leone foram coletados quase todos em arquivos. Do Memorial do Imigrante em São Paulo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando pelo Centro de Memória da Unicamp. Simbolicamente vemos como é construída a memória arquivística de brancos ricos a negros pobres no Brasil. Os dados de Virgínia Júlio foram obtidos oralmente com a família e não consegui encontrar nem o seu registro como escrava. Pelo número de linhas dedicadas a cada um dos três nomes podemos notar como os arquivos também refletem diretamente nossas hierarquias sociais.

A menina Bicudo aprendeu a gostar de música com o piano que o pai fez questão de comprar para os filhos. Theóphilo era um “preto metido” – tornou-se carteiro e gerente de uma agência dos correios – com a ajuda de Bento Bicudo que lhe conseguiu uma colocação. Vestia-se bem. Tinha orgulho de si e da família, era um homem correto mas com um sonho frustrado: a medicina. Mesmo com uma das melhores notas do Ginásio do Estado, foi

impedido por um professor de entrar na faculdade porque aquele não era um lugar para pretos.

Na infância, Virgínia, dizia ser tratada como uma “negrinha pobre” e agredida constantemente pelos colegas da escola que a seguiam aos brados de “negrinha, negrinha, negrinha” (Teperman, 2011). Apesar disso, gostava de estudar e era aplicada explica que isso era uma recomendação de seus pais “para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa da rejeição... por causa da cor da pele” (Haudenschild, s/d). Em 1930, no 5º. ano Mixto, ela se forma pela Escola Normal Caetano de Campos, onde pode ter acesso à oportunidades de estudos de uma classe social distinta da sua (Haudenschild, s/d). Nesse mesmo ano o nome de Virgínia aparece novamente na imprensa numa situação lastimosa: como filha do recém falecido Theófilo Bicudo no obituário do Jornal *Folha da Manhã*. Depois disso, seu nome começa a ser mais recorrente.

Foi a única mulher a obter o bacharelado em Ciências Políticas e Sociais em 1938, na recém fundada Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), onde ingressou em 1936, por considerar um lugar menos elitista que a Universidade de São Paulo. Apesar disso, acompanhou um curso de Lèvi-Strauss. Segundo depoimento, a socióloga e psicanalista diz ter optado por este curso para compreender melhor o fenômeno do preconceito racial: “Desde criança eu sentia preconceito de cor. Queria o curso de sociologia porque se o problema era esse preconceito, eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito...” (Bicudo, 1994).

Anos mais tarde desistiria da profissão de socióloga e se tornaria psicanalista, já acreditando que a sociologia não seria capaz de compreender e resolver as suas angústias. Ela fala sobre como foi despertado seu interesse pela psicanálise:

[...] eu fui para a escola de sociologia porque eu tinha sofrimento, tinha dor, e eu queria saber o que me causava tanto sofrimento. E eu colocava que eram condições exteriores a mim. Então eu pensei que a sociologia iria me esclarecer sobre os motivos do meu sofrimento. ...e estando no curso, eu estava no segundo ano, pela primeira vez em minha vida eu ouvi falar de Freud, em sublimação e fatores internos. Então eu disse, bem, não é sociologia que eu tenho que estudar, eu tenho que estudar é psicanálise e Freud. (Depoimento de Virgínia Leone Bicudo ao Projeto Memória da Psicanálise, 1994).

Não é pouco que uma mulher negra procure tanto a sociologia como a psicanálise em busca da “cura” de seus sofrimentos oriundos das experiências de preconceito racial. Revela a intensa racionalização da experiência e a ideia de que ela pode ser racionalmente suplantada. “Regenerar a raça!” Redimir a raça, esse era o seu credo. Mais a frente entendermos isso melhor.

Em maio de 1945, sob a orientação de Donald Pierson, defende a tese⁷ de mestrado *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, pertencendo à primeira turma de pós-graduação em Ciências Sociais de todo o Brasil. Nesse momento, já tinha estabelecido uma sólida amizade com Oracy Nogueira e com Gioconda Mussolini, também de ascendência negra e italiana e que tinha, portanto, uma origem bastante próxima a sua. Os três foram os primeiros estudantes pós-graduados em Sociologia e Antropologia da ELSP⁸.

Se é verdade que Virgínia não se interessava mais pelo “social” por que ela resolveu ingressar no doutorado e estudar justamente as atitudes de negros e mulatos em São Paulo? Por que se ela já tinha perdido a esperança com a Sociologia? A verdade é que ela ainda tinha esperanças! O mestrado significava uma possibilidade de ascensão, mas também um vivo interesse pelo conhecimento, mas ela notava que a incursão via psicanálise e psicologia social poderia colocar a temática sobre o negro em outros níveis: ela poderia dar uma resposta mais direta à questão ao mostrar como o preconceito racial opera na vida psíquica das pessoas e o impacto do sentimento de inferioridade no cotidiano. Num nível ainda mais profundo, a questão é que ela ainda procurava respostas para aqueles sentimentos que a acometiam desde a infância: o de rejeição e sofrimento causados pelo preconceito de cor.

Quando Virgínia afirma que pretendia estudar Sociologia porque acreditava que assim poderia entender o preconceito racial do qual era vítima, mas depois entendeu que a psicanálise é que poderia ajudá-la foi porque

7 Optamos por usar a convenção dos anos 1940 em que os trabalhos defendidos em nível de mestrado eram nomeados como tese e não como dissertação como atualmente.

8 Para Donald Pierson, um dos primeiros professores da instituição, o curso de pós-graduação da ELSP era um curso de Sociologia e Antropologia. Em carta à Oracy Nogueira (12/01/1989. Fundo Oracy Nogueira/UFRJ), se ressurte de que no Brasil não reconheçam essa característica dos estudos pós-graduados da ELSP e da sua atuação como antropólogo, tendo-se assimilado a ideia de que o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia do país tenha sido criado por Darcy Ribeiro em 1955. Gostaria de agradecer à Profa. Dra. Maria Laura Cavalcanti, coordenadora do Fundo Oracy Nogueira, o acesso ao mesmo.

possivelmente viu nesta última, um campo da prática que não conseguia ver na sociologia. Embora vivêssemos nos tempos da engenharia social, em relação ao indivíduo, a sociologia podia fazer muito pouco para aplacar os seus tormentos. Dizia ela:

No início escolhi a psicanálise porque nela encontrei abertura para o existencial social: eu podia ter uma formação como psicanalista e ter um lugar de trabalho no social. Só aos poucos fui descobrindo que o ser psíquico é mais importante que o ser social: é o que comanda a integração com o social e com o físico [...] (Haudenschild, s/d)

Virgínia era uma mulher da cidade⁹ e tinha entendido muito rapidamente o que era esse novo espaço social da metrópole. Ao focar na integridade da relação físico-psíquico-social, ela afirmava que “quanto mais saudável uma pessoa, mais ela integra esses espaços, quanto mais doente, mais os desintegra” (Haudenschild, s/d). Para Isaac Joseph (1998), especialista nos estudos urbanos da Escola de Chicago, isso poderia se condensar na seguinte ideia:

Seguindo essas pegadas, retomaremos as reflexões de Goffman e suas análises sobre o trabalho de representação. Todo cidadão é ao mesmo tempo um ator e um observador que se desloca entre territórios e, para isso, precisa de um “guia” que lhe permita orientar-se na justaposição das ordens rituais das quais necessita quotidianamente explorar a possibilidade de acesso. Os excluídos dessa ordem são aqueles (cada um de nós em momentos determinados) que perdem a capacidade de distribuir sua atenção, aqueles que se descontrolam, deixam-se tomar ou absorver, aqueles que se rendem. E não será mais o migrante quem vai servir de analisador dessa ordem de interação e desse universo de quadros, mas o louco. (JOSEPH, 1998, p.120)

A psicanálise, através da ideia do reconhecimento das pulsões humanas teria uma entrada privilegiada para se combater os atavismos próprios dos “falsos incorrigíveis”. Seu sucesso em São Paulo e no Rio de Janeiro, podem estar atrelados a essa ideia de que as metrópoles, como esse lugar de encontros e choques constantes está mais exposta do que qualquer outro lugar à doença.

⁹ Há uma história de Olinda Sampaio - que também foi educadora sanitária, visitadora psiquiátrica e amiga da Virgínia – que resume bem a relação que estas mulheres tinham com a cidade de São Paulo. Já idosa e cega ela pegava táxis e descrevia detalhadamente os

Neste momento, psicanálise, psicologia social, sociologia e antropologia enxergam a metrópole de modo similar. E para poder entendê-la tentarão incessantemente vencer as fronteiras de seus campos disciplinares e intercambiar metáforas e conceitos que dêem conta política, analítica ou teoricamente deste lugar que aparece como fonte de bens e de males,

Para uma educadora sanitária que deveria “regenerar a raça”, para uma visitadora psiquiátrica que deveria cuidar da “criança-problema” observando a estrutura social de onde ela vem, para a psicanalista preocupada com a formação das subjetividades não seria difícil identificar quem era o louco nesta nova ordem.

NA CIDADE MODERNIZANTE

Sua trajetória escolar mostra uma configuração bastante comum às moças de sua geração (ou melhor dizendo, às moças de classe média – o que não era o seu caso): a formação no curso de magistério e, depois, a especialização em educação sanitária – profissões de perfil feminino. Embora tenha concluído o curso de magistério, Bicudo nunca trabalhou como professora. Iniciou sua vida profissional como funcionária pública na no departamento de educação em 1931 quando foi chamada para ser professora substituta permanente, mas acabou sendo comissionada para realizar o curso de educação sanitária, que finalizou em 1932 quando começou a atuar primeiramente como educadora sanitária na Seção de Higiene Mental, depois como visitadora psiquiátrica e, por fim, supervisora das visitadoras na Clínica de Orientação Infantil de São Paulo. Toda sua formação estava voltada para a questão educacional, em especial para a Higiene Mental. Como educadora sanitária ela adquiriu independência financeira e se tornou funcionária pública, tendo se aposentado apenas em 1962, como “psicologista”. A sua trajetória é marcada por várias profissões novas e de profissões que vão mudando de nome, transformando-se em outra coisa. Ela foi educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, assistente social psiquiátrica, visitadora social, psicologista, socióloga e psicanalista. Em quase todas essas profissões ela foi pioneira. Ela se tornou socióloga quando a profissão ainda estava se institucionalizando, se

caminhos que o taxista devia pegar mesmo sem enxergar. Só faz isso quem conhece a cidade com a palma da mão e essas moças a conheciam. Conheciam a cidade e seus habitantes.

tornou psicanalista, quando a profissão mal existia, se tornou “psicologista” quando quase ninguém o era. E aí um problema porque nem mesmo os psicólogos eram unânimes em creditar o título de psicologista para Bicudo, muito embora, de fato ela tenha feito parte da história da disciplina, mas sem um diploma e exercendo uma função que estava no limiar da psicologia e da assistência social. Além de haver uma disputa interna muito grande no campo da psicologia vindo, principalmente das psicólogas da USP e daqueles que estavam mais ligados à aplicação de testes. Tanto que durante um tempo, o que definia a profissão de psicólogo era aplicar testes, de todos os níveis. O SENAI com testes vocacionais se tornou um dos celeiros desta psicologia. Aplicou um teste? É psicólogo!

Em 1954, a Assembleia Legislativa discutiu seriamente se as visitadoras psiquiátricas (função que já estava se extinguindo) passariam a ser reconhecidas como psicologistas. A questão é que das 18 visitadoras da Clínica de Orientação Infantil, nenhuma tinha o título de psicóloga, o que levou a um impasse sobre o que fazer com elas. Como prova de que as profissionais atuavam de fato com os temas da psicologia, foi apresentada a relação de trabalhos que as profissionais haviam apresentado nos últimos anos. Dos 53 trabalhos científicos elencados, 31 eram de Virgínia e quatro orientados por ela, o que foi visto como positivo pela deputada Conceição Santamaria, mas evocou o ranço de outros como o Padre Calasans (notório conservador foi em 1964 um dos líderes da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”) , que se colocava contra o reconhecimento do trabalho de Virgínia como psicologista, mas também como psicanalista não médica. O ranço vinha de tempos idos: se remontava até mesmo ao fato das visitadoras terem sido nomeadas por interventores como Macedo Soares. Foi um ano difícil porque os ataques vinham de vários lugares e sempre colocam “as suas profissões” sempre em xeque.

A profissão de educadora sanitária além de dar independência financeira à Bicudo, fez com que ela começasse a circular ainda mais pela cidade. Se como professora ela iria ficar restrita à circulação no espaço de um determinado ambiente escolar, ao optar pelo trabalho como educadora sanitária, ela estava escolhendo circular pela cidade de modo distinto. A tarefa de educadora tinha uma rotina marcada pelo novo, por novos contatos e novos

“problemas” cotidianamente. Um deles, por exemplo, foi o de atender às famílias dos soldados que iam para o *front* durante a Revolução de 1932: “a educadora ia conversar com as pessoas”, (Memória da Psicologia, 1994) ouvir as suas angústias. A profissão demandava uma relação com a cidade que era bastante nova para as mulheres, que tinham até a década de 1920, sua circulação e redes de sociabilidade mais circunscritas (Bonadio, 2005). A relação com a rua era diferente, pois ela era um local de circulação masculina. E embora as profissões de educadora sanitária e visitadora psiquiátrica fossem femininas, elas colocavam as mulheres para trabalhar na rua, num momento em que estar na rua era algo completamente marginal para uma mulher. Afinal quem são as mulheres que trabalham na rua? Não é à toa que o noivo de Ligia Amaral, companheira de trabalho e melhor amiga dizia que “mulher direita não devia andar na rua Direita!” Bom, mas afinal no que se constitua essa profissão?

Heloísa Pimenta (2005) é quem explica o surgimento e o contexto da criação do curso de educação sanitária em São Paulo:

Instituído pelo Decreto 3.876 que reorganizou o Serviço Sanitário de São Paulo, o curso consubstanciou-se numa das expressões da política de saúde pública implantada pelo sanitarista Geraldo de Paula Souza, então diretor do Instituto de Higiene e do Serviço Sanitário de São Paulo, em conformidade com os moldes norte-americanos aprendidos em seu curso de doutoramento, realizado junto à Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore. Concebendo os problemas de saúde como resultado da falta de educação e, nessa medida, atribuindo à educação sanitária a possibilidade de superação dos graves problemas gerados pelo crescimento urbano, a reforma sanitária de 1925 teve na criação do curso de educadores sanitários e dos centros de saúde as suas principais inovações. (PIMENTA, 2005, p.74)

Paula Souza foi um dos mentores de Durval Marcondes, criador da Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Escolar de São Paulo. Durval foi quem introduziu Virgínia na Psicanálise e quem a convidou para se assumir a função de visitadora psiquiátrica na Clínica em 1938. Em “*A educação sanitária como profissão feminina*” (2005), Heloísa Pimenta apresenta a trajetória de Maria Antonieta de Castro, da primeira turma de educadoras sanitárias e depois uma das lideranças do movimento em São

Paulo. A fala de Pimenta, resume bem os ideias que permeavam a formação da educadora, se detendo no simbolismo do diploma das estudantes:

O emblema estampado no diploma traduzia os ideais de “regeneração da raça” que perpassariam as várias frentes de atuação em que se engajaram as educadoras sanitárias, sob a firme orientação de Maria Antonieta. Movidas pelo lema “A educação sanitária semeia, a raça colherá o fruto”, as suas iniciativas deveriam contribuir para fazer brilhar e resplandecer “o sol da saúde”. Qual jardineiras, a elas cabia preparar o terreno e “semear” a consciência sanitária, visando obter a farta colheita de uma raça redimida do “pecado da miscigenação”. (PIMENTA, 2005, p.79)

“Regeneração da raça!” O texto de Heloísa é belíssimo. Pensar que em todas as suas profissões, Virgínia teve “raça” (em suas várias acepções) como tema é bastante forte. Seja como problema, seja como redenção, Bicudo cresceu e se formou num ambiente em que a sua origem e pertença “marginal” sempre esteve em discussão. Continuo com o texto de Heloísa que mostra um pouco das atividades das educadoras:

Saúde, instrução e moral constituíam o tripé sobre o qual se deveria alicerçar a atividade dessas “mensageiras da saúde”, incumbidas do “sublime apostolado” de levar a todos os cantos a boa nova da “regeneração da raça”. “Ensinar a todos e por toda a parte o abc da saúde”, empenhando-se na obra de aperfeiçoamento físico, intelectual e moral, consubstanciava-se, desse modo, na “nova cruzada” em que se alistavam agora essas mulheres experimentadas na tarefa de “guiar a infância pelos meandros do ler e do escrever”. Levando o “evangelho da saúde” a crianças, jovens e velhos e chamando-os, com a “doçura da sua fala”, à conversão à “religião da higiene”, as educadoras sanitárias estariam cumprindo a “missão” para a qual foram convocadas: de contribuir, pela formação de homens fortes, cultos e virtuosos, para o engrandecimento do Brasil e o seu nivelamento com a “vanguarda da Civilização”. (PIMENTA, 2005, p.77)

Se Virgínia foi a primeira mulher e segunda pessoa psicanalisada na América do Sul, foi um homem também negro que a precedeu como pioneiro nos estudos de Freud no Brasil: Juliano Moreira (1873-1933). Ele alimentou querelas históricas com Nina Rodrigues em torno de discussões sobre relações raciais. Tal era a discordância de Moreira com o racismo rodriguesiano,

baseado num higienismo racial, que ele acabou desenvolvendo seus pressupostos científicos acerca da tese da degenerescência a partir da ideia de um higienismo mental, disciplina a qual Virgínia Leone Bicudo carregou por grande parte de sua vida profissional. Moreira deslocou a questão, ao propor que a mestiçagem não era fator de degeneração mental entre os brasileiros. Ana Maria Oda nos ajuda a ver melhor a sua condição:

A posição de Moreira era minoritária entre os médicos, na primeira década do século XX, época em que ele mais diretamente se referiu a esta divergência, polemizando com o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Também desafiava outro pressuposto comum à época, de que existiriam doenças mentais próprias dos climas tropicais. [...] Convém ressaltar que a teoria da degenerescência nunca seria colocada em questão por Moreira, mas apenas os seus fatores causais. Para ele, na luta contra as degenerações nervosas e mentais, os inimigos a combater seriam o alcoolismo, a sífilis, as verminoses, as condições sanitárias e educacionais adversas, enfim; o trabalho de higienização mental dos povos, disse ele, não deveria ser afetado por "ridículos preconceitos de cores ou castas [...]". (ODA, 2000)

É Juliano, quem ajuda a inaugurar a ideia de higienismo mental no Brasil ao propor como profilaxia para o mal da degenerescência um programa de higienização mental para a população brasileira. Esse higienismo mostraria que aqueles a quem normalmente se alegava “não ter conserto”, eram de fato “falsos incorrigíveis”. Pessoas que num trabalho de higienismo mental e normatização poderiam ser assimilados à população. Essa profilaxia deveria começar na escola, como afirma Reis (1994). A psicologia experimental era vista, segundo o autor, como a base científica do higienismo mental, por isso a disciplina era ensinada nas escolas de magistério. Escola e família eram as fontes do desajustamento infantil, portanto era importante atuar nessas áreas. A psicanálise passa então a ser primordial para auxiliar o desenvolvimento do higienismo mental, o que acabou motivando uma aproximação com o pensamento freudiano. Segundo Reis, o uso instrumental da psicanálise na educação era conforme o pensamento de Porto-Carrero, um fator de modernização da educação nacional. Nas palavras do último:

A educação moderna já não pode fugir às bases da psicanálise. A influência desta na retificação dos impulsos,

operando a derivação ou sublimação destes para formas consentâneas com o meio, é fato fácil de verificar nas modernas correntes pedagógicas. (PORTO CARRERO apud REIS, 1994, p. 25)

Isso reforça a tese de Reis para quem a psicanálise no Brasil, a partir de uma leitura foucaultiana, não tem uma finalidade exclusivamente médico-científica, mas tem naquele momento uma finalidade político-administrativa, “sua eficácia política visando alcançar determinados objetivos”. (Reis, 1994, p.228)

Nesse sentido, “situar a causalidade da doença mental a nível de uma infância difícil, de uma educação deficiente, ou de uma família moralmente inapta, teve como consequência inaugurar toda uma direção preventiva da psiquiatria, fornecendo parte do instrumental teórico para os programas de higiene mental”. (ROPA apud REIS, 1994, p. 231)

Reis afirma, que para os higienistas, seriam as grandes cidades as maiores propaladoras do desequilíbrio mental. Seu ritmo de vida acelerado seria causa de distúrbios mentais e sociais. Por isso, o cuidado deveria ser redobrado, e a escola recebe a premissa desse cuidado. É nesse período que surge a primeira Clínica de Orientação Infantil do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois vemos surgir a de São Paulo.

Tão logo defendeu a sua tese, tornou-se uma das primeiras professoras negras no ensino superior brasileiro ao começar a trabalhar como assistente de Durval Marcondes, professor titular das disciplinas de Higiene Mental e Psicanálise da ELSP. Podemos ver as ementas dos cursos em que foi assistente de Durval Marcondes em 1945. Nelas há uma ideia forte em relação a profilaxia das doenças mentais, da importância da higiene mental na infância e no papel da família nos desajustes. Como parte da disciplina seus alunos ainda viam como funcionava a Clínica de Orientação Infantil, podendo realizar estágios na mesma. Entender o papel da professora como agente “profilático” também era uma premissa da disciplina. Vejamos as ementas:

Higiene Mental:

Durval Marcondes, D.M. e Virgínia Leone Bicudo, B. Sc. 21 aulas, no primeiro semestre, às terças-feiras das 9 às 10hs. E às sextas-feiras das 8 às 9 hs.

Introdução: Considerações gerais sobre a função do aparelho psíquico e suas anomalias.

Evolução histórica da luta contra os distúrbios psíquicos.

Orientação moderna da psiquiatria e da assistência psiquiátrica. Origem e evolução do movimento de higiene mental.

Profilaxia dos fatores de desajustamento psíquico. Herança e ambiente. Medidas eugênicas e suas limitações práticas.

Profilaxia dos fatores de desajustamento psíquico. Condições biológicas. Condições sociais e culturais.

Importância do período infantil do desenvolvimento individual na gênese das psicopatias.

Higiene mental da criança. Papel do lar. Problemas ligados à organização da família.

Papel do lar (continuação). Problemas ligados aos distúrbios das relações intra-familiares.

Papel da escola e da professora na higiene mental.

Clínica de Orientação Infantil; sua importância e linhas gerais de sua organização.

Tratamento da criança problema.

Higiene mental em tempo de guerra.

Nota – Além do curso teórico, serão dadas aulas práticas para exposição de casos ilustrativos e discussão de temas especiais. Caso seja possível, os alunos farão estágio numa clínica de higiene mental e realizarão pesquisas, orientados pelo professor e pelo assistente.

Ementa do curso de Higiene Mental, ELSP, 1945.

Psicanálise:

Durval Marcondes, D.M. e Virgínia Leone Bicudo, B. Sc. 30 aulas, no primeiro semestre, às terças-feiras das 9 às 10hs. E às sextas-feiras das 8 às 9 hs.

Criação da técnica psicanalítica. Reconhecimento da importância do inconsciente na vida psíquica individual.

Mecanismos do inconsciente. Estudo psicanalítico dos sonhos. Simbologia.

Psicanálise dos instintos. Evolução psico-sexual.

Organização estrutural do aparelho psíquico: ego, id e super-ego.

Noções sobre a ação psicanalítica no indivíduo. Estudo da transferência.

Contribuição da psicanálise à psicologia coletiva.

Contribuição da psicanálise à antropologia social.

Contribuição da psicanálise à educação.

Contribuição da psicanálise à criminologia.

Contribuição da psicanálise ao estudo da arte e da literatura.

NOTA – serão dadas aulas especiais para estudo e discussão de obras psicanalíticas de interesse mais direto para as ciências sociais.

Ementa do curso de Psicanálise, ELSP, 1945.

A disciplina de psicanálise era orientada ao curso de ciências sociais, em especial, pela sua contribuição para a antropologia social. (Valladares) Marcondes tem um papel central na institucionalização da Psicanálise no Brasil. Tendo sido um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise

(1945), a primeira associação do gênero no país. Na ementa de seus cursos com Marcondes¹⁰, Bicudo abordava desde a questão da higiene mental em períodos de guerra (estamos em 1945), da criança-problema e a influência do lar na formação infantil, passando pelo papel da professora como agente profilático na higiene mental escolar até questões sobre sexualidade. Aqui é necessário lembrar que o tema é novo, e que a entrada de mulheres no campo psicanalítico é recente. Se em São Paulo, o início da institucionalização da psicanálise está ligada intimamente à participação feminina, isso não é regra em outros locais. Em 1936, Adelheid Koch, psicanalista judia vem ao Brasil, fugindo da perseguição nazista e se torna a primeira analista didata no país, tendo Virgínia como sua primeira paciente, em 1937, (o que a tornou a primeira mulher analisada em toda a América Latina)¹¹. Convém notar que a primeira pessoa a deitar num divã no país tenha sido, justamente, uma mulher negra, filha de pai negro e imigrante italiana. Uma mestiça, que se interessou primeiramente pela sociologia e, posteriormente, pela psicanálise como uma forma de ampliar seu entendimento sobre a questão da discriminação racial. Virgínia foi conduzida ao divã por esta preocupação.

Além de adentrar num território masculinizado como o ensino superior, fazer parte do meio psicanalítico, colocava as mulheres na discussão sobre sexualidade, o que era um tabu numa sociedade conservadora como a nossa. Mas falar de sexualidade durante o regime varguista também era bastante ousado, principalmente para uma mulher negra. A psicanálise não estava de todo institucionalizada e os argumentos anti-psicanalíticos eram ferrenhos, principalmente, por parte dos médicos da Faculdade de Medicina de São Paulo (em sua quase totalidade homens). Para Virgínia isso era ainda mais difícil por

10 Cf. ANUÁRIO da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Instituição complementar da Universidade de São Paulo). Décimo segundo ano letivo. SP: ELSP, 1945. A autora agradece ao Arquivo da Fundação Escola de Sociologia e Política pelo acesso a este material.

¹¹ Enquanto realizava o doutoramento, prestei a seleção para uma bolsa de doutorado sanduíche de uma fundação americana. Quando fui entrevistada, um dos membros da banca, um cientista social me interpelou acerca da veracidade de haver brasileiros estudando psicanálise e sendo psicanalisados no Brasil já nos anos 1940, e observou que isso deveria ser um erro crasso de minha pesquisa visto que os argentinos tinham uma tradição em psicanálise anterior à nossa e pelo fato de que sendo gaúcho ficava óbvio essa tradição. Contestou também a existência de Virgínia Bicudo enquanto mulher negra já que havia trabalhado com Florestan Fernandes e conhecia bem do assunto. Não recebi a bolsa. Claro que este não deve ter sido o critério exclusivo para a minha recusa. Meu trabalho deveria ter outras falhas. Mas é incrível ver como operam certos argumentos de autoridade e contiguidade.

ter se tornado a primeira psicanalista não médica no Brasil, o que abriu caminho para que não seja exigida, ainda hoje, a formação em medicina como pré-requisito para o exercício da clínica psicanalítica. Isso lhe valeu a acusação de charlatã em grandes eventos e em pequenos folhetos que eram distribuídos no centro de São Paulo com os dizeres: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia Bicudo!” (Bicudo, 1994a). As acusações foram mais veementes durante um congresso em São Paulo, no ano de 1954:

[...] eu estava sentada e era a hora da Higiene Mental apresentar. Eu estava sentada e os médicos, todos de pé, todos gritando: “Absurdo! Psicanalistas não médicos!” Foi horrível! Olha que eu quase me suicidei por isso. Você ouvir outras pessoas dizendo: “Você é charlatã!” Ser chamada de charlatã publicamente! Ah! Você não fica de pé! Você vai para casa e quer morrer! (Bicudo, 1994a).

Seus oponentes eram poderosos. Flamínio Fávero (1895-1982) foi um dos que comandou a ofensiva. Formado na primeira turma da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, ele logo tornou-se reconhecido como o principal pupilo de Oscar Freire e um dos mais diletos membros da Escola Nina Rodrigues. Médico legista, ele se tornou o primeiro diretor do Conselho de Medicina de São Paulo, além de ter sido presidente do Complexo Penitenciário do Carandiru. Dois meses antes do imbróglio, os dois tinham participado juntos como professores do curso de Educação Sexual promovido pelo Sesi. Além dos gritos e panfletos, Flamínio atacou também pelos jornais: “tenho estudado em congressos realizados entre nós o problema do exercício da psicanálise por leigos. Estará certo este exercício? Defendo a tese contrária. (Folha da Manhã, 10/10/1954)

Acusações de bruxaria! Mulheres tanto no campo psicanalítico quanto nas Ciências Sociais sempre são acusadas de bruxaria. Se o caso mais notório em nosso campo parece ser o de Ruth Landes (CORRÊA, 2003) ele não é o único e expressa um tipo de olhar em direção às práticas femininas que se eram recorrentes na primeira metade do século XX, não deixam de todo de nos assombrar ainda hoje. Contra estudanres negros, a acusação de bruxaria mais recorrente entre nós é a de militante! Sempre haverá um professor em alguma

banca com o dedo em riste para acusar: “Bruxo!”, “Militante!”. Dá no mesmo. É um jeito delicado de dizer que não fazemos ciência, de que não nos distanciamos de nossos objetos! “Bruxa!”. Não são erros de militância, são erros de quem está em processo.

Para Virgínia o impacto era maior. Eles falavam da profissão para a qual ela se dedicava há mais de 15 anos. E a tensão tanto deveria ser maior por lembrar que pela segunda vez, os médicos tentavam frustrar os sonhos da sua família.

As visitadoras psiquiátricas eram o elo entre a escola e a família. Elas percorriam a cidade e sua periferia e tinham por função visitar e orientar as famílias de crianças “desajustadas”, isso fez com que Virgínia se mantivesse “em circulação” pela cidade de São Paulo. Todo o seu trabalho nessa época é focado ao ajustamento de indivíduos e das “crianças problema”, para tanto ela deve “estabelecer a relação causal entre os problemas das crianças e as relações sociais” (BICUDO, 1946, p.86) através do levantamento das suas histórias de vida e do conhecimento do seu ambiente familiar e afetivo, orientando os pais e professores a entenderem os motivos das crianças e não os penalizarem. Como visitadora também circulou pelo Brasil apresentando trabalhos e representando a Seção de Higiene Escolar de São Paulo. Uma dessas apresentações ocorreu à convite de Henrique Roxo e do Centro de Pesquisas Educacionais em março de 1943, no Rio de Janeiro. No CPE, realizou a conferência “As crianças difíceis nas escolas: meios de readaptação”. A imagem que ilustra a abertura deste capítulo refere-se à entrevista que ela cedeu para o jornal carioca *A Manhã*.

Dias Duarte (2000), mostra que no pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX, o mundo branco é representado como urbano e civilizado enquanto o mundo negro é visto como rural e tradicional. Virgínia, filha de seu Theofilo não conhecia essa dicotomia, mas entendia que havia um modo de modernização que ocorre entre os debaixo, distinto daqueles de maior extrato social. Há um modo de modernizar do negro, distinto daquele dos brancos e isso pode ser notado pelo seu modo de organização na metrópole. Em seu trabalho fica claro que é necessário um trabalho de higiene escolar não porque pobres e negros são atrasados ou incivilizados, mas porque a

educação pode atuar como um agente de ascensão social que pode gerar consciência entre os sujeitos.

Ainda sobre essa modernização negra, lembremos que Roger Bastide (1955) ao analisar a predileção por empregos entre negros e brancos em São Paulo, nota que muitos negros pobres dizem que gostariam de ser mecânicos de automóveis, embora a grande maioria deles não pudesse possuir um. Ser mecânico nos anos 1940-1950 era uma profissão nova, na qual você estaria em contato direto com o bem de consumo símbolo da modernidade. Se ter um carro não era possível, consertá-lo poderia ser um meio de se aproximar desse fluxo modernizante.

Sob esse horizonte, São Paulo pode ser vista como um laboratório de experiências de modernização, as relações raciais mais hierarquizantes como uma delas. É interessante notar o depoimento da antropóloga negra baiana Josildeth Consorte, que antes de ir aos Estados Unidos para iniciar sua pós-graduação na Universidade de Columbia, é enviada por Anísio Teixeira e Thales de Azevedo, para uma temporada de estudos na ELSP:

São Paulo foi uma experiência nova e ampliada de vivência urbana e vivência das relações raciais. Eu saí da Bahia para São Paulo, a caminho dos Estados Unidos (onde a segregação racial era total, absoluta), e então era importante que eu fosse me preparando para qualquer eventualidade, para ser discriminada [...] Esse contexto das relações raciais [em São Paulo] não era falado, não era mencionado, mas era um subtexto mais ou menos perceptível. (Damaceno, 2009, p.210).

Nosso Mundo Mental

Tanto em sua tese, quanto no trabalho da Unesco, tinha a a ideia dos vícios, do desajuste social, da promiscuidade e do alcoolismo como fontes do desajuste. O trabalho como chefe das visitadoras psiquiátricas da Seção de Higiene Mental Escolar rendeu notoriedade à Virgínia. Mais de uma vez seu trabalho foi citado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e ela tornou-se conhecida mais tarde como precursora da psicanálise com crianças no Brasil, principalmente da linhagem kleiniana (Abrão, 2010). Antes disso, porém, como visitadora e psicanalista criou um programa na Rádio Excelsior e

uma coluna na Folha da Manhã, chamados *Nosso Mundo Mental*, onde orientava jovens casais, famílias e pais no reconhecimento e tratamento de suas neuroses. Seu programa de rádio, em formato de novela, era um meio de expandir o conhecimento sobre a psicanálise, mas também de uma determinada psicanálise, civilizatória, da qual não se pode extirpar um caráter político. Seja pela amplitude das pessoas que poderia alcançar através desse mecanismo, seja pela possibilidade de servir como “guia” de uma moderna conduta familiar, sexual, social, centrada no indivíduo que emerge dessa nova ordem. Virgínia tornou-se famosa e com a psicanálise ficou rica.

Depois dos eventos de 1954 em que é acusada de charlatã, Bicudo pede licença de seu trabalho e vai completar a sua formação, em 1955, na *Tavistock Institute* em Londres. Esse era um dos centros de psicanálise mais reconhecidos no mundo, além de ter sido importante na criação das Clínicas de Orientação Infantil. Virgínia estava no lugar certo.

Tanto mais as pessoas se enfureciam Virgínia fazia mais sucesso. Seus programas de rádio eram um sucesso. Pequenas rádio novelas onde atores encenavam situações cotidianas de tensão familiar e Virgínia analisava psicanaliticamente cada uma delas com minúcia. Quem mais lhe mandava cartas eram os homens, pedindo para que ela explicasse certas situações domésticas.

Capítulo III

ESTUDOS DE ATITUDES E TEORIAS RACIAIS EM SÃO PAULO (1945-1955)

Entre o período de 1945 a 1955, Virgínia Leone Bicudo publicou duas pesquisas baseadas no “Estudo de Atitudes Raciais”: uma deu origem a sua dissertação de mestrado *Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, defendida na Escola Livre de Sociologia e Política (1945) e a outra denominada *Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em Relação com a Cor dos seus Colegas* (1953), foi resultado de sua participação na equipe do Projeto Unesco-Anhembi, coordenado por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Estas duas pesquisas foram seus únicos textos sobre relações raciais,

o restante de sua produção versa quase que exclusivamente sobre Higiene Mental, Psicologia e Psicanálise.

Virgínia não foi a única a se interessar pelo método. São as atitudes que movem o mundo negro de Fanon (1952), Guerreiro Ramos (1948), Frazier (1944), o mundo branco de Park (1928), Pierson (1939), Arthur Ramos (1948) e Costa Pinto (1955) e o mundo não tão branco de Oracy (1942), Florestan (1955) e Bastide (1955). Entre as décadas de 1930 a 1950, todos os pensadores das relações raciais buscavam uma atitude. E um pequeno número de investigadores, como Oracy Nogueira, Dante Moreira Leite, Guerreiro Ramos, Carolina Martuscelli, Aniel Ginsberg e Luiz Da Costa Pinto usaram do mesmo referencial para analisar o preconceito racial ou de cor em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, mas elencando sujeitos, objetos e locais de pesquisas distintos. O primeiro investigou as atitudes em relação aos anúncios de empregos num jornal da capital paulista, o segundo pesquisou livros escolares, Guerreiro aplicou um teste a funcionários públicos, Martuscelli investigou as atitudes de universitários e os dois últimos se somaram à Virgínia Leone Bicudo para investigar atitudes raciais de jovens e crianças que frequentavam grupos escolares. Em seu mestrado suas análises informam sobre os processos de escolarização e ascensão social da população negra em São Paulo.

Pela primeira vez vemos um esforço para pesquisar o preconceito racial tendo instituições de ensino como *locus* privilegiado de investigação. Em comum, além disso, a recorrência ao indivíduo como fonte possível de informação e o desenvolvimento de uma preocupação com a formação de subjetividades pautadas na experiência em comum de determinados grupos no meio urbano. Num momento que começa a se discutir nacionalidade, nação e cidadania mais intensamente, interessa saber como determinados grupos sociais experenciam esta nova ordem e o quanto eles são assimiláveis ou não à sociedade que vem sendo construída.

Os estudos de atitudes propiciavam este tipo de discussão e, justamente, por focar nas experiências do indivíduo mostram com alguma antecedência em relação aos estudos sociológicos mais densos dos anos 1950, a existência de preconceito racial ou de cor.

Primeiro é preciso dizer que o Estudo de Atitudes não é uma exclusividade dos métodos da Escola de Chicago. Em São Paulo, estes estudos se iniciam dentro de duas vertentes: uma vem através dos estudos de sociologia de Pierson (então Chicago), outra pelo viés da Psicologia Social e teve como um dos patronos, o psicólogo judeu canadense Otto Klineberg¹², que antes de vir ao Brasil como professor visitante para instituir o Departamento de Psicologia da USP entre os anos de 1945 a 1947 (Maio, 1997), havia escrito *Racial Attitudes* para o inquérito *An American Dilemma* de Gunnar Myrdal (1944). O autor, pupilo de Franz Boas, já havia escrito também dois trabalhos fundamentais contra a discriminação anti-negro nos Estados Unidos “*Negro Intelligence and Selective Migration*” (1935) and “*Race Differences*” (1935). Nestes trabalhos, Klineberg, aplicou testes onde provava que não havia diferença de inteligência entre os negros do sul e os do norte dos Estados Unidos. Seus escritos junto com o trabalho de Myrdal foram base para que em 1954, no conhecido caso *Brown versus Board of Education*, a segregação de cor nas escolas públicas norte-americanas fosse considerada inconstitucional. Maio (1997), mostra minuciosamente o papel fundamental do psicólogo na constituição do Projeto Unesco no Brasil. Seu trabalho como colaborador de Myrdal e depois como Diretor Interino do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, em 1949, o colocou num papel chave na articulação do projeto. No prefácio do *Unesco International Social Science Bulletin* (1950), podemos encontrar uma das justificativas da Unesco (e de Klineberg) para o empreendimento de uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil:

The project for the study of racial relations in Brazil, to be carried out in 1951, is inspired by a new outlook. This time, it is no longer a question of describing tensions and of noting the evils of racism in the light of scientifically observed facts, but, by means of research, of drawing attention to a situation which seems to us to be a relatively happy and almost exemplary one. The resolution which provides for the carrying out of this project represents the first step towards a new conception of the role of

¹² Otto ocupou a cátedra de Jean Maugué e foi substituído por Anitta Cabral. Em comunicação de 22 de novembro de 2010, ao falar sobre as correntes de solidariedades transnacionais entre judeus Marcos Chor Maio revela que Virgínia não tinha sido a sugestão de Otto Klineberg para o Inquérito Unesco. Ele havia indicado Betty Katzenstein e Aniela Ginsberg para a pesquisa. A verdade é que de acordo com os registros de Projeto Memória da psicologia, Virgínia contra Betty e Otto Klineberg representavam lados opostos das disputas de linhagens psicológicas no Brasil.

social science at Unesco. Leaving to scientific institutions and individual scientists the task of describing racial conflicts and of analysing their causes, Unesco's wish is to study ways of remedying these states of tension, and to be able to make practical recommendations for dissipating or at least relaxing them. (1950, p. 455)

No mesmo número foram publicados os artigos *Race Differences: The Present Position of the Problem* de Otto Klineberg, onde ele discorre sobre o *The Unesco "Statement on Race"*, documento que baliza a pesquisa sobre diferenças psicológicas entre grupos raciais proposta pela instituição; *Racial Prejudice among American Minorities* de Kenneth B. Clark, o psicólogo negro consagrado por realizar tais pesquisas, sendo o “teste das bonecas”, reproduzido durante o Projeto Unesco por Aniela Ginsberg, a mais famosa.

No artigo, o autor – que também participou do grupo de Myrdal em *An American Dilemma* – trata das atitudes raciais de auto-rejeição entre as minorias, em especial, entre negros e judeus. Para ele, os preconceitos intra grupos devem ser vistos de modo objetivo e não moralizante, pois numa sociedade racista a auto-rejeição é a norma. A solução para a auto-rejeição seria o combate ao racismo e ao preconceito através de uma solidariedade universal que poderia ser vista, por exemplo, nas alianças entre negros e judeus durante a Segunda Guerra:

Any comprehensive plan for the stabilizing of human society must include the development of some technique whereby large numbers of human beings everywhere can be persuaded that it is to their interest - and that it is necessary for the preservation and progress of the positive values of our civilization - that they discard the traditional narrow group loyalties, or at least that they submerge them in larger group loyalties as a prerequisite for the stability and continuation of civilization. Loyalty to mankind must be given priority over all other loyalties.¹³ (Clark, 1950, p.512).

Em 1940, Clark foi o primeiro negro norte-americano a completar o doutorado em psicologia na *Columbia University*, sob a orientação de Klineberg. Ele também participou como especialista no caso *Brown versus Board of Education* e foi um militante dos Direitos Civis. Além da psicologia,

¹³ É interessante notar a afinidade que a sua proposta tem com o humanismo transcendental de Paul Gilroy in *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. SP: Editora 34: 2001.

ambos, Klineberg e Clark tinham em comum a ideia de engajamento. Eles não só pesquisaram e escreveram sobre o tema como, de fato, participaram da vida social americana como ativistas anti-racismo.

Ainda nos anos 1950, atitude é um termo que permeia o vocabulário de todas as pessoas que trabalham com relações raciais, independentemente de sua área de pesquisa. O próprio Projeto Unesco vai ser pautado pela ideia geral de “situação racial” e da atitude racial como instrumento de aferição do preconceito. Por isso, os protocolos de pesquisa de Bicudo e Ginsberg, pouco analisados quando se aborda o projeto são tão importantes dentro do escopo metodológico daquele empreendimento.

Race Prejudice as revealed in the Study of Racial Situations é o artigo de Donald Pierson, neste volume do *Unesco International Social Science Bulletin* (1950) e não foge à regra. Para validar o entendimento sobre o que acreditava ser a harmoniosa situação racial brasileira, o autor, consagrado como uma das principais autoridades mundiais sobre relações raciais no Brasil, escreve um texto onde reafirma a sua tese de 1939. Nele, o sociólogo apresenta o país como um “caso negativo” de situação racial.

Elegi este texto de 1950 para o debate, porque ele guarda as mesmas características da sua tese de 1939 e tem uma finalidade prática que é a de legitimar os estudos sobre relações raciais da Unesco no Brasil. Ademais, Pierson já estava trabalhando aqui há pelo menos 10 anos e sua percepção ainda não havia mudado, a não ser pela possibilidade de admitir o preconceito racial no sul do Brasil (incluindo aí São Paulo). Ele já está incorporando dados de Frazier (HELLWIG, 2013) e Bicudo (1945), ao considerar que através do maciço movimento migratório europeu para o Brasil - incluindo a vinda de indivíduos de orientação nazi - poderia haver o crescimento do preconceito. Também porque considero que o excessivo olhar sobre a ideia de não existência de preconceito racial entre nós, acabou por obscurecer e invalidar o restante de sua produção.

Nos três casos, é importante ver como os Estudos de Atitudes fazem parte de um projeto conjunto das Ciências Sociais com a Psicologia Social, sendo difícil, às vezes, denominar quando estamos falando de um campo ou de outro, a não ser pelo rótulo mais direto de formação do sujeito que esteja

empreendendo a pesquisa. Antes de fazer seus estudos de pós-graduação em psicologia, por exemplo, Clark tinha se graduado em Ciências Políticas *pela Howard University*, Pierson começa numa linhagem que tem William James como patrono e Klineberg - o psicólogo, era um dos mais diletos seguidores do antropólogo Franz Boas.

Pierson dizia que raça, no Brasil, era um fator de fixação de classe e um meio de reproduzi-la nas gerações subsequentes, mas não um critério de classe, pois os indivíduos de pele escura (*dark colour*) poderiam mudar de *status*. Para ser pobre não era preciso ser escuro, mas ser “escuro” contribuía para que se permanecesse e se reproduzisse a pobreza nas gerações subsequentes. Se você era pobre e preto maior chances teria de permanecer no ciclo da pobreza e de passar isso hereditariamente para os seus descendentes. Por isso, ele afirmasse que não havia razão direta entre **discriminação** e raça ou cor (“race, or even colour”), mas indireta, baseada na classe.

Num exercício de imaginação sociológica bastante arbitrário, fico pensando se a interpretação de classe e raça que ele faz não se aproxima daquela realizada por Sherry Ortner em *The Hidden Life of Class* (1998). Neste texto a autora intersecciona os conceitos de raça e classe para analisar a classe média judia norte-americana, e acaba por propor que embora o discurso de auto-constituição norte-americano esteja sempre ancorado em raça, há um momento, que raça mesmo é uma desculpa para se falar em classe. A categoria de classe fica escondida por detrás de raça. Naquele Brasil de Pierson não haveria uma vida escondida de raça? Em alguns casos, classe não seria uma metáfora para raça, e assim, somente de modo indireto haveria preconceito de raça ou cor, como ele sugere, pois no discurso direto não se admitiria tal prática? Como discurso encondido, pretos e mulatos *poderiam* ascender, sem que ficassem claros os motivos de sua possível falha. Sei que esta é uma leitura muito forçada e generosa e que a obra geral de Pierson não deixa muito espaço para condescendência, mas avento esta possibilidade de leitura porque embora não admita o **preconceito**, ele não descarta de modo nenhum que haja **discriminação**.

Neither does it mean that there is no discrimination, that whites freely accept negroes in marriage, or that the negro's conception of his role is identical with his status and that he is completely satisfied with his lot. But it does mean that a man of colour may, by reason of individual merit or favourable circumstance, substantially improve his status and that this position will then be with reference not merely to the darker group whose colour he shares but to the entire community. (Pierson, 1950, p.469)

Para ele, nem instinto, nem diferenças culturais, nem competição econômica explicariam a existência do preconceito, mas a ameaça de deslocamento de uma posição social estabelecida (“threat of displacement from an established social position”), neste caso, a posição do status dominante. No Brasil, indígenas e negros nunca teriam sido alvo de preconceito racial porque não ofereceriam uma ameaça ao status do branco, ou seja, o branco não veria negros nem indígenas como uma ameaça à sua posição de privilégio:

... race prejudice is usually acute in those situations in which the members of a dominant group have come to fear that the members of a subordinate group are not keeping to a prescribed place of exclusion and discrimination but instead threaten effectively to claim the privileges and opportunities from which they have been excluded. (Pierson, 1950, p.473)¹⁴

Ademais, aqui não reinaria um clima de ressentimento entre os brancos, nem desejo de vingança dos negros como resíduo histórico da escravidão. A miscigenação operou como um meio para atenuar esse ranço, pois ela desintegrou a **linha de cor** entre os mais escuros e o branco, que não se viam como “grupos raciais irreduzíveis”. Essa linha divisória, “whether of colour or of status, between dominant whites and the lower status groups never was ... clear cut and sharply defined. (Pierson, 1950, p.475).

Edward Telles (2012) lembra que *color line* é uma referência direta à W.E.B. DuBois, autor que segundo ele, com este termo teria pautado “o estudo das relações raciais na primeira década do século XX” (Telles, 2012, p.2). Telles aponta que a expressão é concebida a partir do “modelo bipolarizado” norte-americano. De fato, ela surge primeiramente com Frederick Douglass que

¹⁴ Curioso é que boa parte dos acadêmicos brasileiros que se indispuseram contra as cotas usavam exatamente essa argumentação.

a usa como metáfora para a América pós-abolição, porém ganha conteúdo sociológico com DuBois, em *The Souls of Black Folk* (1903)¹⁵, para expressar um mundo onde brancos e negros viviam de modo segregado. Mas pelo uso que Pierson faz de *color line*, podemos perceber que DuBois pautou mais que apenas a primeira década de XX e que Pierson, captou a diferença da sociedade brasileira ao perceber que o modelo boisianiano se desintegrava aqui. Ao mesmo tempo, ele relativizou tanto a ideia de linha de cor, a ponto de torná-la inviável como conceito operacional para se pensar as distâncias sociais entre brancos e negros no Brasil. Ao dissolver a linha ele não conseguia mais ver o “preconceito racial ou de cor” como efeito fundamental, como propunha DuBois não apenas para os Estados Unidos mas, em geral, para todo o mundo do pós-abolição.

E é a partir desse ponto que o texto de Pierson se torna mais propositivo. Sua intenção é discutir um modelo de superação do preconceito, que se deriva de uma determinada situação. Para ele preconceito é sempre consequência e nunca causa de uma situação racial. Ele é um empirista. É porque pretos e mestiços podem ascender na estrutura social, que percebe-se que não há preconceito e não o contrário. Ele agradece a Herber Blumer¹⁶ com quem fez o curso de *Advanced Social Psychology* no doutorado (DEEGAN, 2013), Robert Park, Ellsworth Faris, Robert Redfield e Louis Wirth pelos aprendizados sobre o tema e de modo esquemático argumenta que é necessário antes de pensar na desintegração do preconceito, saber: (1) que preconceito racial é uma atitude coletiva de um grupo contra outro grupo racial (ou supostamente racial); (2) que ele é composto de um emaranhado de sentimentos e impulsos (3) que a atitude de preconceito racial tem como alvo o conceito de um objeto (não o negro em si, mas o que ele significa), (4) que atitudes são ensinadas, logo podemos revertê-las, e (5) que o preconceito

¹⁵ É bem conhecida a frase de DuBois, na abertura do segundo capítulo de seu livro: “The problem of the twentieth century is the problem of the color-line,—the relation of the darker to the lighter races of men in Asia and Africa, in America and the islands of the sea”. (DuBois, 1903)

¹⁶ A reverência a Blumer é importante, pois acaba sendo ele a nomear a abordagem sociológica conhecida por interacionismo simbólico, ao ocupar a vaga de Mead na disciplina de *Advanced Social Psychology*. Deegan (2013), nos mostra como isso ocorreu: “Herbert Blumer called Mead's social psychology symbolic interaction or “Chicago symbolic interactionism”, and now it is a significant speciality within the discipline.” (Deegan, 2013, p.19).

surge numa situação social em que o grupo dominante sente que seu *status* está ameaçado pelo grupo subordinado a ele.

Diante disso, haveria dois modos de eliminação ou abrandamento do preconceito, que levariam a um estado de *acomodação* geral:

- (1) quando o grupo subordinado por vontade própria ou à força fosse segregado e os contatos com o grupo dominante diminuíssem ou fossem interditados como na *Jim Crow* ou nos guetos poloneses, ou numa sociedade de castas onde o grupo subordinado deve manter firmemente o status que lhe é atribuído;
- (2) **quando mudasse o conceito que o grupo dominante tivesse sobre o grupo dominado.** Isso é mais efetivo, ele afirma. Mas Pierson aponta que conhecendo a natureza irracional do preconceito fica difícil, muitas vezes, combatê-lo racionalmente. Por isso, ele garante que colocar pessoas de diferentes origens raciais num contato mais humanizado entre si, “onde elas podem apreciar a sua humanidade em comum” pode se mostrar mais efetivo. Ele considera que “when persons come to learn about each other's personal experiences so as to note in the experiences of others a similarity with their own and thus to identify themselves one with the other, adverse conceptualizations are difficult longer to maintain”. (Pierson, 1950, p. 477).

Por isso é necessário conhecer as atitudes, para que se construa este “novo corpo de experiências” conjuntas onde questões de variação racial ou cultural sejam mínimas ou não importem (p.477). Isso pode ocorrer, inclusive, através de “a significant change in the social situation such, for instance, as an extensive population shift, in which the groups in question are brought into new and different forms of interdependency”. (Pierson, 1950, p.477)

A abordagem é situacionista. Deve-se analisar a situação e intervir nela, para que os grupos sejam levados à novas e distintas formas de interdependência. Ele está escrevendo nos anos 1950 e pensando em como intervir em modelos segregacionistas.

Ele finaliza o texto sugerindo que a solução é mais contato, que **preconceito** é sempre um *sintoma* que **deriva de uma situação racial**, ele não a produz, por isso qualquer tentativa de mitigar o preconceito deve ser realizada tanto através da análise do conteúdo real da **atitude** de preconceito, conhecendo como ela opera numa dada situação, quanto pela análise das **experiências sociais** que produziram a situação¹⁷. “Mais contato” é o que ele vê no Brasil e oferece como alternativa para os Estados Unidos.

Bem, este é o peso que ele dá ao estudo de atitudes, então se vê que este não é um momento menor dentro de seu projeto, cada vez mais, o estudo de atitudes torna-se central em seu programa. Nesse sentido, ele estava totalmente afinado com Otto Klineberg, que desde a pós-graduação tinha o estudo de atitudes como tema. Isso teria um reflexo direto dentro das pesquisas do Projeto Unesco. Se o Brasil era modelo de convivência harmônica era necessário pesquisar as experiências dos grupos raciais e medir as atitudes que delimitavam dada situação. Há uma ideia firme de que preconceito pode ser medido. Então, os trabalhos de Aniela e Bicudo, baseados em testes de medição de preconceito - não são apenas protocolares dentro do Projeto Unesco-Anhembi, eles são o seu fundamento.

Toda essa argumentação não seria deveras preocupante se Pierson não apontasse que o severo processo de mestiçagem no Brasil levaria ao desaparecimento tanto do indígena quanto do negro como unidade racial:

Of peculiar significance are the facts that, with the exception of a limited number of tribes still living in the more inaccessible and undeveloped areas of Brazil, the Indian, as a racial unit, has disappeared; and that, although possibly more Africans were imported into Brazil than into any other region of the New World, the negro as a racial unit, is also disappearing. **The general tendency throughout Brazilian history has been to absorb, gradually but effectively, all racial minorities into the predominantly European stock.** In few places in the world has the amalgamation of peoples of divergent racial origin proceeded so continuously and on so extensive a scale. (Pierson, 1950, p.467-468)

¹⁷ “...this attempt must proceed in keeping with an analysis of the actual content of the attitude of prejudice as it exists in the given situation, as well as an analysis of the social experiences which have produced it”. (Pierson, 1950, p.478)

Se a classe dominante muda sua atitude sobre o negro, propondo relações de maior contato, construindo literalmente “um novo corpo de experiências”, a experiência de acabar com o preconceito se confunde com a experiência de acabar com o outro ao absorvê-lo.

É um pouco chocante ouvir isso nos anos 1950. Claro que Pierson não é o primeiro a expressar essa possibilidade. A conversa ressoa, por exemplo, aos anos 1910 e ao ideal de “branco latino” de João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Schwarcz (1993) nos lembra que ele tinha opinião semelhante, ao participar do *I Congresso Internacional das Raças* em Londres (1911), onde apresentou a tese *Sur le Métis au Brasil*. Seu texto expõe a complexidade do entendimento sobre relações raciais na época. Primeiro ao negar a existência biológica de raças superiores e inferiores, mas sim a existência de povos socialmente adiantados ou atrasados. E que o contato entre negros e brancos, ou seja, atrasados e adiantados resultou em más consequências para os últimos. Lacerda, lastimava ter sido criticado por afirmar nossa intensa mestiçagem e que a maioria da população brasileira era negra, o que segundo seus críticos, mancharia a imagem do país no exterior. Alvo de críticas foi também o fato dele prever que “Antes de um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, em sua maior parte, por indivíduos da raça branca, latina, e no mesmo período, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América”. (Lacerda, 1911, p.39) Seus censores pensavam que o prazo era por demais extenso, o que novamente macularia a nossa imagem de país em civilização. Segundo dados fornecidos por Roquette Pinto, em 2012, a população do Brasil seria composta por 80% de brancos, 17% de indígenas e 3% de mestiços. (Lacerda, 1912, p.39)

Lacerda elabora um relatório bastante preciso sobre cada uma das conferências que assistiu, publicado no ano seguinte pelo Museu Nacional¹⁸. Nele há dois relatórios sobre a questão do negro: *A Posição Mundial do Negro e do Negróide* calcado na exposição de Harry Johnston, ex-consul geral da Inglaterra na África Central, que apresentou um texto bastante otimista sobre a participação do negro num mundo futuro e *O Problema da Raça Negra nos*

¹⁸O documento pode ser consultado em:
<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0023/0023.pdf>

Estados Unidos, baseado na conferência de W.E.B. DuBois, por quem Lacerda nutriu particular entusiasmo, referindo-se ao mesmo como “Um recomendável descendente dessa raça, um mestiço ao qual conferira a natureza o dom de uma inteligência vivaz e as circunstâncias do meio social os recursos de apurá-la e educá-la nos bancos da escola e da academia, o Dr. W.E.B. Du Bois, professor de História e Economia Política, na Universidade de Atlanta, foi o missionário, a quem a raça proscrita incumbiu de relatar...” (Lacerda, 1912, p.16).

Esses encontros internacionais de cunho científico fazem parte de um circuito de circulação de ideias, conhecimento e poder de conhecimento sobre o outro (Said, 2007; Schwarcz, 1993). É por meio deste encontro, por exemplo, que Lacerda conhece DuBois e a situação no negro norte-americano, bem como DuBois conhece o Brasil por Lacerda e toma sua fala por legítima e reforçadora da mística do Brasil harmonioso. Que Pierson siga tal mística, a ponto de ratificar o pensamento sobre a extinção dos negros no Brasil depois de 40 anos do pronunciamento de Lacerda é para se considerar, mas nesse ínterim outros intelectuais, como Oliveira Vianna, não somente acreditaram como propuseram isso como um programa.

Lacerda é um dos primeiros informantes brasileiros de DuBois quanto à situação racial brasileira. A tal ponto, que o último vai usar de seus argumentos para contrapô-los, por exemplo, à narrativa de Theodore Roosevelt sobre a mestiçagem no Brasil. Lacerda também é o interlocutor de Roosevelt, nessa viagem. Guimarães (2007) prova como a narrativa do presidente americano sobre nosso país, em 1913, tinha sido importante para se descobrir o Brasil, quando discute a introdução de Robert Park à recém publicada tese de Pierson em 1942:

Fato que torna interessante a "situação racial" brasileira é que, tendo uma população de cor proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos, o Brasil não tem "problema racial". Pelo menos é o que se pode inferir das informações casuais e aparentemente desinteressadas de visitantes desse país que indagaram sobre o assunto [referindo-se a James Bryce e Theodore Roosevelt] (Park apud Guimarães, 2007).

Guimarães (2007) mostra que ao chegar ao Brasil, Pierson já encontraria aqui o desenvolvimento de uma “história social do negro”, estruturada por Gilberto Freyre, mas nos parece incrível que aquelas primeiras impressões de viajantes americanos sobre o país e de querelas como as de DuBois e Roosevelt ainda alimentassem o imaginário científico americano sobre o tema, mesmo depois de anos de pesquisa de campo. Mas a viagem de Roosevelt não foi a única que ajudou a moldar a ideia que Park e Pierson tinham do Brasil. William James, mentor de Park, já havia passado oito meses em nosso país durante a juventude, quando acompanhava uma expedição americana junto de Louis Agassiz, entre os anos de 1865-1866.

A polêmica entre DuBois e Roosevelt foi documentada na revista *Crisis: a record of the darker races*¹⁹, de abril de 1914. Em seu editorial DuBois comenta o artigo *Brazil and The Negro*²⁰, publicado por Roosevelt no jornal *Outlook*. Em poucas linhas o jornal avisava, que as impressões do autor não consistiam numa tentativa de justificar ou condenar a atitude brasileira em relação aos negros, tentava apenas mostrar como ela de fato se dava. Roosevelt, através da narrativa de um eminente intelectual brasileiro, de quem não revela o nome, mas parece ser a voz do próprio Lacerda, afirmava que “a diferença entre o Brasil e os Estados Unidos é a tendência do Brasil a absorver o negro” e o fato de que em menos de 100 anos através de uma gradual absorção, o elemento negro já não existiria mais na sociedade brasileira e que esta seria uma melhor e mais segura solução do “problema negro” se comparado com o segregacionismo americano, onde “o problema” continuaria a existir.

DuBois crê que este seja um fato, mas não um exemplo a ser seguido pelos Estados Unidos, primeiro porque ele não enxerga o negro como problema, depois porque percebe que legitimar o discurso de brancos e negros norte-americanos que preferem manter casamentos endogâmicos é uma forma de perpetuar a existência do negro, sugerindo então, que o pensamento de Roosevelt é, na verdade, uma armadilha. Contesta também a afirmação de que

¹⁹ A coleção completa da revista pode ser encontrada em:
http://books.google.com.br/books?id=tVKEAAAAMBAJ&hl=pt-BR&source=gbs_all_issues_r&cad=1

²⁰ <http://www.unz.org/Pub/Outlook-1914feb21-00409>

no Brasil a mistura com o “sangue negro” fosse visto como uma nódoa pelos brasileiros e apresenta as argumentações de Lacerda, para quem o mulato não era um elemento subordinado na sociedade brasileira. Além de apontar que no Brasil a maioria dos negros ocupavam os postos de trabalho mais baixos. Apesar disso, ele ainda apresenta as relações do Brasil como uma alternativa ao segregacionismo norte-americano.

A história dessa contenda nos apresenta ao contexto prévio do desenvolvimento das ideias sobre relações raciais que serão desenvolvidas no campo das ciências sociais norte-americanas na primeira metade do século XX. Tanto quanto os discursos de Lacerda e Roosevelt, as pautas sugeridas por DuBois constituirão o pano de fundo para se pensar nas questões raciais lá e cá.

Como um ativista influente na comunidade negra, DuBois vai ajudar a construir o imaginário sobre a situação racial brasileira entre os negros norte-americanos. E também será importante nas ciências sociais ao pautar a questão racial como questão sociológica, antecipando os estudos da escola de Chicago (Anderson e Massey, 2013) em livros como *The Philadelphia Negro: a social study* (1899) e *The Souls of the Black Folk* (1903), onde expõe a tese da **linha de cor** e a noção da **dupla consciência**, que embasou, inclusive, o desenvolvimento do *marginal man* de Robert Park. Não seria, portanto, uma digressão pensar na relação entre ambos para o desenvolvimento do pensamento sociológico sobre a questão racial e seus desdobramentos no Brasil e nos estudos de atitudes. Além de que a relação entre ambos pode jogar luzes nas frágeis e complexas redes de legitimação do pensamento de intelectuais negros na universidade.

Embora viesse de uma família de classe média branca de um país segregado, Park foi durante boa parte de sua vida adulta empregado de pessoas negras. Atuou como secretário e *ghostwriter* de Booker T. Washington, orientou diversos estudantes negros em Chicago e, no fim de sua carreira, tornou-se professor da *Fisk University* onde Charles Johnson, autor da tese *The Negro in Chicago: A Study of Race Relations and a Race Riot* (1922) seu ex-aluno era diretor.

DuBois se opunha politicamente a esses pesquisadores negros e à Park, e também, à Booker T. Washington a quem achava ser muito conservador e mesmo assimilacionista, mas nutria uma muito respeito por ambos. E a correspondência entre Park e DuBois, mostra que eles colaboravam com as pesquisas um do outro. Porém, mesmo sendo prestigiado, os resultados das pesquisas de Park e sua relação com a *Tuskegee Machine*, nunca foram ponto pacífico entre os intelectuais negros como Ralph Ellison (1944), autor de *Invisible Man* (1952) que assim se referiu quanto à relação de Park e a escola de Chicago com a questão negra:

When we look at the connection between Tuskegee and our most influential school of sociology, the University of Chicago, we are inclined to see more than an unconscious connection between economic interests and philanthropy, Negroes and social science...But if on the black side of the color line Washington's "Tuskegee Machine" served to deflect Negro energy away from direct political action, on the white side of the line the moral problem nevertheless remained. It does not, therefore, seem quite accidental that the man responsible for inflating Tuskegee into a national symbol, and who is sometimes spoken of as the "power behind Washington's throne," was none other than Dr. Robert E. Park, co-founder of the University of Chicago School of Sociology.

The positive contributions of Dr. Park and those men connected with him are well established. American Negroes have benefited greatly from their research, and some of the most brilliant of Negro scholars have been connected with them. Perhaps the most just charge to be made against them is that of timidity. They have been, in the negative sense, victims of the imposed limitations of bourgeois science. (Ellison, 1944)

Ellison continua, apontando a fragilidade das relações entre intelectuais negros e brancos na universidade, refletidas a partir do que ele denomina ciência burguesa - a sociologia - e ataca os resultados da pesquisa de Myrdal, que teve como colaboradores, muitos pesquisadores negros, em especial, da Escola de Chicago. Além disso, é necessário registrar que inicialmente o projeto da Carnegie Foundation era realizar uma Enciclopédia do Negro Americano, sob a direção de Park e W.E.B. DuBois, mas tal empreendimento foi suspenso em prol de *The American Dilemma*:

Because certainly their recent works have moved closer and closer toward the conclusions made by Myrdal. Indeed, without their active participation, *An American Dilemma* would have been far less effective. Nevertheless, it was Myrdal who made the most of their findings. Perhaps it took the rise of fascism to free American social science of its timidity. Certainly it was necessary to clear it of some of the anti-Negro assumptions with which it started.

Dr. Robert F. Park was both a greater scientist and, in his attitude toward Negroes, a greater democrat than William Graham Sumner. (It will perhaps pain many to see these names in juxtaposition.) In our world, however, extremes quickly meet. Sumner believed it "the greatest folly of which man can be capable to sit down with a slate and pencil and plan out a new social world," a point of view containing little hope for the underdog. But for all his good works, some of Park's assumptions were little better. The Negro, he felt, "has always been interested rather in expression than in action; interested in life itself rather than in its reconstruction or reformation. The Negro is, by natural disposition, neither an intellectual nor an idealist, like the Jew; nor a brooding introspective, like the East Indian; nor a pioneer and frontiersman, like the Anglo-Saxon. He is primarily an artist, loving life for its own sake. His *métier* is expression rather than action. He is, so to speak, the lady among the races." (Ellinson, 1944)

O texto é notável porque mostra que mesmo no momento em que as pesquisas estão ocorrendo havia uma percepção da comunidade negra frente à posição subalterna com que os negros estão presentes na academia. Mais adiante, voltaremos a falar das pesquisas de Myrdal, mas antes vejamos como Ellison vê a imagem que Park constrói do negro americano:

Park's descriptive metaphor is so pregnant with mixed motives as to birth a thousand compromises and indecisions. Imagine the effect such teachings have had upon Negro students alone! Thus what started as part of a democratic attitude, ends not only uncomfortably close to the preachings of Sumner, but to those of Dr. Goebbels as well. (Ellison, 1944)

Outros críticos, como Mary Jo Deegan (2013), etnógrafa da escola de Chicago, mostram que o conservadorismo da escola e sua refuta ao pensamento de DuBois, acabam afetando as etnografias realizadas, inclusive por pesquisadores negros como Frazier, e ajudam a construir uma imagem estereotipada do afro-americano:

Park's loyalty to Booker T. Washington profoundly shaped the political agenda of the race relations analyses, and Park's animosity toward the great sociologist W.E.B. Du Bois limited the application of the latter's more egalitarian and militant ideas within the discipline, especially in the core ethnographies. (Deegan, 2013, p.21)

Acreditamos que este conservadorismo se fez sentir também no Brasil e tem como consequência direta as conclusões de Pierson sobre a inexistência de preconceito racial no país.

CONCEITUANDO ATITUDES

O estudo de atitudes em si, mostra um deslocamento da ideia de preconceito que operava nas primeiras décadas do século XX, muito ligada ao domínio do biológico, quando ele então é concebido como uma reação biológica ou como instinto de preservação da vida diante da presença do outro ameaçador. Robert Park é um dos primeiros sociólogos que pensou que o preconceito não pertencia ao domínio da natureza, mas era sim, um fenômeno social e, portanto, não era o instinto mas um conceito novo - a atitude - que melhor explicaria este fenômeno. Então, pela nova definição **preconceito** não é mais instinto, mas **atitude social**. McKee, descreve melhor essa passagem de um sistema a outro:

But sociologists also were active in challengin the scientific validity of the idea os innate instincts controlling human behavior; notable among them were Luther lee Bernard, Ellsworth A.Faris, and Park's student, Herbert A. Miller. A new generation in both psychology and sociology were receptive to these criticisms and committed to builing their disciplines around experimental evidence (as in psychology) or by original social investigation (as in sociology). In a remarkably short period of time, therefore, the concept of instinct lost its once dominat status in both psychologists and sociologists. Though the concept of instinct had only limited use in the debate about race – its significance was in an instictive conception of prejudice – its rejection meant that another support for hereditarian argument was removed. By 1928, however, Park had moved from instincts to attitudes; prejudice, he said, "is an attitude, a social attitude." What he had once called instinct he now viewed as the first aspect of developing a prejudice. The fact seems to be that we ordinary regard as instinctive, and biologically determinaed in our behavior and attitudes toward peoples and races other than our own, is merely, in the first instance at least, the spontaneous response...to what is strange and unfamiliar." (McKee, 1993, p.125)

Se no plano biológico **preconceito** era definido como o medo ou apreensão diante do outro, agora ele é visto como a **resistência à mudança na ordem social** e, portanto, tem um caráter conservador ao tentar preservar a ordem e as distâncias sociais. Como instinto, o preconceito era visto como imutável e hereditário, mas uma atitude pode ser transformada, aprendida e ensinada. Pelo caráter conservador do preconceito, cada vez que há a tentativa

de mudança social cria-se um conflito, que aos poucos diminui gerando a *acomodação* do problema, mas a animosidade em relação ao objeto de preconceito pode continuar mesmo assim.

Desde *Race Psychology: Standpoint and Questionnaire, with Particular Reference to the Immigrant and the Negro*, publicado no *American Journal of Sociology*, em 1912, Willian Thomas já procurava um modo mais pragmático de conceber a pesquisa sobre o negro e o imigrante, estas duas novas figuras que começam a habitar a metrópole de modo mais ostensivo, mas foi apenas em *The Polish Peasant in Europe and America. Monograph of an immigrant group* (1918)²¹, juntamente com Znaniecki, que desenvolve melhor o conceito, concebendo-o como “um processo de consciência individual que determina atividade real ou possível do indivíduo no mundo social.” (2006, p.13), uma disposição de ação e reação do indivíduo dentro de uma determinada situação social. É importante notar que naquele momento atitude já começa ser vista como um instrumento possível de aferição da mudança social visando um projeto de intervenção social. Acompanhemos um trecho da nota metodológica do *The Polish Peasant* em que isto fica claro:

Se a teoria social deve se tornar a base da técnica social e resolver esses problemas realmente, é evidente que deve incluir as duas espécies de dados nela envolvidas – ou seja, os **elementos culturais objetivos da vida social** e as **características subjetivas dos membros do grupo social** - e que as duas espécie de dados devem ser tomadas como correlacionadas. Para esses dados, deveremos usar agora e no futuro os termos “valores sociais” (ou simplesmente “valores”) e “atitudes”. (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p.21)

Mas será Faris em *The Concept of Social Attitudes* (1931), que irá definir melhor a relação entre valores e atitudes sociais, bem como a relação entre atitude e seu objeto:

Thus if a man confesses to a prejudice against the Negro race there is to be distinguished an attitude (of prejudice, hostility, withdrawal) toward an object which is the Negro race. The object or value is as much a part of the individual experience as the attitude. It is, in effect, the externalization of the attitude just as the attitude is the subjective counterpart of the object. For there seems to be the necessity of recognizing that objects or values are not the same to two people who have different attitudes. The

21 Boston: Gorham Press, 1918.

church is not the same object to one who hates it as to one who loves it. The flag is not the same to the devoted patriot as to the conspiring traitor. The value and the attitude are two aspects of the same experience. (Faris, 1931, p.10)

Essa definição de atitude como disposição para a ação, irá nortear a construção do conceito na Psicologia Social – “a ciência das atitudes” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p.16) - e seu uso na Sociologia, dois campos distintos mas complementares da teoria social.²² Mas, para Park, era preciso dotar o conceito de uma carga teórica mais consistente porque ele não apresentava um modelo explicativo. Então, em suas mãos, estudo de atitudes, assumiu um caráter de aferição de uma situação social, podendo explicar as mudanças sociais através da análise de processos de *acomodação*, *ajustamento* ou *conflito social*. Para dar conta deste processo, Park adotará uma definição mais ampla do termo: “an attitude is the sum total of a man's inclination and feelings, prejudices or bias, preconceived notions, ideas, fears, threats, and convictions about any specific topic.” (Thurstone *apud* Park, 1931, p.28). Essa definição acabou por tomar a dimensão que orientou, no Brasil, os trabalhos de Donald Pierson (1939) – ele mesmo ex-orientando de Park – e de seus dois orientandos: Oracy Nogueira (1942; 1945; 1998) e Virgínia Leone Bicudo (1945; 1955).

Os sociólogos devem recorrer às atitudes sociais para conhecer uma **situação social** e o modo como o **indivíduo** reage à mesma e como isso se reflete em sua **experiência**, noção que acaba assumindo um papel central no desenvolvimento na sociologia da Escola de Chicago. Park foi um dos principais personagens a definir o estatuto da sociologia no século XX e ao colocar a experiência dos sujeitos como epicentro para a análise social, ele acaba por propor um novo agenciamento sobre o par dicotômico indivíduo-sociedade, ao notar que as atitudes sociais não pertenceriam ao âmbito

²² Na nota metodológica também são delimitadas as fronteiras entre Sociologia e Psicologia Social: “...tanto a psicologia social como a sociologia podem ser abrangidas pelo termo geral de teoria social, na medida que ambas estão interessadas na relação entre o indivíduo e o grupo social concreto, embora seus pontos de vista sobre esse fundamento comum sejam completamente opostos, e apesar de seus campos não serem igualmente amplos, a psicologia social compreendendo as atitudes do indivíduo para com todos os valores culturais do grupo social dado, enquanto que a sociologia somente pode estudar um tipo desses valores - as regras sociais – em sua relação com as atitudes individuais.” (THOMAS; ZNANIECKI, 2006, p.20)

privado do indivíduo, mas seriam fruto dos constrangimentos sistêmicos das instituições que o controlam.

Para definir melhor a centralidade da **experiência** na sociologia, ele inicia fazendo uma distinção entre como o termo é visto por historiadores e sociólogos:

The sociologist is not primarily concerned with the event itself. He rather takes that for granted. What he is more particularly concerned about are the attitudes of persons involved, as they are reflected in their very differing accounts of the same historical event. He is interested in anything, in fact, that will throw light upon these attitudes and make them intelligible. It is just this difference in the points of view of the different groups, - racial and political, - that he seeks to discover and record. It is not the event but the attitude-the individual or the group mind-that the sociologist, as distinguished from the historian, is seeking to describe and explain...For that reason, any expression of those different points of view, whether it pretends to be fact or not, jut so long as it fairly reflects the sentiments and attitudes, is interesting and important." (PARK, 1950, p.153)

Diferentemente do historiador que busca a verdade dos fatos, o sociólogo busca as interpretações possíveis que os sujeitos dão às suas experiências, classificando-as e explicando-as com a intenção de generalizar aspectos da natureza humana, independentemente do tempo e do espaço. Desse modo, qualquer tipo de experiência não seria dispensada pelo pesquisador como informações oriundas de um material mítico, lenda ou – até mesmo – fofoca, pois elas também refletiriam atitudes de um grupo em relação a outro. A análise de materiais como este através de histórias de vida, documentos de família, jornais e tantos outros é, segundo Joseph, o que há de mais original dentro da sociologia de Chicago. Parks via a importância destes materiais no estudos raciais:

Much that the historian might characterize as myth and legend; much that is pure poetry, even gossip, so far as it reflects the dominant attitude of the races and parties involved, may furnish material for the student of race relations – may, in fact, furnish material for the student of society. (PARK, 1950, p.153-4)

A ênfase nas pesquisas empíricas e o teor pragmático de Chicago, que não se negava a ver a sociologia como técnica social, concedeu uma finalidade prática aos estudos de atitudes pois mudando de atitude os indivíduos

indicariam as mudanças que ocorreriam nas instituições e nos costumes. Em relação às questões raciais, o argumento de Park é que elas podem ser refletidas de modo subjetivo e pessoal num repertório de atitudes (Park, 1931, p.43) reconhecidas facilmente na fala dos sujeitos, tais como, simpatia, antipatia, antagonismo, aversão, distanciamento social, isolamento, compensação e sentimento de inferioridade. Como as atitudes são mensuráveis, a questão era desenvolver instrumentos de medição, que no Brasil serão usados para provar a existência do preconceito de cor ou racial. Emory Bogardus, sociólogo, criou o teste de avaliação de distância social (*distance social scale*), Clark um sobre auto-rejeição que media os sentimentos de superioridade e inferioridade em crianças.

Embora conceba raça como um agente estruturador da ordem social, a pertinência de se estudar relações raciais a partir de atitudes, estaria no fato de que as relações raciais não se referem apenas a questões formais, diria Park, mas às experiências cotidianas e às reações pessoais dos indivíduos e das raças. A ênfase é na interação entre os indivíduos, mas também naquilo que ocorre dentro dele quando interage. O estudo de atitudes, sintetiza Park, seria um modo de conceber e iluminar um objeto de pesquisa, acionando de modo mais direto a experiência de um sujeito, principalmente, daquele que não foi assimilado no espaço urbano.

Acessar as experiências são o modo mais seguro de definir uma **situação**, elemento chave da teoria sociológica de Chicago. Willian Thomas (1928) a tornou central ao afirmar que “If men define situations as real, they are real in their consequences.” Isso é importante, pois Robert Park, afirmava que as atitudes raciais definiriam a existência de uma **situação racial** ou de uma questão racial. Não havendo atitude racial não existiria um problema racial de fato. Pois, “it is not sufficient to know what happened; we want to know how the transaction looked though the eyes of individuals seeing it from opposing points of view. If there were not racial points of view there would be no race problems.” (Park, 1950, p.152). Essa asserção vai orientar a análise de Pierson sobre as relações raciais na Bahia e as de Virgínia em São Paulo. O título de sua dissertação já mostraria, portanto, um vínculo forte com a ideia de Park, segundo a qual uma atitude racial denotaria uma questão e uma problemática

racial. Se pretos e mulatos detêm atitudes raciais em São Paulo é porque a temática e a tensão racial se fazem presentes na cidade. Isso não é pouca coisa.

Vistos hoje com desconfiança pelos cientistas sociais por seu forte vínculo com a psicologia social, tais estudos foram menosprezados, bem como aqueles que os empreenderam. É sintomático, durante esta pesquisa que, mais de uma vez, professores tenham me respondido que não tinham se interessado pelo trabalho de Virgínia no Projeto Unesco porque “achei que ela era só uma psicóloga”. Este desprezo ajudou, inclusive, a encobrir a identidade desta pesquisadora negra.

O desprezo também é fruto de um preconceito em relação ao trabalho empírico. Não é raro, em nosso meio, que se pronuncie empirismo com certa jocosidade, que se ancoraria na ideia de que o empírico seria um exercício *naïf*, um modo limitado de conceber o conhecimento como fundamentado na experiência. Há algum tempo a noção de empiria nas ciências sociais tornou-se uma categoria acusatória, como aquela que contém pouco exercício teórico. Por extensão, aqueles que recorrem a tal explicação, seriam de algum modo também os representantes de um modo ingênuo de se conceber e conhecer o mundo. Na antropologia, tratamos seus seguidores como teóricos pueris ou relativamos sua importância, vendo em seu debate as limitações de seu tempo.

ESTUDO DE ATITUDES RACIAIS NO BRASIL

“...não devemos esperar dela (a sociologia) um milagre. Ainda que de repente se descubra uma espécie de penicilina sociológica.” Folha da Manhã, 23/12/1945. (s/a)

Isabela Oliveira Pereira (2013) corrobora essa ideia – em relação ao empírico - em sua tese *De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das Ciências Sociais (1930-1950)*. Ao cartografar a trajetória do sociólogo ela mostra como com o passar dos tempos este tipo de estudo, com forte tradição empírica, começa a ser visto como pouco político, sem lastro teórico, descritivo e *naïf*. E acaba, portanto, relegado a segundo plano ou utilizado apenas como fonte histórica das ciências sociais.

Seu personagem chega ao Brasil, em 1935, como estudante de doutoramento em Sociologia da Universidade de Chicago. Seu orientador, Robert Park, já era um intelectual consagrado na época. Como doutorando, Pierson pesquisava a situação racial de Salvador, onde permaneceu por dois anos. De seu trabalho resultou a tese *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*, de 1939, publicada em 1942 pela editora da Universidade de Chicago e, em 1945, com o título *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial* foi publicada em português na coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional com os prefácios de Robert Park e Arthur Ramos, com quem ele mantinha longa relação.

Em seu livro, Pierson escreve um capítulo chamado *Racial Ideology and Racial Attitudes* onde considera, por exemplo, que a falta de organização associativa de negros em Salvador denota que eles não teriam, por lá, uma questão racial. A passagem é rápida, mas importante. Provavelmente, ele estava baseando-se na experiência associativista norte-americana, tal como a da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), fundada em 1909, por sociólogos negros importantes como W.E.B. Dubois, Ida.B.Wells, um grande número de judeus e que tinha como foco a luta contra a segregação racial e à favor dos direitos civis para negros nos Estados Unidos, a *Universal Negro Improvement Association* (UNIC) de Marcus Garvey

ou a *National Urban League*. Além disso, ele mesmo fazia parte da história da Universidade negra de Fisk, instalada na cidade de Nashville, Tennessee (OLIVEIRA, 2013) ao ter assumido o posto de assistente de Park no Seminário *Raça e Cultura*²³, realizado na universidade.

Pierson acreditava que a existência de associações ou instituições negras comprovava a existência de uma situação racial (normalmente de desajuste social) num determinado lugar e a sua inexistência em Salvador provava então o contrário. A existência de associações seriam indício de preconceito. Esta pequena passagem no livro de Pierson foi a deixa para o desenvolvimento da tese de Virgínia Bicudo. Afinal, se o seu orientador não havia notado a existência de associações de ajuda mútua na Bahia, em São Paulo ela conhecia ao menos uma: a Frente Negra Brasileira. Trabalhos como o de Domingues (2007) admitem a existência de pelos menos 85 associações recreativas negras em São Paulo até a década de 1930 e, pelo menos, cinco com perfil político: a própria Frente Negra Brasileira surgida em 1931, a Legião Negra e o Clube Negro de Cultura Social de 1932, a Frente Negra Socialista de 1933 e a União Negra Brasileira de 1938. Pesquisas semelhantes mostram a ocorrência de tais associações também em outras capitais e cidades do interior, como Campinas, um dos focos da imprensa negra paulista.

Os estudos de Thomas e Znaniecki, Park e Pierson, foram as principais influências para os demais estudos de atitudes raciais realizados na área de sociologia no Brasil, e que tiveram em Oracy Nogueira e Virgínia Bicudo, orientados de Pierson, alguns de seus principais interlocutores. Acompanhar esses trabalhos é conhecer como se deu o desenvolvimento da **pesquisa empírica** no Brasil na área da sociologia recém institucionalizada. Trata-se de conhecer os caminhos pelos quais se construiu a pesquisa de campo em áreas urbanas no Brasil. Como considera Becker, é necessário que tenhamos em mente que há:

... pelo menos duas outras histórias da sociologia que precisam ser contadas, o que deve ocorrer simultaneamente com a história das idéias. Uma delas é a história da prática da sociologia, dos métodos de pesquisa e das pesquisas realizadas, porque não se deve tomar como óbvio que as

²³ Um seminário de mesmo nome será oferecido posteriormente por Donald no curso de pós-graduação da ELSP.

idéias foram as forças motrizes ou a principal realização de qualquer escola sociológica. De um determinado ponto de vista, que defendo com firmeza, a história da sociologia não é a história da grande teoria, mas a dos grandes trabalhos de pesquisa, dos grandes estudos sobre a sociedade. A terceira história da sociologia é a das instituições e organizações, dos locais onde o trabalho sociológico foi realizado, porque nenhuma idéia existe por si mesma, em um vácuo; as idéias só existem porque são levadas adiante por pessoas que trabalham em organizações que perpetuam essas idéias e as mantêm vivas. (Becker, 1996).

Neste caso não estamos procurando abrilhantar as pesquisas, tentamos apenas apontar como um método reconhecido e utilizado em outros contextos foi aplicado no Brasil e quais foram as suas consequências na área de relações raciais.

Ao iniciar o seu trabalho no Brasil, Pierson traz consigo uma bagagem adquirida num dos principais centros de pesquisa em sociologia daquele momento. Ele fez parte de uma geração que tinha a sociologia como missão, civilizatória e, porque não dizer, colonizadora. Além de campo propício à pesquisa, pela configuração de suas relações sociais e, sobretudo, pela intensa mestiçagem verificada pelos cientistas que adotam o país como campo, a sociologia e a antropologia começam a se instalar como departamentos em diversas instituições de ensino superior periféricas da América Latina, imbuídas dessa vontade de civilização Sérgio Miceli, Mariza Peirano, Marcos Chor Maio, Júlio Simões, Fernanda Peixoto são alguns dos pesquisadores que exploram com profundidade os caminhos da institucionalização das ciências sociais no Brasil e seu projeto civilizatório. Irene Cardoso ao mostrar os caminhos da constituição da USP em *A Universidade da Comunhão Paulista* e Paulo Arantes em *Um Departamento Francês de Ultramar* trilham um percurso semelhante.

No caso específico de Chicago, esta sociologia tinha um caráter profilático e intervencionista que pesou na vinda de Pierson ao Brasil, em 1939, mais especificamente para São Paulo, como articulador do Departamento de Sociologia e Antropologia da jovem ELSP. Essa passagem é bastante conhecida entre nós e é melhor analisada por Isabela Oliveira (2013) e Mário Eufrásio (2009).

Para nós é importante saber como a vinda de Pierson revigora o campo de estudos sobre o negro no Brasil e é o professor João Baptista Borges Pereira (1971), quem melhor aponta a clivagem que a vinda de Pierson opera no pensamento social brasileiro. Para o intelectual, **o negro surge como expressão social** na década de 1930 com os estudos de Gilberto Freyre e Donald Pierson, embora apenas na década de 1950, seu estudo se torne mais sistemático. Para ele,

“O negro que surge das reconstruções históricas de Gilberto Freyre é por demais conhecido. É o escravo que se movimenta na trama das relações sociais da família patriarcal do Nordeste açucareiro; já **o negro de Donald Pierson é o negro-cidadão ou o cidadão-negro** às voltas com o seu processo de **ajustamento** uma subexpressão da sociedade brasileira, representada pelo principal palco de suas investigações – a sociedade urbana da Bahia.” (PEREIRA, 1971, p.23)

Este **negro-cidadão** ou cidadão negro é a novidade apontada por Pierson em seus estudos e isso advém de uma relação direta com a cidade como espaço de contatos (primários ou secundários) e cidadania. Não há como distinguir os estudos de Pierson como estudo sobre relações raciais *ou* estudos urbanos, no trabalho dele, um só existe por causa do outro. O negro surge como cidadão no trabalho de Pierson porque ele está investigando a cidade. A questão era estudar o negro em contato na cidade. Por isso, também os trabalhos subsequentes orientados por ele em São Paulo, irão na mesma direção. Embora ele acredite-se que seria mais produtivo estudar as questões raciais em cidades portuárias, devido ao grande número de negros nesses espaços, é São Paulo que irá oferecer um novo panorama sobre o preconceito racial no Brasil a partir dos anos 1940.

O primeiro autor brasileiro a publicar um trabalho sobre atitudes e relações raciais foi Oracy Nogueira. Aproveitando que Pierson estava afastado da cidade de São Paulo (Cavalcanti, 1999), Oracy empreendeu um estudo que em outubro de 1942, resultou no artigo *Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor* publicado pela revista *Sociologia*, dirigida por Romano Barreto e Emílio Willems. Este último tinha pontos de discordância com Pierson em relação a sua interpretação sobre as relações raciais no Brasil (Cavalcanti, 1999), chegando a publicar mais tarde

(1949), um artigo em revista internacional sobre os pioneiros trabalhos de Nogueira e Bicudo.

Em seu artigo, Oracy apresenta o resultado de uma pesquisa sobre os anúncios de empregos do jornal *Diário Popular* de São Paulo onde pretendia aferir a predileção ou a rejeição dos anunciantes em relação à contratação de “empregados de cor”. Ele levantou seus dados ao analisar os anúncios de emprego no referido jornal durante todo o mês de dezembro de 1941, posteriormente, com uma equipe de seis pessoas ele entrevistou 239 anunciantes que buscavam empregados brancos e seis que procuravam por empregados de cor. Para tanto utilizou de formulários (*schedules*) que os próprios entrevistadores preenchiam. Frente à insuficiência do método estatístico, recorreu ao estudo de caso (*case study*) para compreender “o mecanismo de formação e exteriorização de uma certa manifestação ou fenômeno” (Nogueira, 1942, p.343)

Seus entrevistados eram em grande maioria, de classe média e alta, cristãos, brancos - com a exceção de três casais – brasileiros, sendo os estrangeiros, na maior parte, italianos. Para medir a rejeição ou a predileção, a equipe de Oracy irá aos endereços dos anunciantes e aplicará questionários aos mesmos, inquirindo por que sua recusa ou predileção em relação ao empregado de cor. Cada vez que me lembro disso não posso deixar de sorrir ao imaginar a disposição dessa primeira geração de pesquisadores batendo de porta em porta para realizar a sua pesquisa de campo na cidade.

Estamos falando de gente muito jovem, sem experiência, num país que não tem ainda tradição no campo das ciências sociais. Eles estão construindo essa tradição. Este texto é importante porque esboça o princípio do que Oracy vai chamar mais tarde (1955) de uma “situação racial brasileira”. Inicialmente ele diz não usar o termo preconceito, por achar que ele não tem aplicabilidade aqui, pois “nos países onde há verdadeiro preconceito, todo o grupo de pessoas brancas participa dele, ao passo que no Brasil mesmo entre os brancos há os que reconhecem e protestam contra as injustiças a que os pretos estão sujeitos” (Nogueira, 1942, p.329). Quando Pierson mostra que este é o único modelo de preconceito racial possível, fica difícil enquadrar a experiência brasileira nele e formulá-la:

“Talvez cause estranheza o fato de não se haver empregado aqui o termo preconceito, neste trabalho. É que este termo costuma ser empregado, pelos sociólogos norteamericanos, num sentido bastante definido e julgou-se, pois, conveniente omiti-lo, neste estudo, até que se verifique que os fatos aqui apontados são da mesma natureza dos que os autores norte americanos reúnem sob a rubrica de preconceito de raça, deles diferindo apenas em intensidade.” (Nogueira, 1942, p.357)

Das conclusões que chegará nesse pequeno artigo, uma é a formulação pela primeira vez, do termo “preconceito de cor” para externar uma terceira alternativa entre o preconceito racial e de classe em relação ao negro no Brasil. Para ele, aqui não haveria preconceito racial como o do modelo americano de segregação, nem preconceito de classe propriamente dito, haveria antes:

“... uma terceira alternativa: a de existir, em relação às pessoas de cor, em São Paulo, um tipo de preconceito intermediário entre os dois mencionados: o *preconceito de cor*, diferente do preconceito de raça, visto que este subsiste mesmo quando o indivíduo não apresenta, exteriormente, qualquer característica da raça considerada inferior (como nos Estados Unidos, onde uma pessoa inteiramente loira, de olhos azuis e sem qualquer traço negróide pode sofrer as conseqüências do preconceito de raça, uma vez que se saiba que ela teve um ascendente negro, ainda que muito remoto; o preconceito de cor seria, também, diferente do preconceito de classe, por atingir mesmo pessoas das chamadas “classes superiores”, uma vez que sejam de cor negra ou parda. A intensidade do preconceito de cor varia de acordo com as várias nuances que este atributo pode assumir, no mestiço: quanto mais escuro é o indivíduo, mais ele sofre as consequências do preconceito de cor.” 357-8. **Atitudes desfavoráveis de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor.** Oracy Nogueira.

Sua conclusão diverge do trabalho de Pierson, que afirma que “prejudices exists in Brazil, but it is *class* rather than *race* prejudice” (Pierson, p.349). A verdade é que Pierson adestrou tão bem seus alunos nas técnicas de pesquisa e os imbuíu de uma crença tão firme nestes instrumentos, que eles realmente o levaram à sério e propuseram resultados que se distanciavam de seu mentor. Mas o próprio Oracy, por vezes, reclamava de não ser levado à sério por Pierson, que não aceitava tão facilmente as suas proposições.

Para Guimarães (1999), ao adotar essa estratégia, Oracy Nogueira se distancia da interpretação de Pierson, evitando pensar em termos de grupos por classe ou status. A visão, que parecia ser uma unanimidade nos anos 1940

e que só foi ultrapassada nas ciências sociais, segundo Guimarães (1999), com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes em *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955), pode encontrar raízes na própria linhagem de Donald Pierson. É o começo da construção de um modelo sociológico diferenciado do americano para pensar a situação racial brasileira.

Nos movimentos sociais a discussão já era mantida e o próprio Oracy, no início de seu artigo aponta que o jornalista Fernando Goés²⁴, em 1938, e diversas sociedades negras, como a Associação Nacional Instrutiva José do Patrocínio, em 1941, tinham sido os primeiros a se manifestar contra o preconceito dos anunciantes, tendo esta última reclamado diretamente à Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. Embora fale sobre o texto de Goés, Oracy prefere citar textualmente a carta de um senhor branco que reclamava também da preferência dos patrões por empregados brancos e coloca o problema em termos de nacionalidade, mostrando que seriam, em boa parte, os imigrantes os culpados por essas atitudes. Mas a escolha desta fala tem um porque no texto de Oracy: ela comprova que aqui não há preconceito racial pois existe solidariedade do branco em prol do negro. Mas nos Estados Unidos, essa solidariedade também existia, como a própria trajetória de Park ou da NAACP. Então há um projeto ideológico por trás das asserções de Pierson que é a construção e manutenção desse modelo dicotômico Brasil-Estados Unidos.

Não era a primeira vez que as associações e os intelectuais negros denunciavam o preconceito de raça. José Correia Leite (1992), mostra como desde a década de 1920, havia um movimento de denúncia, mas o fato de não termos uma “*color line*”, fazia com que muitos procurassem dissociar classe e raça, como é o caso de Mário de Andrade ao se remeter ao mesmo texto de Fernando Góes (1938). Ele inicia seu texto muito próximo às conclusões que Pierson chegaria em sua tese:

²⁴ Embora não tivesse precisão a data e o título da publicação, a autor se referia à conferência “Variações sobre a vida do negro”, proferida pelo jornalista e militante negro Fernando Góes, no Teatro Municipal em comemoração ao cinquentenário da Abolição. (Acervo Estadão, 01/05/1938).

No Brasil não existe realmente uma linha de cor. Por felicidade entre nós negro que se ilustre pode galgar qualquer posição: Machado de Assis é o nosso principalíssimo e indiscutido clássico da língua portuguesa e é preciso não esquecer que já tivemos Nilo Peçanha na Presidência da República. (Andrade, 1938)

Andrade atesta que a documentação que Góes apresentara, dentre elas os anúncios de emprego como prova cabal do “preconceito de cor” não passavam de preconceito de classe. Pela passagem podemos ver o qual difícil era interseccionar as duas categorias:

Na sessão solene de dois de maio passado, outro escritor de origem negra, Fernando Góes, trouxe à balha vários documentos para provar essa inferioridade em que o branco concebe o negro no Brasil. Mas a sua documentação me pareceu na realidade pouco convincente como preconceito de cor, porque quase toda ela podia ser convertida no problema maior de classe. Eram documentação de classe e não de cor...se um pai burguês recusará sua filha branquinha em casamento a um negro – o que não é uma lei entre nós – é profundamente certo que a recusará mais peremptoriamente e com bastante razão, a um sapateiro ou maquinista de qualquer cor. O preconceito de cor existe incontestavelmente entre nós. Porém, me parece que na sua complexidade e sutileza temos que não confundi-lo com um problema de classe, não só para não exagerá-lo em sua importância, como para lhe dar melhor luz de ciência e não enfraquecê-lo em suas provas legítimas. (Andrade, 1938)

Por fim, Mário sugere que fossem estudados os documentos do folclore, poque neles não se confundiriam classe e raça, veria-se com clareza o que seria “exclusivamente um problema de cor.” (Andrade, 1938)

Oracy está seguindo com afinco o programa de Chicago, primeiramente ao escolher o jornal como fonte de pesquisa, depois ao ir diretamente coletar as atitudes e opiniões dos anunciantes - pessoas brancas - em relação aos negros. Em sua tese, defendida três anos depois do texto de Oracy, que lhe serviu de referência, Virgínia pelo contrário, vai buscar justamente as atitudes e opiniões de pretos e mulatos e não de brancos. Como preto e mulatos encaram suas experiências como “gente de cor” na cidade é que vai ser central no trabalho de Virgínia. São as atitudes e opiniões dos negros que importam. Então pela primeira vez temos um trabalho acadêmico realizado por uma

acadêmica negra onde os negros surgem não como objeto, mas como sujeitos com opinião, onde a fala deles fica clara.

Em 1945, Nogueira, defende a tese *Vozes de campos de Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo*, na mesma ELSP onde se graduara e também irá se deter sobre as experiências e as atitudes em direção a tuberculosos internados num asilo na cidade de campos do Jordão. O próprio autor havia passado pelo trauma desta experiência e como assevera Cavalcanti (1999), se aproximando muito da noção de estigma criada por Goffman escreve uma tese brilhante. Durante o tempo do mestrado recebe um auxílio da Fundação Rockefeller para desenvolver as suas pesquisas e chega a receber uma bolsa de estudos para realizar o seu doutoramento na Universidade de Chicago. Depois de viver 2 anos na cidade, entre os anos de 1945 a 1947, retorna ao Brasil e quando tenta voltar aos Estados Unidos, em 1952, para finalizar a sua tese, é impedido de fazê-lo por ser filiado ao Partido Comunista.

Nas obras sobre o trabalho de Oracy Nogueira poucos são os que citam o estudo de atitudes como um método dentro de suas investigações (Cavalcanti, 1996). Parece que se naturalizou a ideia de atitude, como apenas uma palavra ou técnica, e o foco passa a ser os estudos de comunidade, como se não houvesse articulação entre ambos. De todo modo, é interessante notar que foram justamente os estudos de atitudes que o levaram a formular a noção de “preconceito de marca”. O contato direto com os sujeitos de sua pesquisa e o esforço etnográfico que empreendia, deram as chaves para que ele formulasse tal conceito.

A importância de seus trabalhos não reside, propriamente em seu vanguardismo ou pioneirismo, que como assinalaria Bourdieu (1986) não passariam de ilusão biográfica, mas num dado importante para saber como a pesquisa etnográfica estava se configurando num determinado momento da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Seu trabalho foi uma das mais originais contribuições dos estudos de atitudes para as teorias das relações raciais. E é resultado de seu aperfeiçoamento na disciplina de *Estudo de Atitudes* oferecida, sistematicamente, por Donald Pierson desde 1941 e que depois de 1945, contou com o próprio Oracy Nogueira como seu assistente. A existência como disciplina teórico-metodológica mostra a importância que ela

tinha no no programa de pós-graduação. Algumas leituras obrigatórias do curso vinham da Psicologia Social, como G.H. Mead e Kimball Young. Além disso, lia-se também Ellsworth Faris, Robert Park, Thomas e Znaniecki. Sua ementa consistia na seguinte descrição:

"Estudo da "atitude" como fonte e resultado do comportamento. A "atitude-objeto". Relação entre "atitude" e "ato". Análise do "Ato". Relação entre "atitude", e impulso, gesto, desejo, hábito, opinião, significado, personalidade, "self". A atitude, "distância social" e "contrôle social". Atitudes raciais e de classe. Modificação de Atitude".
(Fonte: Ementa do curso de Atitudes Sociais. ELSP, 1945)

Imagem: Rascunho de Oracy Nogueira para a ementa da disciplina de Atitudes Sociais, 1945.

Fundo Oracy Nogueira/ UFRJ

ATITUDES DE PRETOS E MULATOS EM SÃO PAULO

“O presente trabalho é um estudo preliminar que visa ilustrar a aplicação de um método e de uma técnica na coleta de dados e abrir caminho para pesquisas posteriores. O problema abordado refere-se às atitudes raciais de pretos e mulatos, em São Paulo.” (Bicudo, 1945, p.1)

Com estas palavras Virgínia abre sua dissertação apresentada, em maio de 1945, para o corpo da Divisão de Estudos Post-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política. Ela contava com 34 anos. O texto preliminarmente se chamaria “*Estudo da Consciência de Raça entre Pretos e Mulatos de São Paulo*”. Houve uma mudança de título mas não de tema, já que para perceber se há consciência racial entre os indivíduos, segundo o método, há que se estudar as suas atitudes, ou seja, as predisposições psicológicas de um grupo racial frente a outro. Além disso, se há ou não consciência racial entre pretos e mulatos será uma das conclusões da autora. Mudando de título, ela coloca o estudo de atitudes como central no processo de elaboração das 68 páginas de seu texto.

Um empreendimento pequeno, de cunho empírico e no limiar entre análise sociológica e psicologia social, mas que tem sua importância na história das ciências sociais do Brasil ao colocar pela primeira vez a experiência e as atitudes de pretos e mulatos e não de brancos como central para se aferir a existência de preconceito na cidade de São Paulo. Em *Atitudes desfavoráveis* (1942), apesar de ter se inspirado pela crítica de intelectuais negros, foram as atitudes de brancos que guiaram o trabalho de Oracy Nogueira.

Já no início do texto a autora assegura que trata-se de um estudo preliminar, ou seja, um fundamento ou uma introdução ao tema que ela ou outros podem aprofundar mais tarde. Infelizmente, a autora não empreendeu a pesquisa mais profundamente em outros momentos, o certo é ela não publicou nada sobre o tema até a sua participação no Projeto Unesco-Anhembi. De qualquer modo, o texto foi premonitório, já que grande parte das análises posteriores sobre relações raciais, em especial, as de Florestan Fernandes e as de Roger Bastide em trabalhos como o do Projeto Unesco-Anhembi ou “A

integração do negro na Sociedade de Classes” ([1964] 2008) dialogam diretamente com as questões postas pela autora. Guerreiro Ramos (1948; 1955), ainda que não diretamente, também será um de seus interlocutores.

O universo conceitual pelo qual se move Bicudo, em sua dissertação, é composto pelos trabalhos de Pierson, *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*²⁵ (1942), que é traduzido para o português no mesmo ano em que ela defende sua dissertação; Ellsworth Faris *The Nature of Human Nature* (1937); Robert Park *Human Nature, Attitudes, and Mores* (1931) e *The Nature of Race Relations* (1939); *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freire (1936), *Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor* de Oracy Nogueira (1942) e *The Marginal Man: A Study in Personality and Culture Conflict* de Everett Stonequist (1937).

A sociologia de Park, da qual Bicudo era afiliada, afirmava que o estudante de relações raciais deveria procurar saber duas coisas: a situação social e a reação individual frente a essa situação, refletida na experiência do sujeito. Foi o que ela tentou fazer através da eleição de um instrumento como o *survey*, para aferir as atitudes de pretos e mulatos em São Paulo. Mas agenciando análise psicológica, psicanalítica e sociologia, o trabalho de Bicudo acabou se tornando também, *um estudo clínico*, como bem definiu Fanon para o seu próprio trabalho publicado na França sete anos após a tese de Bicudo, *Pele negra, máscaras brancas*²⁶ ([1952] 2008). O autor afirma que, em seu livro, pretende descobrir as *atitudes* do negro moderno em direção ao mundo branco e à sua própria raça. (Fanon, 2008) .

Para tanto, ele também vai investigar o drama do que chama de “ir ao mundo dos brancos” e Virgínia, de híbrido. Eles dividem um certo universo conceitual que abriga as ideias de complexo de inferioridade, assimilação, atitudes, conflito, consciência de cor, etc. Se o tema dele é o da desalienação, termo que Virgínia não usa, o dela é mostrar porque e como a alienação de si ocorre pelo complexo de inferioridade e falta de uma consciência racial.

²⁵ A tese é defendida em 1939 e publicada em 1942. Não encontramos nenhuma referência à Pierson como ganhadora do Anisfield-Wolf Awards, que premia trabalhos de ficção e não ficção que combatem o preconceito racial.

²⁶ Originalmente *Un essai pour le Disalienation des noirs*, apresentada na Universidade de Lyon.

Guerreiro Ramos, adotando os mesmos conceitos e também partilhando do mundo sociológico e psicanalítico, vai adotar postura e discurso semelhante aos dois.

Além disso, há uma outra semelhança entre o trabalho de ambos que é a origem dos mesmos. Tratam-se de uma tese (que é hoje um clássico sobre a questão colonial e relações raciais) rechaçada pelo departamento de psiquiatria onde Fanon se doutorava. E uma dissertação, esquecida não em seu departamento, mas na história do pensamento social brasileiro, durante anos. Estamos falando também de processos de legitimação do negro na universidade (dos brancos) e, embora guardando as devidas distâncias, inclusive físicas e o fato de que Fanon acabou sendo consagrado posteriormente (ele só viveu 36 anos) há um ecoar de uma vivência acadêmica subalternizada na experiência diaspórica negra, que se exprime até no fato de que no tráfico de ideias transnacionais, muitos desses sujeitos não tiveram possibilidade de dialogar.

Entre 1941 e 1944, D. Virgínia entrevistou mais de 30 pessoas, sendo 11 delas oriundas de famílias contactadas através da Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Escolar coordenada por ela em São Paulo. A intenção era conhecer as atitudes de “gente de cor” em relação ao preto, ao mulato e ao branco. Para efeitos de análise, ela classificou seus entrevistados em duas categorias: (1) pretos de classe social inferior; (2) pretos de classe social intermediária; (3) mulatos de classe social inferior e (4) mulatos de classe social intermediária. **Preto** seria aquele “indivíduo de cor preta e cabelos encarapinhados, cujos pais apresentam os mesmo traços físicos” (p.5) e **mulato** aquela pessoa de “cor parda, possuindo um dos genitores preto e outro branco, ou um pardo e outro branco, ou ambos genitores pardos” (p.5). Quanto à classe a autora qualificou como **inferior** aqueles que tivessem renda global familiar de até Cr.\$500,00, profissões como motorista, operário, servente, cozinheira, empregada doméstica e nível de instrução máximo o curso primário. A classe intermediária seria a daqueles que teriam renda global familiar acima de Cr.\$500,00, profissões liberais ou pertencentes ao funcionalismo público e que cursaram no mínimo o secundário. Sobre os

mulatos, Bicudo comenta que a auto-classificação variava de acordo com seu status social, tendo aqueles que se consideram pretos e outros que se consideram brancos.

Sua intenção, como visitadora, era trabalhar no “ajustamento da personalidade” dos escolares e, por isso, pretendeu estudar o ambiente afetivo dos estudantes. A pesquisa foi realizada em escolas dos bairros da Bela Vista, Santana, Vila Mariana, Barra Funda e Mooca. É a função de visitadora psiquiátrica que lhe permite essa abordagem, num momento em que a profissão de socióloga e a pesquisa de campo nas grandes cidades ainda era incipiente. A escola teria um papel importante pois era onde essas diferenças se encontravam e representava um esforço de homogeneização do cidadão nacional. Aqui é interessante notar como as escolas e a educação começam a surgir como um campo de investigação nas ciências sociais brasileiras. Como se faz trabalho de campo nas escolas. Então há uma coisa nova no trabalho de Virgínia, é a primeira vez que alguém adota a escola e a família como laboratório de pesquisas sobre relações raciais na sociologia brasileira. E elege a criança negra, a “criança-problema”, como mediador da interlocução.

Para empreender a pesquisa ela utilizou-se do *survey*. Ao inventariar essa técnica, Mitchell (2002) nos oferece um panorama da sua importância dentro das ciências sociais:

Uma breve discussão da evolução do *survey* estaria incompleta sem a menção de suas origens no movimento de reforma social a partir do final do século XIX. A pesquisa do tipo *survey* não deve ser pensada apenas como um instrumento de coleta de dados para elites governamentais, econômicas, acadêmicas ou políticas. Aqueles que no final do século XIX e início do XX estavam profundamente preocupados com a situação dos pobres utilizaram *surveys* em seus esforços para dotar de conteúdo os debates sobre as causas da pobreza e suas soluções. Para esses pioneiros, os *surveys* eram considerados uma forma de fazer “ciência social aplicada”, como enfatizou Jean Converse. Esses reformadores sociais conduziam suas atividades guiados por pressupostos e valores científicos, isto é, a observação sistemática e objetiva de fatos verificáveis com o intuito de iluminar o debate que levaria a políticas efetivas de melhoria das condições sociais. Os *surveys* impunham a disciplina do método científico àqueles que advogavam reformas sociais. (MITCHELL, 2002, p.27)

O teor pragmático-intervencionista deste instrumento de pesquisa é exposto assim pelo autor:

A pesquisa do tipo survey apresenta um duplo enfoque nas ciências sociais. Trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento usado para iluminar o conhecimento das elites sobre as massas e de um veículo para promoção de reforma social. (MITCHELL, 2002, p.29)

O que faz bastante sentido na prática de Bicudo, pois a questão racial para ela não fazia parte apenas de um interesse seu, era primordial tentar compreender e resolver pragmaticamente a questão para além das afinidades com o objeto. Ela é uma mulher pragmática.

É interessante notar no ordenamento de seus sujeitos que haja uma clivagem de classe/ gênero no trabalho de Bicudo: à exceção de um membro, todos os entrevistados pretos e mulatos de classe social inferior são mulheres. Enquanto a maioria dos pretos e mulatos de classe social intermediária são homens. Não foram entrevistados pretos ou mulatos de classe social superior.

A proposta era ver a “situação racial através da observação de atitudes raciais” (Idibem, 1945, p.4), assumindo relações raciais – a partir da influência de Park - como aquelas existentes “entre membros de grupos étnicos e genéticos diferentes, os quais podem provocar conflito racial e consciência racial ou determinar, o status relativo dos grupos raciais, dos quais uma comunidade é composta”. (Ibidem, 1945, p.62) Nesse sentido, preconceito racial seria um “sentimento de antipatia ou uma tendência para afastar ou limitar os contatos sociais” (Bicudo, 1945, p. 68).

Em sua tese, Virgínia fala a partir de um recorte de classe (ela investiga negros pobres e de classe média) e analisa temas como hibridismo cultural, miscigenação, relações amorosas, casamento e dá enfoque ao que chama de “o pensamento obsessivo de não possuir boa aparência” (BICUDO, 1945, p. 37). Para ela, “este pensamento indica possivelmente que as dificuldades de ascensão social estão diretamente ligadas à cor”. (Idem, p. 37). A análise das experiências dos mestiços, também, é central em seu texto.

A dissertação de Virgínia também tem outras peculiaridades naquele momento: o fato de centrar-se em São Paulo, na metrópole; o início dos estudos urbanos sobre relações raciais em cidades industrializadas, juntamente com Oracy Nogueira, a leva a ver que é justamente a ascensão social que faz com que o negro adquira consciência racial – ao ascender e não ser assimilado pela classe média branca o negro percebe o viés da cor em nossa sociedade.

Embora sua obra seja pequena, sua importância se deve ao fato de que ela faz parte da reflexão da primeira geração de brasileiros formados por pesquisadores estrangeiros que vão pensar sobre relações raciais no Brasil, a partir da influência direta da Escola de Chicago. A primeira tese sobre relações raciais no Brasil foi escrita por uma socióloga negra que acreditava, a despeito da orientação teórica nas ciências sociais daquele momento, na existência de preconceito de cor no Brasil. Ainda assim, mesmo entre os que estudam associações negras em São Paulo, é difícil encontrar referências ao trabalho de Bicudo. Exceção feita, por exemplo, aos trabalhos de Miriam Ferrara (1981), Domingues (2007), Pahim (1987) e Edmar José da Rocha (2005).

FRENTE NEGRA BRASILEIRA E A VOZ DA RAÇA

Além dessas entrevistas, a pesquisadora também investigou uma instituição: a Frente Negra Brasileira, que segundo ela, por motivos óbvios receberia na dissertação um nome fictício - *Associação de Negros Brasileiros* - bem como o seu jornal *A Voz da Raça*. Maio (2010) argumenta que esta estratégia devia-se ao fato de que naquele momento os movimentos sociais estavam proibidos pelo Estado Novo – logo a autora estaria protegendo os seus informantes. Contudo, em 1947, quando ela publica um artigo oriundo da sua dissertação na revista *Sociologia*, continua usando desta mesma denominação. No artigo ela resume seus principais argumentos e corta grande parte dos depoimentos que coletou, o que tornou o texto mais objetivo, mas também mais sem alma.

Os depoimentos publicados na sua dissertação dão alma ao trabalho. Eles são um dos materiais que narram com maior drama as experiências de

homens e mulheres negros que viviam em São Paulo nos anos 1940. Tramas amorosas, familiares e pessoais. Preocupação com a aparência, decepções com as possibilidades de ascensão social. O auto desprezo, a rejeição ao corpo e a assunção direta de que o branco é melhor, sempre. Tudo está ali. E de uma forma nervosa.

A descoberta de associações negras em São Paulo era uma evidência de preconceito racial que aproximava a realidade do Brasil à norte-americana. Pierson não era indiferente a isso, pois em Chicago era obrigatório que os estudantes de relações raciais frequentassem entidades como a *Chicago Urban League*, importante centro associativo negro que Park ajudou a fundar e onde seus estudantes participaram ativamente (DEEGAN, 2013). As associações eram tão necessárias ao estudo de qualquer estudantes sério de relações raciais que Oracy Nogueira quando vai aos Estados Unidos realizar seu doutorado começa a participar ativamente de uma delas, a NACCP. Embora alguma literatura aponte isso como uma disposição pessoal do pesquisador, quando se entende o contexto da sociologia de Chicago, vemos que ela é, na verdade, uma premissa de trabalho.

A *Chicago Urban League* serviu como laboratório para a ideia de assimilação de Robert Park, pois ele via e estimulava nela o comprometimento com a educação, a entrada no mercado de trabalho e o ajustamento de negros, que vindos das áreas rurais do sul dos Estados Unidos, não se ajustavam à metrópole. E foi assim que Virgínia concebeu a Frente Negra, também como um laboratório, onde a assimilação era determinada pelas atitudes de simpatia e não de antagonismo que os fretenegrinos nutriam em relação aos brancos.

A atuação de sociólogos na *Chicago Urban League* era muito grande. A Liga Urbana de Chicago é uma instituição de apoio à comunidade negra da cidade, surgindo como centro de ajuda para aqueles recém-chegados do sul dos Estados Unidos, onde o regime de segregação racial era extremamente duro. Boa parte dos estudantes negros de Park acabaram se tornando funcionários da instituição, recebendo salário e atuando muito próximo da função de assistentes sociais, até porque naquele momento a formação para o assistente social era a mesma do sociólogo, não havia uma separação distinta entre ambos. A ideia de sociologia enquanto engenharia social era bastante

coerente com a prática desses estudantes e também com a prática de Bicudo, como visitadora psiquiátrica e socióloga. Eles eram os intelectuais (da assimilação) em ação. A *League* e as clínicas de orientação infantil eram ao mesmo tempo, lugar de observação e intervenção-experimentação, funcionando como laboratórios sociais que até hoje contam com uma forte presença de profissionais negros.

Mas contraditoriamente, a Escola de Chicago marca também o *ethos* do distanciamento. Sociologia aplicada e sociologia engajada eram coisas distintas. Na investigação o pesquisador tinha que objetivar-se. O engajamento era visto como militância e impureza. Para intelectuais como Du Bois que concebia a sociologia como engajamento, o não envolvimento político do profissional negro de Chicago era visto como conservador e alienante, no sentido de que afastava o sujeito negro de sua consciência.

Ao eleger as associações negras como laboratório, Virgínia aproxima realidades e coloca seu trabalho ainda mais próximo daquele que vem sendo realizado nos Estados Unidos. Não nos esqueçamos que as atitudes raciais e as associações foram fortemente tematizadas em trabalhos monumentais como *Black Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City* de Saint-Clair Drake e Horace R. Cayton, também publicado em 1945 e *The Negro in Chicago: a study of race relations and a race riot* de 1922.

Na teoria ecológica de Park, havia lugar ainda para a investigação de importantes fontes para a análise de contatos secundários - estabelecidos através de um “pacto da razão” - que eram os jornais e a publicidade. Oracy investigou a publicidade em jornais diários. Virgínia verá nos jornais associativos outro laboratório de investigação de atitudes raciais, externalizadas através da racionalidade negra. Ela analisará como o discurso negro é construído racionalmente. Ela coloca o negro no domínio da razão. Tendo-se em mente que este é o primeiro estudo de caso sobre jornais e associações negras no Brasil, percebe-se que há um esforço em qualificar a participação negra na vida da cidade. Ela não está se falando de um escritor negro como Machado de Assis, mas do cotidiano e de uma razão negra coletiva. Ela está dizendo que negros juntos agem racionalmente. Então, a amostragem do trabalho de Virgínia é exemplar, pois ela exhibe uma

complexidade de tipos negros na metrópole paulista e absolutamente todos, do analfabeto ao doutor, são subjetivados.

Baseando-se no seminário Raça e Cultura de Pierson, onde ele discorre sobre a formação de movimentos sociais, a autora considera a Frente Negra Brasileira um movimento social, nacionalista, articulado em torno de um sentimento de opressão e voltado contra um opressor real ou imaginário. Mas toma aqui a ideia de real de William Thomas, para quem se um grupo sente algo como real, então isto torna-se real. No caso, o grupo começa identificando o branco como opressor, mas depois percebe que esta não é uma boa estratégia, pois gera mais rejeição do branco então começam por ter uma estratégia de simpatia e intercâmbio para com o mesmo, focando mais numa demanda anti-preconceito e em táticas de assimilação e integração.

A criação de organizações políticas negras autônomas, como a Frente Negra Brasileira, em reação ao preconceito de cor, é uma atitude que fundamentaria a hipótese de existir **discriminação de cor** no Brasil “as atitudes dos pretos e mulatos referentes à cor reciprocamente fundamentam a hipótese positiva quanto à existência de **discriminação de cor**, do branco para o negro” (Bicudo, 1945, p.58). Se Pierson acreditava que o negro que experimentava ascensão social na Bahia era assimilado pelas classes superiores, Bicudo mostrava o contrário. Seria a impossibilidade de assimilação que despertaria no negro a consciência racial e faria com que ele se unisse em associações. Para ilustrar a discordância em relação ao seu orientador, Bicudo insere em sua tese a fala de um de seus entrevistados:

Afirma-se na Bahia, como fez o professor Pierson, que o negro rico não sofre preconceitos (sic). Tal afirmação não é verdadeira em São Paulo. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que não existe negro economicamente independente, portanto, aqui entendemos por negro rico aquele que for instruído, educado. As experiências diárias mostram que eles também sofrem as consequências da cor da pele. (Bicudo, 1945, p.9).

A fala acima aponta dois movimentos importantes: um é mostrar a existência de uma circulação das pesquisas acadêmicas sobre relações raciais fora da academia, entre o circuito da militância; outro é colocar diretamente o negro como intérprete e analista das relações raciais na metrópole. Virgínia

naquele momento, já tinha estabelecido amizades com intelectuais negros do porte de Lino Guedes e Fernando Goés, que serão seus interlocutores.

Bicudo continua seu texto mostrando que ascensão econômica não eliminaria a “distância social na linha de cor” (Bicudo, 1945, p. 67) entre negros e brancos pelo contrário, a deixaria mais marcada não era e talvez ainda não seja algo evidente hoje em dia. Equalizar riqueza material à educação, como faz seu interlocutor, mostrava o valor da educação para o grupo negro naquele momento. Primeiro, não há negros ricos: somente a educação pode ser um equivalente à riqueza material. Depois, o preconceito é sentido no cotidiano em forma de experiência. É importante notar também a escolha da autora por esse trecho de sua entrevista, já que ele vinha corroborar uma de suas opiniões. Nesse trabalho, Bicudo sinaliza também para os efeitos da escolarização superior entre os negros, negando a suposição de que a ascensão social via escolarização seria suficiente para a eliminação do preconceito:

O acesso ocupacional não lhe confere status social igual ao branco do mesmo nível profissional, econômico e intelectual. O preto sentindo que dele eram exigidos maiores esforços para cursar escolas superiores ou obter um “bom” emprego, novamente se traumatiza com as restrições que sofre na esfera social do branco. Sente-se considerado apenas como “profissional” e não como “pessoa”. A conquista de um diploma de escola superior ou de um cargo de responsabilidade não garantem ao preto a satisfação do desejo de ser aceito socialmente sem restrições [...] (Bicudo, 1947, p.203).

Como indivíduos negros adquirem consciência de cor era também uma das questões apresentadas pela a autora. Uma de suas conclusões é que no caso do mulato de classes sociais intermediárias, a socialização com brancos somado ao sentimento de inferioridade levaria à maior consciência racial e ao desejo de ascensão. E essa atitude mais pronunciada em relação à cor leva ao “casamento, exercício de profissões liberais, do cultivo intelectual e da boa aparência.” (Bicudo, 1945, p.22). Então o sentimento de inferioridade acabaria levando o indivíduo a uma certa positividade em relação ao desejo de ascensão social e isso mostraria como ocorre o processo de ajustamento desse grupo. Como híbrido racial e cultural, o **mulato** acabaria, por vezes, desprezando outros negros e se identificando com os brancos, embora

soubesse que sua passagem seria interdita para determinados espaços devido a sua cor. Mas isso poderia levá-lo também à participação política.

Discordando de Pierson em dois níveis, Bicudo acredita que “em São Paulo...mais acentuadamente que na Bahia, a posição ocupacional inferior do negro incluiria aspectos da luta no nível de “status” social, isto é, com mais dificuldade venceriam os méritos pessoais, porque encontrariam maior resistência como negros.” (Bicudo, 1945, p.42). A autora sabia que os esforços pessoais não eram suficientes para o processo de ascensão, não bastava a intenção e o esforço para vencer. Sabia disso pela trajetória de seu pai. Por isso, a atitude da Frente Negra Brasileira ao “lutar contra os obstáculos à ascensão social em consequência da cor” (Bicudo, 1945, p.47) foi investir na educação do negro:

[...] os dirigentes do grupo viam na ascensão econômica o meio de alcançar recursos materiais para conseguir a elevação nos níveis intelectual e moral, e assim aparelhados, se empenhavam na luta pela conquista de reivindicações sociais. Procuravam conseguir melhores condições econômicas, e físicas mas visavam também a elevação do nível intelectual e moral do negro cuidando da instrução, da educação e do desenvolvimento da consciência de cor. (Bicudo, 1945, p.43)

Para tanto, a Frente Negra, em vez de atitudes de antagonismo que geravam uma maior rejeição pelos brancos, começou a desenvolver atitudes de simpatia, que resultaram na colocação de negros para trabalhar na Guarda Civil de São Paulo e na remoção de professoras do interior para as escolas da Associação na Capital. No jornal havia o estímulo de atitudes de solidariedade entre negros para entrar no mercado competitivo e de enaltecimento do negro para dar fim ao sentimento de inferioridade. O que seria, estrategicamente, mais importante que combater as atitudes de preconceito dos brancos. Era preciso despertar a consciência racial de grupo. O desejo do jornal era a “integração completa do negro em toda a vida social do país” (Bicudo, 1945, p.55) e, segundo a autora, eles “acreditavam que a ignorância e o sentimento de inferioridade geravam o antagonismo do negro contra o negro, então passaram a “enaltecer a raça, em promover a educação e desenvolver a instrução”. (Bicudo, 1945, p.60)

Bicudo em São Paulo vê na associação “movimento coletivo, liderado por negros conscientes de seus status ligado a barreira de cor” (Bicudo, 1945, p.59). Serão em suas conclusões que encontraremos mais firmes posições antagônicas à pesquisa de Pierson na Bahia. Primeiro, há discriminação de cor. Depois, essa discriminação se manifesta mais amplamente a medida que o negro ascende socialmente. A atitude face a essa discriminação - a rejeição - traumatiza o sujeito e faz com ele desenvolva consciência de cor. A medida que a consciência aumenta, maior será o sentimento gasto “para compensar o sentimento de inferioridade” (Bicudo, 1945, p.64). Psicanaliticamente falando, Virgínia comete o parricídio, passo importante para a independência intelectual e o amadurecimento, segundo Freud.

HIBRIDISMO E MARGINALIDADE

Para Bicudo, o sentimento de inferioridade detectado no negro é ligado à noção de que é o branco quem o define, de que o negro é construído no coração do branco. Ele não tem ontologia própria, como aponta Fanon (2008). São os brancos quem definem os termos da exclusão. Sendo definido por outro, o drama do negro e daquele que partilha uma dupla consciência é que “ele não entende a sua própria raça e o branco não o entende.” (Fanon, 2008, p.64). Mas é possível transformar o sentimento de inferioridade em positividade através das associações. Para Virgínia esse drama também pode ser redentor e o híbrido pode deixar de ser o marginal, ou talvez justamente por isso, pode se tornar o líder auto-consciente da mudança social. Ele deixa de ser problema:

[...] surgem, então líderes auto-conscientes, quase invariavelmente híbridos raciais e culturais, que se dedicam a despertar na população nativa, com auxílio da imprensa nativa, da língua, da literatura e das artes de folk revividas, a consciência de grupo essencial ao ulterior desenvolvimento do movimento. “Estes homens marginais, que tinham deixado por algum tempo o seu próprio grupo e vivido ou tentado viver em outro, voltaram agora definitivamente para seu grupo original, cheio de sonhos e aspirações do que ele pode se tornar. (BICUDO, 1945,p.59)

O termo *marginal man* é uma referência direta de Stonequist (1937) ao *cultural hybrid* de seu orientador Robert Park. Com o termo, ele queria designar

como uma **personalidade marginal** se desenvolve em indivíduos que pertencendo a duas culturas distintas acabam tendo dificuldades em estabelecer sua própria identidade, ficando à margem. Para o autor são justamente estes híbridos que devem ser investigados numa sociedade de contato, pois são eles que nos dão a dimensão do problema de ajustamento e assimilação. Stonequist, radicaliza a noção de *marginal man*, que ultrapassou o léxico acadêmico e acabou se tornando parte do nosso vocabulário cotidiano, ao apresentar o ciclo da vida de um homem marginal: inicialmente ele é introduzido a estas duas culturas, depois ele entra em crise por não se resolver a qual de fato ele pertence e, por último, há o ajustamento do híbrido. O autor analisa o papel dos casamentos inter-raciais, da educação e da imigração e sua implicação numa cultura híbrida, em que um indivíduo procura se ajustar a um novo grupo social, depois de abandonar o seu grupo de referência. O papel do híbrido é salutar pois “o status e o papel de um grupo mestiço particular podem ser tomados como índice do problema racial mais largo, dada a circunstância particular do híbrido, que levanta para a comunidade o problema especial de determinar o seu lugar dentro da organização social”. (BICUDO, 1945, p.27).

Virgínia enxerga o mulato como essa figura híbrida, e percebe que nessa nova ordem que vem se estabelecendo em São Paulo, há um novo híbrido que é o mestiço filho de pais brancos imigrantes e negros da capital ou migrantes. Assim como ela própria e seus irmãos. Então quando se fala aqui em contato cultural, estamos pensando em novos agenciamentos inter-raciais que não se espelham mais na fórmula da casagrande e senzala. E nesse âmbito, ela não deixaria de fazer um estudo auto-reflexivo. Ainda que sugira isso de modo tênue na segunda página de sua tese, ao afirmar que:

Para atingir a finalidade das entrevistas no conhecimento das atitudes sociais no que concerne à “raça” (os parêntesis são da autora), demos sempre atenção aos aspectos de interação entre o entrevistador e o entrevistado. Quanto ao primeiro, procuramos estar conscientes dos motivos pessoais que nos conduziram à pesquisa, bem como procuramos conhecer nossas atitudes sobre o problema em estudo, para o desenvolvimento de auto-controle e auto crítica e assim evitar interferir na entrevista e na interpretação do material colhido com possível projeção de condições pessoais. (Bicudo, 1945, p.2)

Talvez este seja um dos parágrafos mais tensos que li, porque o tempo todo quando eu o releio, eu desejo ou eu quase ouço Virgínia falar claramente que estas condições pessoais às quais ela se refere são de fato a sua cor. É impressionante que ela tenha entrado na graduação à procura de uma resposta para as questões de preconceito que sofrera na infância e na juventude e que, mesmo, já tendo feito carreira na psicologia e na psicanálise, ainda recorra ao mestrado – 4 anos depois de formada – como uma possibilidade de compreender melhor as relações raciais das quais fazia parte, subalternamente, ou seja como mulher e como “gente de cor”. Afinal, ela sofria na carne o drama da assimilação. Ao desenvolver o seu mestrado Virgínia entrou em contato com um grupo do qual ela estava progressivamente se afastando. A não ser pelos seus irmãos e por um ou outro amigo que tinha uma condição semelhante à sua, como Gioconda Mussolini, ou de crianças que atendia no exercício da Clínica, Virgínia nunca mais teve um vínculo forte com a militância ou mesmo com a elite negra enquanto grupo. O que condiz bastante com a própria narrativa dos seus entrevistados, que se afastavam conscientemente dos indivíduos do seu grupo racial como se a convivência pública ou particular pudesse macular sua trajetória de ascensão. Mais do que isso, “andar junto” era um problema que mas denota no plano da cidade, que “andar junto” era ameaçador. A Rua Direita não era só maculada, impura, mas representava uma ameaça às moças direitas e à constituição da cidade.

Ela mesma se tornou infiltrou na elite, mas não na elite negra²⁷. Virgínia se tornou parte da elite mesmo, e para tanto teve que deixar um pedaço de sua vida para trás. Mas que ela tenha se reconhecido e se subjetivado em sua pesquisa, mesmo timidamente, é um feito considerável. Num mundo branco onde as questões raciais estavam postas mais para os de fora, que para os de dentro e numa sociologia que prega o distanciamento do objeto, sua escolha,

²⁷ Fico muito incomodada quando se referem à pertença de Virgínia ou de outros intelectuais negros à elite *pensante* do país. Porque esta asserção normalmente vem acompanhada da ideia de que a elite *pensante* é branca, de classe média ou rica e graduada ou pós-graduada. Lendo os depoimentos de sua tese fica claro que o pensamento é uma atividade além cor e além classe. *Elite pensante* é aquela que através das relações de poder constrói a si mesma como a única fonte válida de elaboração de pensamento. O que ocorre é que Virgínia conseguiu, subalternamente, se infiltrar no grupo que domina a narrativa sobre o conhecimento.

assim como a de Oracy ao eleger como tema um asilo de tuberculosos foi extremamente corajosa. De todo modo, deve ser questionado o fato de que sua pertença racial nunca tenha ficado nítida entre nós, nem naquela época, nem posteriormente. Nem através de suas palavras, nem através das palavras de outros intelectuais, a não ser por uma passagem rápida numa carta que Pierson envia ao seu ex-orientador. Claro que as conversas existiam, e eram quase sempre motivo de admiração entre os seus colegas, mas parece nunca ter sido problematizado o fato de que uma mulher negra ou mestiça estava indo a campo.

Ari Lima, ao analisar a trajetória de Édison Carneiro, dois anos mais jovem que Virgínia, também problematiza o fato do antropólogo nunca ter manifestado a sua pertença racial e a implicância dela em sua prática etnográfica, principalmente, durante os anos 1930. Não há notícias do contato de Virgínia com Édison, mas Pierson o conhecera na Bahia. Embora tenha tido uma carreira de visibilidade como etnógrafo e folclorista, Édison não conseguiu concretizar uma carreira universitária. É notório o caso de sua frustração frente ao concurso para a cadeira de Antropologia e Etnografia da faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, em 1966, quando o concurso foi cancelado com a finalidade de vetar sua entrada na instituição.

Ainda em relação a Édison Carneiro gostaria de enfatizar novamente um mesmo aspecto negligenciado por todos os autores citados, qual seja as implicações da condição racial do autor, num contexto em que tinha como interlocutores referenciais dois autores brancos, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, e um autor negro, Manoel Querino. Talvez seja exigir demais que, no final dos anos 30, Édison Carneiro, negro intelectualizado, de classe média, problematizasse seu status de cor e classe, por outro lado, é possível conjecturar que estas suas especificidades interferiram ou determinaram suas relações de campo e a construção teórica do seu objeto. Este aspecto me parece relevante, considerando o fato de que, embora desconheça qualquer menção do próprio Édison Carneiro a este fato, sua condição racial é, vez por outra, denunciada por outros autores. Ademais, nesta época, a sociologia do negro no Brasil se consolidava como uma sociologia branca...(Lima, 2001, p.295)

Virgínia, por outro lado, conseguiu manejar a sua carreira de modo a alcançar prosperidade e sucesso num campo de extrema competição, como o campo psicanalítico. Mas isso, não diminui a convincente provocação de Ari ao questionar a inserção subalternizada de negros nas universidades brasileiras.

Podemos somar às trajetórias de Virgínia e Édison, à tantas outras como a de Clóvis Moura e Guerreiro Ramos, seus contemporâneas. Ou notar as dificuldades que Frazier enfrentou em seu campo na Bahia comparativamente aos seus colegas brancos, o que mostra a difícil inserção negra na vida acadêmica na primeira metade do século XX, justamente numa área que acreditaríamos ser mais aberta a nossa presença, afinal fomos o seu objeto predileto. No caso de Virgínia isso pode ser ainda mais tensionado quando se pensa que ela era uma das poucas mulheres negras graduadas e pós-graduadas neste período. Se para os acadêmicos brancos isso já era bastante difícil, no caso de intelectuais negros, quando já sabemos posteriormente de seu destino acadêmico, vemos que eles lutaram contra todas as impossibilidades. Estudar relações raciais, e vejam que não se trata de estudar a cultura negra, mas dinâmicas raciais contemporâneas, sem referir-se ou sem abertamente ser reconhecida como parte da questão, revela condições de subjetivação muito mais difíceis do que imaginamos.

Veladamente todos sabiam que Virgínia fazia parte do “problema”. Mas quando conversei com alguns dos seus contemporâneos a primeira pergunta que me faziam era se eu era parente da família e a cada vez que eu perguntava por quê, se referiam de modo amável que era porque eu parecia com ela e eu novamente questionava, parecia como? E uns me respondiam, ela era morena assim como você. Ou, vocês tem um jeito assim parecido. Quando estudiosos das relações raciais te chamam de morena é porque é necessário que a gente estude muito mais relações raciais, e não apenas entre os de baixo, mas precisamos saber seriamente como os professores brancos na universidade encaram as relações entre brancos e negros para além de seus artigos.

Park define o híbrido a partir de sua condição birracial, DuBois emprega refere analisar o fenômeno da pertença a dois mundos sociais distintos, pela ideia de *double consciousness*, pois este guardaria mais uma dimensão de um

fenômeno que ocorre no plano da cultura, antes que no plano da natureza e porque o conceito é mais elástico, porque evoca a todo aquele que patilha da experiência diaspórica.

Enfrentar o trabalho de Bicudo, hoje, é uma tarefa dolorosa porque as suas asserções sobre os depoimentos e sobre o que os negros pensam sobre si mesmos e as suas conclusões acerca do que material que tem em mãos, muitas vezes, me leva a julgá-la como uma traidora. Seu pensamento é fugidio. Ora ela discorda discretamente de Pierson, ora ela é extremamente complacente com seu orientador. De fato, ela mesma não tem clareza sobre como dimensionar o material que tem em mãos. Ela titubeia. Ora com Pierson, acredita que não temos propriamente uma situação racial, ora com Oracy afirma a hipótese do preconceito de cor, ora com seus entrevistados assegura a existência de **discriminação**. Mas ela nos preveniu disso, quando afirmou que estava apenas a “elaborar hipóteses sobre a situação racial através da observação de atitudes raciais” (Bicudo, 1945, p.4), no limite do seu material.

No desejo de encontrar uma autora negra, da primeira metade do século XX, acabei criando para mim uma leitura emancipadora do texto de Bicudo. Onde ela aparecia mais como uma denunciadora da condição do preconceito de cor do que como uma leitora conivente de tese da democracia racial. Na verdade, ela foi contraditoriamente as duas coisas. E foi preciso que eu me distanciasse do texto e o odiasse algumas vezes, para que saísse da ilusão que havia criado para mim mesma, de uma Virgínia redentora.

Eu precisava criar um *objeto* de admiração e fazer com que as pessoas o dividissem comigo. Mas eis que Virgínia não é um objeto e não se adequa a ninguém que queira domar a sua vida. Talvez essa leitura seja resultante de uma versão heróica que vem sendo construída da autora tanto na psicanálise quanto nas ciências sociais.

É possível que até agora você esteja se perguntando como nunca (ou apenas recentemente) ouviu falar de Virgínia Bicudo. Eu me fiz essa pergunta durante muito tempo. Alguém que em 1945 escrevia que ascensão social de negros faz com que eles adquiram consciência racial (e não necessariamente branqueamento) pois a discriminação se manifestaria mais fortemente à medida que o negro ascende, não poderia passar despercebida entre nós.

Alguém que afirma, que quanto maior a consciência de cor, mais o negro tentaria compensá-la através de mecanismos como a educação e, nesse sentido, ela analisa as estratégias de ascensão social via educação da Frente Negra Brasileira, vendo nesta associação “um movimento coletivo, liderado por negros conscientes de seus status ligado à barreira de cor” (Bicudo, 1945), não poderia passar em branco. Mas foi possível, assim como tantas outras mulheres e tantos outros negros foram e como muitos de nós seremos.

Esse segredo se reproduz de várias maneiras. Uma delas é através da eleição de uma bibliografia canônica, que se perpetua e muito pouco é revisada ou quando o é, novamente é por um substituto que pouco renova teoricamente o campo. Isso exprime também a necessidade de contar sempre uma determinada história dos vencedores. Afinal, quais são os meios de consagração acadêmica de intelectuais negros?

Quando Virgínia defende a sua tese, a interpretação mais corrente, na academia, sobre preconceito racial no país era a de que ele não existia. Que vivia-se sim, situações de preconceito de classe, mas não de cor. Donald Pierson, foi um dos autores que ajudou a corroborar fortemente essa interpretação. Em ele afirmava a inexistência de preconceito racial e de consciência racial entre os negros baianos.

Em 1949, Emilio Willems num pequeno artigo para *The American Journal of Sociology*, intitulado *Racial Attitudes*, reconhece a importância dos primeiros textos de Nogueira e Bicudo para se constatar a existência de preconceito racial no Brasil, ampliando um modelo que tinha a Bahia como paradigma de análise, sem levar em consideração as diferenças regionais existentes no país. É a primeira vez que ela tem seu trabalho reconhecido.

OUTRAS ATITUDES

Entre 1945, ano de defesa das dissertações de Bicudo e Oracy e 1953, ano de início das publicações dos relatórios de pesquisa do Projeto Unesco pela Revista Anhembi, surgem alguns trabalhos que foram extremamente decisivos para a compreensão do preconceito racial na cidade de São Paulo, tratam-se dos artigos “*Uma Pesquisa sobre a Aceitação de Grupos nacionais*,

grupos “raciais” e grupos regionais, em S.Paulo”, publicada na Revista *Psicologia* (1950) de Carolina Bori, *Escolha do companheiro de carteira*, publicada na Revista *Psyké* (1947) e *Pesquisa sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor* (1955) de autoria de Aniela Ginsberg. Ambas operaram a partir do campo da Psicologia Social, sua área de atuação, pensando, principalmente, no impacto do preconceito racial no ensino superior e na educação infantil, ou seja, entendendo as instituições de ensino como espaço propício de pesquisa por estimular os contatos sociais entre membros de diferentes grupos. Em “*Preconceito Racial e Patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros*” (1950), Dante Moreira Leite também produziu uma pesquisa em que foi realizado um estudo de atitudes raciais. No Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos (1948) replica o teste de Bogardus, também utilizado por Martuscelli e chega a resultados muito próximos ao dela.

Em dois famosos artigos, *Measuring Social Distance* publicado no *Journal of Applied Sociology*, em 1925, e *Social Distance in the City* publicado em *Proceedings and Publications of the American Sociological Society* de 1926, Emory Bogardus mostra os resultados de seu teste de avaliação de distância social (*distance social scale*) na aferição da distância social entre grupos raciais e nacionais nos Estados Unidos. O teste é criado por sugestão de Park e baseado em seu artigo, *The Concept of Social Distance*.²⁸ Os resultados eram de que turcos, negros e mulatos eram os grupos contra os quais se tinha maior antipatia. Esse teste se tornou popular e foi muito replicado. No Brasil, fundamentaram ao menos duas pesquisas sobre atitudes raciais que são importantes para nós: a de Guerreiro Ramos no Rio de Janeiro, cujos resultados são publicados no jornal *A Manhã* e depois no *Jornal Quilombo*, em 1948 e de Carolina Martuscelli Bori em São Paulo, publicada em 1950.

Domingo, 04 de julho de 1948, Guerreiro Ramos escreve seu primeiro artigo sobre a questão racial no Brasil no diário carioca *A Manhã*. Trata-se de “Imigração e Preconceito”, onde são descritos os resultados de uma pesquisa

²⁸ *Journal of Applied Sociology*, VIII: 339-44. Para conhecer o artigo de Bogardus veja: http://www.brocku.ca/MeadProject/Bogardus/Bogardus_1925b.html

realizada por ele e sua turma do curso “Assimilação e Aculturação” do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) do Rio de Janeiro. Através de um questionário adaptado do teste de distância social de Emory Bogardus, das leituras de Robert Park, do *The Polish Peasant*, de Thomas e Znaniecki e baseando-se na noção de estereótipo de *Public Opinion* de Lipmann, o autor tratou de empreender uma pesquisa sobre preconceito e atitudes raciais. Cem questionários foram aplicados a servidores públicos, 81,13% deles brancos, 16,98% pardos e 1,88% não declarou cor. O autor concluiu que a discriminação mais forte era voltada contra os japoneses. Possivelmente pelo mesmo motivo apontado nas pesquisas de Martuscelli, eles eram vistos como grupos que tinham pouco potencial de assimilação. Turcos, negros, mulatos e japoneses, nessa exata ordem eram quem mais despertavam atitudes de antagonismo. Os entrevistados expulsariam do país o japonês, o judeu, o russo e o hindu, o que também aponta similaridade com a pesquisa de São Paulo. 90,42% das pessoas eram a favor da imigração. **77,35% não admitiam casamento com negro, 54,71% não admitiam casamento com mulato. 18,86% não queriam o negro como amigo íntimo, enquanto 15,09% preteria o mulato. 9,41% não gostaria de ter um negro como vizinho, 7,43% não admitia que o mulato morasse próximo de sua casa.**

Dez dias depois da publicação deste artigo, Guerreiro proferiu a conferência “*As Atitudes Raciais no Brasil*”, numa homenagem ao jornalista negro, George Schuyler do *Pittsburg Courier* que vinha ao Brasil estudar o nosso modelo de relações raciais “como exemplo para aos norte-americanos” – segundo o jornal, - em especial, nossas forças armadas. (A *Manhã*, 11/07/1948). É Arthur Ramos quem apresenta George ao grande público, numa sessão patrocinada pelo Teatro Experimental do Negro (TEN). A verdade é que Schuyler, um jornalista de tradição conservadora, percebeu logo que a história da *chromatic democracy* era balela e escreveu artigos em que questionava o nosso harmônico modelo de relações raciais.

Na entrevista publicada em “Sociologia de um Guerreiro”, Alberto diz que não deve nada a Pierson, mas bem ele admite que aprendeu as suas técnicas. Guerreiro entrou em contato com os estudos de atitudes por duas vias, uma por Arthur Ramos. Além disso, em 1942, ele fez um curso de sociologia com

Pierson e entrou em contato com uma série de métodos de pesquisas, entre eles, os estudos de atitudes. O americano ensinou bem, as técnicas estão lá e são elas que lhe dão as provas que garantem legitimidade ao protesto negro. Pierson foi atingido com as suas próprias armas. Nos anos 1940, os estudos de atitudes foram importantes também para os militantes negros, pois através deles, puderam “comprovar” cientificamente a existência do preconceito e se aproveitaram dos estudos de atitudes raciais para implementar as suas agendas. Os resultados das pesquisas eram semelhantes no Rio e São Paulo, variando a interpretação dada e o posicionamento em campo de cada jogador.

A cronologia dos fatos é interessante, pois após Guerreiro publicar o artigo “Imigração e Preconceito” (1948), sua entrada no jornal começa a ser cada vez mais de referência sobre a discussão das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos e com o seu nome sempre associado à Abdias do Nascimento devido ao Teatro Experimental do Negro (TEN). Quando ele e outros intelectuais organizam a Conferência Nacional do Negro em maio de 1949, os militantes do Rio de Janeiro já estão informados via Guerreiro do estudo de atitudes raciais, porque participaram de suas palestras e leram o *Jornal Quilombo* (1948)²⁹, onde ele escreveu sobre um artigo intitulado “Contatos Raciais” em que expunha alguns resultados da pesquisa de Virgínia Bicudo, como o fato de que o problema do negro varia conforme as regiões, a classe social e outros marcadores, preconceito de cor ou discriminação de cor seriam termos mais adequados para exprimir nossa situação racial; não há linha de cor, mas o branco evita o contato com o negro em determinados espaços e situações (festas, casamento, etc); o mestiço se vê do ponto de vista do branco; negros das classes sociais inferiores se ressentem dos que estão numa melhor posição social. O discurso é muito afinado também com o artigo de Oracy Nogueira (1942).

A militância de São Paulo também está informada, então quando eles demandam que os pesquisadores forneçam mais dados sobre a questão racial no Brasil e exigem que as pesquisas sejam sociologicamente relevantes, eles têm em mente um certo tipo de pesquisa. Os militantes já estão informados dos seus métodos e conhecem seus interlocutores na academia. Medeiros trata

melhor da relação entre academia e militância em sua tese (2011). A disputa no campo da sociologia fica entre a já conhecida polêmica de Guerreiro Ramos e Florestan, sobre o modelo de sociologia necessária para o país. Não é exagero comparar a posição dos dois com a posição da sociologia engajada de W.E.B DuBois e sua crítica à Robert Park.

Virgínia e Guerreiro guardam grandes afinidades: infância, puericultuta, questões raciais, psicanálise, sociologia aplicada: para ele “democracia era engenharia social”. Mas de um modo distinto de Virgínia, Guerreiro era um sociólogo engajado, tendo participado ativamente da militância negra entre os anos de 1948 a 1955. Pelo *Instituto Nacional do Negro* montou, em 1949, seminários de grupoterapia - terapêutica emocional de base sociológica – que visava o desenvolvimento da personalidade da “gente de cor”. A ideia de intervir na personalidade do negro para combater o complexo de inferioridade era muito afim do trabalho de Virgínia.

Carlina Martuscelli Bori (1924-2004) foi uma das responsáveis pela institucionalização da psicologia no Brasil. Graduada em pedagogia pela USP, tornou-se especialista na aplicação de testes psicológicos. Realizou o mestrado em Psicologia na *New School For Social Research* e o doutorado em psicologia na USP, de onde tornou-se professora do Departamento de Psicologia Social, participando ativamente da vida científica do país como presidente da SBPC e liderando no Núcleo de Pesquisa para o Ensino Superior (NUPES) da USP, onde desenvolvia projetos sobre educação e relações raciais, incluindo aí uma pesquisa sobre universitários negros. Chegou a sugerir a participação de Virgínia Leone Bicudo no *Seminário O Negro no Ensino Superior*, o que acabou não se realizando, não por vontade da organizadora, mas de VLB que não teria mais interesse em discutir o tema das relações raciais nem de expor a sua intimidade, além de já se encontrar bastante doente.

Bori, em seu primeiro artigo científico, “*Uma Pesquisa sobre a Aceitação de Grupos nacionais, grupos “raciais” e grupos regionais, em S.Paulo*” (1950) descreve o resultado da aplicação do teste que mede a escala de distância social de Bogardus, aplicado a 2.076 universitários da cidade de São Paulo. O número é bastante expressivo para a época. Nele pretendia-se verificar a

²⁹ Jornal Quilombo, n.1, p.8.

“aceitação de nacionalidades, grupos nacionais, “raciais” e regionais em nosso meio” (Bori, p.47) e compará-lo com os resultados obtidos por Bogardus nos Estados Unidos. Sua inspiração foi um trabalho semelhante que a própria Aniela já havia realizado entre os estudantes da Faculdade de Direito e de Filosofia e do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR) na Bahia, no ano de 1946. Aniela e Carolina chegavam ao resultado de que as nacionalidades preteridas eram aquelas que os entrevistados julgavam ser as mais nocivas à nação, como os russos ou as que não seriam assimiláveis, aqueles que formariam “um estado dentro de outro estado” ou que teriam uma dificuldade maior em se “misturar” como judeus, sírios e japoneses. Havia um grande interesse por parte da psicologia social de investigar tais temas numa cidade em que estava num processo de acelerado de industrialização e onde os grupos de imigrantes de primeira geração ainda estão muito presentes.

Os entrevistados deveriam responder a um questionário em que mostravam o grau de aceitação de determinados grupos nacionais e raciais como parente pelo casamento, membro de clube no círculo de amigos, vizinho de rua, membro da classe profissional, cidadão, turista ou se os excluía do país.

Os dados resultantes da pesquisa mostram que negros, mulatos, chineses, japoneses e judeus obtinham as menores pontuações no tocante aos itens levantados em contraponto a italianos, portugueses, norte-americanos, argentinos e franceses.

Embora conclua que “a atitude do paulista é mais igualitária e menos discriminativa do que a do norte-americano” (Bori, 1950, p.73) é importante notar que em seu dados há uma clara linha de preterição de negros e mulatos em todos os níveis analisados, sendo rivalizados apenas por judeus em quesitos como a aceitação na cidadania e no exercício profissional e vizinhança. Pouco mais da metade aceitaria ter um mulato ou negro como amigos. Os universitários preferiam ter um vizinho negro ou mulato a um vizinho judeu, mas quando isso se restringia ao aspecto da intimidade familiar como na amizade e no casamento. Aí a condição se invertia e os brancos preferiam casar com judeus a ter um membro negro ou mulato na família, como se isso pudesse de alguma forma contagiá-los. Entre as mulheres

universitárias a preterição era ainda maior. Apenas 6,1% aceitaria se casar com um mulato e 4,7% com um negro em contraponto com os 71,2% que casaria com um italiano ou 71,8% com franceses. As porcentagens gerais são: 9,9% das pessoas se casaria com um negro e 14% com um mulato. 55,5% teria um negro como amigo, 59,7% aceitaria um mulato. 75,8% aceitaria o mulato como vizinho e 71,8% aceitaria um negro. Os dados de Carolina são ainda mais negativos ao negro no quesito casamento e amizade que os dados de Guerreiro Ramos, mas a amostragem deles era muito distinta. Ela entrevistou uma população de mais de 2000 pessoas e ele apenas cem.

Nos Estados Unidos, o contingente de estudantes que aceitaria se casar com um negro ou mulato era de 1,4% e 1,1% respectivamente. Apenas 15% se casaria com uma pessoa de nacionalidade italiana, pois os italianos eram vistos nos Estados Unidos como brancos “latinos”, ou seja, de menor valor. Enquanto aqui em relação aos brancos ibéricos, os italianos eram vistos com maior valor.

Levando-se em consideração que ao pesquisar universitários havia um nítido recorte de classe na pesquisa, depreendemos que a noção de mestiçagem entre brancos e não brancos – tão cara as nossas análises em ciências sociais - era interdita entre a classe média. Na São Paulo do final dos anos 1940-1950, a mestiçagem poderia ser entendida mais no sentido de hibridismo cultural que entre contratos de matrimônio. Se entendíamos a mestiçagem antes como um fator de relação de poder entre a casa-grande e a senzala, aqui ela era redinamizada após uma forte entrada de imigrantes na cidade.

É curioso que embora se fixe no preconceito e tenha encontrado os dados ora apresentados, Bori não conclua sobre a existência de preconceito racial ou de cor em São Paulo, embora anos mais tarde em entrevista, tenha deixado claro que este seu estudo era importante por apontar a existência de preconceito racial num momento em que ele não era admitido.

Em *“Preconceito Racial e Patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros”* (1950), **Dante Moreira Leite** analisa as atitudes dos autores de tais livros em relação à “raça negra” e percebe que a ausência de negros podem ser interpretados como (1) sinal de desprezo; (2) vergonha da escravidão ou

(3) ausência de preconceito, ou seja, como consideram negros e brancos iguais, “o autor não vê as diferenças de cor” (p.213) e, portanto, não as representa. Uma das recorrências que nota é a de colocar o negro numa situação inferior ao do branco, não existindo “uma condenação explícita” do negro, mas a ideia de que há um “lugar *destinado* aos negros no mundo social” (p. 216). Ele percebe também que mesmo havendo atitudes de preconceito, elas não impedem que haja inter-relação racial. O que de certo modo, podemos confirmar no gráfico de Bori. De qualquer modo, Leite acaba por concluir que o fato de existir preconceito racial nos livros não significa que eles existam também em nossa sociedade, e se estes preconceitos existem, eles não eram considerados graves pelos autores dos livros. (p.228) Para ele isso era visível no tratamento dado ao negro nos discursos cívicos dos livros didáticos. Neles, o negro era desculpado pelas suas falhas, naturalizando-se a sua decadência.

Em nome do estado nacional e para que ele ganhasse espaço, se desculpava aqueles que faziam da nação algo menor, como se suas falhas fossem derivadas de seu estado de natureza.

Estes estudos também começam a questionar a legitimidade dos discursos pró harmonia racial, mas ainda são muito tímidos em suas resoluções, o que aponta quão difícil era se contrapor ao discurso hegemônico daquele momento. Apenas em *O Caráter Nacional Brasileiro* (1953), Dante Moreira Leite vai se colocar mais criticamente na discussão.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE ATITUDES NO PROJETO UNESCO

No prefácio da reedição de *Branços e Negros em São Paulo* (2008), Fernando Henrique Cardoso mostra a dívida de Florestan Fernandes e Roger Bastide a trabalhos como *Prejudice: a problem in psychological and social causation* (1950) de Gordon Allport, *Minority Problems: A Textbook of Readings in Intergroup Relations* (1948) de Arnold Marshall Rose e Carolina Baer, *The American Dylemma* (1944) de Gunnar Myrdal e o desejo dos autores de transformar São Paulo num laboratório de análises sociais seguindo o modelo da Escola de Chicago.

De fato, o modo pelo qual o projeto tomou forma era muito semelhante a algumas monografias desenvolvidas na escola e mostrava uma orientação muito forte do trabalho de Myrdal (Maio, 1997). Em comum a todos estes, a

profusa presença de pesquisas e pesquisadores da psicologia social e, portanto, um maior desenvolvimento dos estudos de atitudes, em consonância com a pesquisa sociológica. Realizar pesquisas aos moldes de Chicago, pensando no universo das interações sociais era pensar a partir e junto da psicologia social. Era o caso do trabalho de Allport, da investigação sobre a moradia dos negros em Rose ou do apêndice 10 de *The American Dilemma*, dedicado exclusivamente ao tema. Significava também ter uma grande equipe de apoio para tentar cartografar os espaços de contato da cidade.

A influência de Chicago sente-se no desenvolver de todos os capítulos oriundos da Pesquisa Unesco em São Paulo tomados pela ideia da questão racial, situação racial, acomodação, atitudes raciais, conflito, inferioridade, ajustamento, preconceito. Mas via-se também no **modo de fazer** a pesquisa, de uma sociologia participativa, onde o papel do sujeito de pesquisa e do pesquisador, muitas vezes se confundiam. Ainda que essa ideia não tenha sido deliberadamente inspirada em Chicago, mas nas pressões e na sensibilidade de Roger Bastide depois de sua participação no 1º. Congresso do Negro Brasileiro quando então tomou contato as reivindicações do movimento, em especial, de Guerreiro Ramos, que esperava uma posição mais pragmática e engajada da academia. (Medeiros, 2011; Chor Maio, 1998). Apesar desse desejo Medeiros (2011) mostra como a aproximação entre os atores negros que participavam voluntariamente dos debates promovidos por Bastide e Florestan foi marcada, muitas vezes, por momentos de tensão, onde a concepção da pesquisa e o papel deles diante da investigação era por vezes questionada.

Embora o papel participativo dos sujeitos negros na pesquisa tenha sido decisivo para se declarar a existência de preconceito racial em São Paulo, para cartografar a existência de um “protesto negro” na cidade e o papel da mulher, parece que enquanto indivíduo, as biografias dos participantes da pesquisa tenham ficado em segundopiano, a não ser pelo esforço de alguns na auto-inscrição de sua memória - como José Correa Leite, no mais elas existiram apenas enquanto coletividade. Diogo Valença de Azevedo Costa discute melhor essa participação em seu *paper A intelectualidade negra de São Paulo e o Projeto Unesco: a construção de uma contra-ideologia racial* (2007).

Minha questão também parte do lugar em que o negro ocupava dentro da pesquisa, mas a partir da posição de Virgínia Bicudo. Qual seria o seu espaço dentro da pesquisa? Sabemos que a Pesquisa UNESCO foi marcante por deter um forte aspecto de sociologia participativa, mas qual o papel participativo de uma socióloga negra numa pesquisa sobre relações raciais?

Primeiramente é preciso dizer que a entrada de Virgínia no projeto não foi subalterna. Até mesmo financeiramente ela e Aniela Ginsberg obtiveram uma quantia considerável do que foi destinado para a pesquisa em São Paulo, como relata Florestan Fernandes:

Os 4 mil dólares foram divididos assim: a Psicologia ficou com 2 mil, por duas pesquisas que estão publicados pela Editora Anhembi, de Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg; mil dólares ficaram para mim e o professor Bastide. Nós demos o dinheiro aos nossos pesquisadores: quinhentos dólares para Lucila Hermann por sua colaboração com Roger Bastide, e quinhentos dólares para Renato Jardim Moreira, por sua colaboração comigo. (Fernandes, p.35)

Mesmo o papel dos estudos psicológicos não eram menores. Além de fazerem parte do programa da Escola de Chicago, eles tinham sido tanto pensados por Klineberg, quanto por Arthur Ramos que foi um dos primeiros intelectuais a pautar a psicologia social no Brasil. Chor Maio (1997) é quem melhor mostra a intenção de Ramos, ao afirmar que foi ele quem definiu a agenda das ciências sociais que prevaleceu no Projeto Unesco:

A seu ver, destoando da experiência anterior de investigação dos cultos afro-brasileiros, conviria o estudo do passado escravocrata e suas implicações para o entendimento da situação racial brasileira, especialmente “a influência psico-sociológica dos grupos dominantes, não-negros, as relações de ‘raça’, os estereótipos de opiniões e atitudes, os fatores sociológicos da casta e da classe [...]” (idem, p. 219). (Maio, 1998, p.143)

Mas como mostra o próprio Maio, isso não livraria os estudos de atitudes de críticas mais severas como as de Metraux e Ruy Coelho, organizadores do projeto, pois o uso de questionários, tais como o fez Donald Pierson em sua tese, não eram válidos para detectar o preconceito no Brasil, pois como o brasileiro não assume seu preconceito, tal instrumento perderia a sua funcionalidade. (Maio, 2011).

A questão é que a consagração deste inquérito afetou apenas as pesquisas sociológicas que dele fizeram parte, deixando-se de lado as pesquisas de cunho psicológico. O ponto é que mesmo os psicólogos sociais pouco citam os trabalhos de Virgínia e Aniela.

Para mim, outro mistério sempre cercou a publicação de *Relações Raciais de Negros e Brancos em São Paulo* (1955). Por que na reedição do mesmo em 1959, os textos de Virgínia e Aniela haviam desaparecido? Não pretendo aqui recontar a trajetória do Projeto Unesco no Brasil, que já foi analisado com maior competência por autores como Maio, Guimarães, Bastos, Praxedes, Consorte, Medeiros. Mas pensar o seguinte: se a realização do Projeto Unesco era como afirma Medeiros:

...um projeto da e para as Ciências Sociais (em particular, a Sociologia, culminando, por exemplo, no Seminário Internacional Resistências à Mudança, realizado em 1959 e cujos anais datam de 1960), que toma a questão racial como uma espécie de campo de teste, aliado ao comprometimento do analista, sua capacidade interpretativa, bem como a eficácia simbólico-prática de seu discurso, interpelado pela realidade social. (Medeiros, 2011, p.170)

Qual era o papel da psicologia social e dos estudos de atitudes nessa empreitada? E por que no discurso que se faz sobre o projeto, a psicologia social some ou é tratada como algo menor? Ou como assunto de mulheres? Virgínia era uma mulher invisível?

Poucos investigadores analisam os trabalhos de Aniela e Virgínia, dentre eles temos Bastos (2004) e Segura-Ramirez (2006). Maio (1997) na sua tese sobre o Projeto Unesco não analisa os capítulos de Virgínia e Aniela. Ele salta dos artigos de Bastide e Florestan diretamente para Oracy. A partir de 2009, ele começa a voltar seus estudos para a publicação de uma entrevista realizada com a autora em 1994, além de publicar a dissertação de Virgínia. O trabalho de Bastos (2004) encontrado na página do CEAQ dedicado a um evento de homenagem e reflexão sobre o Projeto Unesco no Brasil, não foi publicado na íntegra.

Em sua tese *Tiro no Pé; Biopolítica, relações racializadas, academia e poder no Brasil (1823-1955a/ 1997-2006)*, Segura-Ramirez, reserva um bom espaço para discutir o que chama apropriadamente de a:

encoberta contribuição da psicologia social ao estudo das relações sócias racializadas, presentes nos trabalhos de Costa Pinto, Roger Bastide, e das mulheres do projeto Unesco, Virginia Leone Bicudo (1955) e Aniela Ginsberg (1955)” (Segura-Ramirez, 2006, p.22)

E questiona o fato destes trabalhos terem sido publicados de forma subalternizada como protocolos de pesquisa:

Chama à atenção a hierarquização, o fato dos textos destas duas autoras serem publicados como "documentos" ou "protocolos" de pesquisa. É que epistemologicamente os artigos correspondem aos resultados de duas pesquisas muito bem realizadas do ponto de vista conceitual e metodológico.(Segura-Ramirez, 2006, p.256)

Como já vimos o projeto nasce de uma intenção da Unesco em pesquisar uma situação racial de aparente harmonia, como a brasileira. Nisso ela foi avalizada por diversos intelectuais que acreditavam e promoviam o mito da democracia racial no Brasil, dentre eles Arthur Ramos e Donald Pierson que chegou a escrever um artigo para a revista da Unesco em 1950, ratificando o nosso relativo estado de harmonia racial. Contudo, já vinham sendo realizadas pesquisas que apontavam, ainda que de modo tímido, que diferentemente do que a nossa sociologia vinha mostrando, havia indícios muito fortes, baseados, principalmente, na militância, no pensamento social negro brasileiro e na análise de atitudes e experiências de que nossa situação racial também era marcada pelo preconceito.

Para nós, parece que o sucesso do projeto Unesco marca um período de redenção e reencontro da sociologia com seu objeto e com a sua missão civilizatória no Brasil (Bastos, 2004) e que para isso foi necessário, inclusive, apagar os outros discursos presentes na constituição do projeto, que passa a ser apenas um projeto da sociologia. Ao contrário do que normalmente pregamos, o esforço de institucionalização da sociologia nacional é marcado por este inquérito, na medida que ele é um projeto de reconciliação com o

próprio discurso de exclusão no negro brasileiro. A sociologia só encontra e cumpre sua vocação como “ciência nacional” neste momento de redenção com o seu povo, representado aqui pelo negro. Ainda que Guerreiro Ramos discorde completamente do sentido dado pela pesquisa, dentro do campo hegemônico e histórico resultante da contenda ISEB X escola paulista, foi a última a entrar no imaginário das ciências sociais brasileira como o projeto de uma sociologia redentora.

Nesse sentido, uma sociologia participativa, realizada num “interregno democrático” como mostra Medeiros (2011), afeita a ouvir aqueles que durante muito tempo estiveram vetados da participação cidadã completa sua vocação de um modo extremamente simbólico.

Como já dissemos, trazer esses trabalhos à tona não se insere num esforço de **resgatar** esses autores, nem os estudos de atitudes, mas de pensar como o campo das ciências sociais e da psicologia social em relação aos estudos sobre contatos raciais estavam se estruturando e em que os resultados mostrados sobre os estudos de atitudes podem nos ajudar a pensar sobre relações raciais no Brasil. Quem aponta para a importância desses trabalhos de psicologia social neste momento de extrema efervescência cultural, onde os destinos das próprias disciplinas estão em jogo é João Baptista Borges Pereira:

“Ao lado destas obras de cunho ou inspiração basicamente sociológicas, convém fazer menção a uma linha de estudos que, embora fruto desta mesma efervescência intelectual, não teve continuidade entre nós: o estudo psicológico ou psicologizado de situação racial feitos, por exemplo, por Oracy Nogueira, Virgínia Leone Bicudo e Aníela Ginsberg. (PEREIRA, 1971, p.25)”

Diversos eram os desafios para os envolvidos: pensar na mestiçagem, nos processos de ascensão ou infiltração como diria Bastide, pensar no associativismo negro, definir o que era um negro:

“a definição de raça negra é um conceito social e convencional, e não biológico. A definição social, e não os fatos biológicos, é que determinam atualmente o status de um indivíduo e sua posição nas relações inter-raciais. Ainda não se determinou no Brasil qual é o significado social do conceito. A expressão homem de cor (ou outras equivalentes) é geralmente empregada para designar negros e mestiços” (Fernandes, 2008, p.269)

Em São Paulo, a questão do desenvolvimento do Projeto Unesco, esteve desde o princípio ligada ao desenvolvimento de um outro projeto que estava em andamento que era o inquérito da revista *Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, que depois de uma polêmica e agressiva coluna publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em abril de 1947, questionando o que ele chamava de maus hábitos dos negros de São Paulo, acabou por contratar com Roger Bastide o desenvolvimento de um projeto de estudos sobre o negro.

Interessante notar como o estopim deste projeto tenha sido justamente, mais do que nas outras cidades onde ele foi empreendido, a ideia do “negro problema”. Estereótipo que Guerreiro Ramos combateu durante boa parte da sua vida.

O projeto sobre o qual Florestan Fernandes se inspirou para realizar *Branços e Negros, An America Dilemma*, tinha um feitiço semelhante. Contratado pela *Carnegie Foundation*, ele tinha como meta inicial empreender um estudo para a melhor assimilação dos soldados negros às forças armadas norte-americanas, que vinham tendo enormes “problemas” com esta população durante a guerra. Se inicialmente tratava-se da formulação de um dicionário sobre o negro norte-americano, dirigido por Du Bois, logo ele muda para um inquérito para compreensão do negro-problema, conduzido por um economista sueco, que teria um distanciamento maior da questão e, portanto, seria mais “objetivo” na condução do projeto.

As críticas realizadas lá contra o *The American Dilemma* estão resumidas aqui na fala de Ralph Ellison, assemelham-se muito às críticas de Guerreiro Ramos contra a ideia de negro problema, vejamos:

GUNNAR MYRDAL'S *An American Dilemma* is not an easy book for an American Negro to review. Not because he might be overawed by its broad comprehensiveness; nor because of the sense of alienation and embarrassment that the book might

arouse by reminding him that it is necessary in our democracy for a European scientist to affirm the American Negro's humanity; not even because it is an implied criticism of his own Negro social scientists' failure to define the problem as clearly. Instead, it is difficult because the book, as a study of a social ambiguity, is itself so nearly ambiguous that in order to appreciate it fully and yet protect his own humanity, the Negro must, while joining in the chorus of "Yeas" which the book has so deservedly evoked, utter a lusty and simultaneous "Nay."

Former Secretary of War Newton D. Baker, target of much Negro discontent over the treatment of Negro soldiers during the last war, suggested the study, and the board agreed with him that "more knowledge and better organized and interrelated knowledge [of the Negro problem] were essential before the Corporation could intelligently distribute its own funds," and that "the gathering and digestion of the material might well have a usefulness far beyond our own needs." (Ellison, 1944)

O Projeto Unesco-Anhembi em São Paulo se desenvolveu entre os anos de 1951-1953, bem como inclui pesquisas prévias realizadas por Bastide nos anos 1940. Seus resultados foram publicados em três fases: (1) como artigos seriados nas Revista Anhembi, durante o curso de 1953-1955; (2) como o Relatório *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* publicado em 1955 pela Anhembi; (3) como o estudo "autônomo" *Brancos e Negros em São Paulo* de Bastide e Fernandes publicado em 1959, e ainda tem um desdobramento posterior em *A integração do negro na Sociedade de Classes* (1964), tese de cátedra de Florestan Fernandes no Departamento de Sociologia da USP. Note-se como em dez nos, o problema da questão racial vai se deslocando de uma abordagem interacionista para a ideia de integração.

No *A Integração do Negro* a fala de Florestan já contém "menos atitudes". O conceito vai sumindo, o método vai sumindo, a palavra vai adquirindo outros significados. Uma nova sociologia vai se estabelecendo, mais parecida com o *The Negro American* (1966) de Parsons que com o *Negroes in Brazil* (1942) de Pierson.

Nos dois primeiros momentos (1953/1955), os trabalhos de Virgínia Bicudo e Aníela Ginsberg são publicados pela Anhembi, como uma das diretivas dos contratos resultantes de prestação de serviços para o projeto. Posteriormente, eles são excluídos da publicação de 1959, que não se tratava mais de um relatório, mas do adensamento analítico que os autores queriam ter dado ao material, mas não puderam antes fazê-lo devido ao pouco tempo

necessário para o encerramento dos trabalhos com a Unesco (Bastide; Florestan, 1959).

Segundo Paulo Duarte (1953), a publicação dos textos de Aniela e de Bicudo, chamados por ele de protocolos de pesquisa, seriam um modo das pessoas conhecerem melhor como foi elaborado e desenvolvido o projeto. Mas como a versão que acabou sendo consagrada como a versão final do Projeto Unesco-Anhembi foi a publicação de 1959, muitos pesquisadores acabam não tendo contato, nem citando os artigos de Aniela e Ginsberg publicados em 1953-1955. Muitos estudantes, inclusive, desconhecem a existência do Relatório. Isso gera um efeito curioso quando se analisa a bibliografia de diversos trabalhos na área de relações raciais que têm o Projeto Unesco como fonte e corrobora no ostracismo da pesquisa de ambas.

É para atentar que nos estudos de atitudes desenvolvidos por Aniela e Bicudo em São Paulo e por Luiz Costa Pinto no Rio de Janeiro a escola pública era vista como um *espaço* privilegiado de pesquisa já que englobaria uma diversidade de sujeitos ou situações de acomodação e conflito mais explícitas.

Aniela Ginsberg redigirá *Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor* (1953). Nele a autora usa como meio de aferir as atitudes raciais de escolares a sua preferência em relação a bonecas negras e brancas, notando as justificativas utilizadas para a preferência ou a rejeição. Virgínia Leone Bicudo analisará as atitudes de rejeição e aceitação de estudantes negros por parte de seus colegas brancos em escolas primárias e a influência da família na constituição dessas preferências em *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas* (1953). Luiz de Aguiar Costa Pinto, ira escrever em *Negros no Rio de Janeiro* (1953), o capítulo *Atitudes, Estereótipos e Relações de Raças*.

NEGROS NO RIO DE JANEIRO

Em *Atitudes, Estereótipos e Relações de Raças* (1953), Luiz de Aguiar Costa Pinto é quem melhor define as implicações teóricas e metodológicas de um estudo de atitudes para a compreensão da situação racial brasileira. Ele empreende como Ginsberg, Bori e Bicudo, uma investigação entre estudantes de escolas públicas, mas agora na cidade do Rio de Janeiro. Em menores proporções, 350 jovens de escolas secundárias responderam a um questionário baseado nos esquemas de Emory Bogardus³⁰ para aferir a distância social entre grupos raciais, o grau de simpatia e hostilidade voltados para negros e mulatos e a identificação dos estereótipos raciais mais frequentes entre os jovens. Para definir atitudes ele se baseia nos trabalhos *Race attitudes* (1944) de Eugene Herowitz e *Handbook of Social Psychology* (1948) de Kimball Young. Para Costa Pinto, estudar atitudes fazia-se necessário devido à característica própria do preconceito racial à brasileira: como ele não adquire feições de Estado como nos Estados Unidos ou na África do Sul, aqui fica mais difícil entender as “discrepâncias entre a atitude *real* e a opinião *confessada*” (COSTA PINTO, 1998, p.169). Mas suas conclusões frente a estes modelos é a de que entres nós se estabelece um preconceito mais atenuado, diferindo apenas em grau e não em natureza do preconceito destes países. Nisto ele e Nogueira discordam.

Como resultado das suas pesquisas no Projeto Unesco, Oracy Nogueira redige *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*, onde sintetiza o que entende por situação racial brasileira ao traçar a diferença entre esta e a americana pela ideia de preconceito de marca e preconceito de cor. Inaugurando uma percepção de diferença de natureza e não de grau entre uma e outra determinada situação. No texto, Nogueira afirma que mesmo a dificuldade de se reconhecer a existência de preconceito no Brasil deve ser problematizada enquanto parte essencial da formação de nossa situação racial. E aí aponta que tanto os pesquisadores norte-americanos, influenciados pela situação de preconceito em seu país, quanto os pesquisadores brasileiros brancos influenciados pela própria vivência como parte privilegiada em nossas relações raciais, não conseguem “ver” o preconceito o que entra “em

contradição com a impressão generalizada da própria população de cor do país.” (Nogueira, p. 77) Então para ele, pela primeira vez, através do projeto, os cientistas sociais brasileiros ouvem e reforçam o que a população negra já vinha a bom tempo conclamando. É como se as interpretações sociológicas sobre o racismo no Brasil, sempre chegassem por último, produzindo um hiato de pelo menos 30 anos entre as reivindicações dos intelectuais e da militância negra e o reconhecimento sociológico do nosso preconceito.

Isso vai um pouco ao encontro do que o próprio Guerreiro Ramos pensa sobre a formulação de uma ciência nacional, em *Introdução crítica à sociologia brasileira*:

Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão, em pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições, o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado, porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um répétiteur, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, uma vítima dos ‘prestígios’ dos centros europeus e norte-americanos de investigação”. (RAMOS, 1995, p.42)

³⁰ BOGARDUS, E. A social distance scale. *Sociology and Social Research*, v.17, p.265-71, 1933. *Immigration and Social Attitudes*, 1928.

PESQUISAS SOBRE AS ATITUDES DE UM GRUPO DE ESCOLARES DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS DE COR.

Para esse mesmo dossiê **Aniela Ginsberg** irá escrever *Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor*. Nele a autora usa de testes como meio de aferir as atitudes raciais de escolares a sua preferência em relação a bonecas negras e brancas, notando as justificativas utilizadas para a preferência ou rejeição.

Tais testes se inspiraram naqueles descritos em *Social perceptions and attitudes of children* (1949), realizados por Helen Trager, Marian Radke e Hadassah Davies³¹ em escolas públicas da Filadélfia, Estados Unidos, em 1949. Eles selecionaram um grupo de 250 crianças de 5 a 8 anos, levando em consideração outras categorias como gênero e pertença religiosa para aferir como as crianças percebiam as questões relativas à pertença racial. Para tanto, estipularam 3 testes-base, dos quais Ginsberg adotou dois: o primeiro que tratava de oferecer às crianças 2 bonecas de papel cartão, uma loira e uma preta, e com elas seis vestidos. As crianças teriam que escolher três vestidos para cada boneca, o segundo era um exercício com telas em que as crianças deveriam escolher os que melhores representavam a vida de negros e brancos. Tais trabalhos se aproximam daqueles dos psicólogos negros norte-americanos Mamie e Kenneth Clark³², realizados entre os anos 1930-1940 em que eles colocavam duas bonecas, uma branca e uma loira em frente a uma criança e lhe faziam várias perguntas em relação a elas. O teste servia para medir a auto-rejeição das crianças em relação a sua cor em contextos de segregação. Eles ficaram famosos e muitos outros os sucederam, como o de Trager, Radke e Davies. Pensar na operacionalidade destes testes na aferição de preconceito racial e seu impacto na personalidade e os projetos que decorreram a partir deles é bastante interessante. Apesar de bastante criticado hoje em dia, não deixa de ser sintomático que os testes de Clark sejam vez ou

³¹ In: *Genetic Psychology Monographs*, vol.40, 1949, p.327-447.

³² CLARK, K. B., & CLARK, M. K. The development of consciousness of self in the emergence of racial identification in Negro pre-school children. *Journal of Social Psychology*, 1939, 10, p.91-597. CLARK, K. B., & CLARK, M. K. Racial identification and preference in Negro children. In: NEWCOMB, T.; HARTLEY, E. (Orgs.) *Readings In Social Psychology*. New York: Holt, 1947.

outra revisitados pela TV norte-americana e tenham grande circulação nas redes sociais.

Os resultados de Ginsberg apontavam em direção contrária a de quem acreditava na harmonia racial da sociedade brasileira. Seus resultados mostraram que todas as crianças tinham predileção pelas bonecas brancas e que sempre que representavam os negros numa posição subalterna e secundária. Os mulatos tinham as mesmas predileções dos brancos e os negros embora tivessem a mesma predileção por bonecas brancas, não representavam as negras como se estas fossem subalternas. Nos bairros operários onde havia mais contato racial, era onde havia também uma maior distância entre brancos e negros. O que mostra uma falha também da proposição de Pierson para quem os contatos mais próximos seriam sinal da superação do preconceito. Ele não levou em conta que a proximidade não gera espontaneamente um laço solidário, nem mais humano. Como bom homem de Chicago, ele tinha uma concepção ecológica da cidade, uma concepção espacial, estar próximo fisicamente, era também compartilhar de determinados valores. Claro, que isso servia para a situação americana de segregação. Ser professor de Fisk, no tempo de um país segregado era compartilhar de valores antirracistas, mas no Brasil, estar junto, não tinha o mesmo significado.

Além disso, é bom lembrar que Pierson considerava que nos contatos sociais primários entre crianças não havia nenhuma predisposição negativa do branco contra o negro:

In Brazil, there did not arise any antipathy on the part of white children toward the black amas who took care of them, or toward black playmates and other black associates of childhood. On the contrary, sentimental attachments between members of the different races, both young and old, many of them tenacious and persistent, have been quite common in Brazil, a situation also characteristic of the United States south. If prejudice were organic, it obviously would appear in all cases of racial contact. If, then, we discover cases in which it does not appear, the hypothesis that prejudice is instinctive is not valid. (Pierson, 1950, p. 472)

Clark também escreveu *The Negro Protest: James Baldwin, Malcolm X, Martin Luther King Talk with Kenneth B. Clark*³³. Livro resultante de um programa de TV famoso por expor as discordâncias entre Malcom X e Luther King à respeito da política da não violência. Com o sociólogo Talcott Parsons, publicou *The Negro American* (1966), em que discutem que para além das *Civils Rights* a noção de “cidadania plena” deveria ser problematizada sociologicamente naquele momento histórico. Um ano antes, Florestan Fernandes publica *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), resultado da sua tese de cátedra no Departamento de Sociologia da USP. Aos poucos, o panorama conceitual vai mudando, o eixo vai sendo deslocado da *assimilação* e da *interação* (negros e brancos) para o eixo de integração e cidadania.

Aniela continuou usando o método até os anos 1970, como professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), especialmente no campo dos estudos sobre o ensino superior, como em *Um Estudo Inter e Intra-Cultural: atitudes e personalidade de universitários* (1978).

Figura 1: Kenneth Clark conduzindo teste com bonecas no Harlem, Nova York.

Fotógrafo: Gordons Parks, 1947. Fonte: Gordon Parks Foundation

³³ Beacon Press, 1963.

ATITUDES DOS ALUNOS DOS GRUPOS ESCOLARES EM RELAÇÃO COM A COR DOS SEUS COLEGAS (1955)

Por que vocês arrumaram a escrivaninha assim?
A gente não arrumou. A gente montou a escrivaninha exatamente do jeito como a encontramos na casa de D. Virgínia, do jeitinho que ela arrumou.

Meu espanto? Em cima da escrivaninha apenas um livro e não era *O Nosso Mundo Mental*, mas *Relações Raciais de Negros e Brancos em São Paulo*.

Após a morte de Virgínia, alguns de seus pertences foram doados para a Divisão de História da Sociedade Brasileira de Psicanálise - Seção São Paulo. Lá podemos encontrar seu divã, recortes de jornais, cartas e livros. Sua biblioteca era bastante diversa: Marcel Proust, *A criação problema* de Arthur Ramos, Darcy Ribeiro, Donald Winnicott, Immanuel Kant, Einstein, Roger Bastide, Gilberto Freyre, Gordon Allport, Carlos Drummond, Olavo Bilac, Carolina de Jesus, Machado de Assis e *The Adventures of the Black Girl in Her Search for God (and Some Lesser Tales)* de Bernard Shaw, dentre outros. A listagem mostra seus interesses e afetos. Livros com dedicatórias de Donald Pierson, seu ex-orientador (“À professora Virginia Bicudo, M.A, aluna que sempre mostrou verdadeira **atitude** de estudiosa com “best wishes” para seu futuro”. Donald Pierson, 1947 em *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. Grifo meu.) e de Lino Guedes, seu informante durante a pesquisa de mestrado, (“À Virginia Leone Bicudo um pouco da vida “triste” dos negros de São Paulo, do Brasil.” Lino Guedes, 09/07/1944 em *Negro preto cor da noite*). Interessante notar a simetria das dedicatórias de ambos.

Enquanto orientador, Pierson reforça o lugar da aluna que teria uma atitude de estudiosa e como informante, Guedes reforça a questão do interesse de pesquisa de Bicudo: a vida nos negros em São Paulo. A escrivaninha da psicanalista está disposta do mesmo modo como foi encontrada em sua casa. Com os mesmos os objetos e livros que estavam lá dispostos. Não havia muitas coisas em cima dela. Uma placa, um abridor de cartas, pequenos objetos, mas é interessante que um livro em especial não estivesse nas estantes ou prateleiras de sua biblioteca, mas sim na escrivaninha: *Relações raciais entre pretos e brancos em São Paulo*, de 1955,

tinha ganhado um estatuto preferencial na arrumação e provavelmente no afeto de Virgínia Bicudo. Por que ele ainda estaria lá depois de tanto tempo? Por que justamente o livro onde ela fala sobre relações raciais, tema pouco abordado em toda a sua obra, foi o livro eleito para ficar nesse lugar? Por que o livro que reeditado não tinha mais o seu nome lá? O que ele representava para Virginia Leone Bicudo?

A pesquisa foi resultado da colisão entre dados estatísticos e estudos de caso. Ao todo participaram da pesquisa 4.520 crianças entre 9 e 15 anos, de 108 escolas públicas da capital, através de questionário escrito aplicado por Ligia Amaral. Foram entrevistadas 29 famílias dos escolares por Olinda Sampaio, além da observação direta das crianças onde verificou-se “os sentimentos, os estereótipos e as atitudes entre os brancos e os de cor”.(p.228) As amostras foram preparadas pelos estatísticos José Severo de Camargo Pereira e Lindo Fava. Os estudantes foram classificados entre brancos, mulatos, negros e japoneses, “sendo considerados brancos também os que passavam por brancos, mulatos os mais escuros que o branco...e negros os de pele mais escura”. (p.228) A composição da amostra de estudantes era: 86,32% brancos, 6,86% negros, 3,93% japoneses e 2,89% mulatos. Apenas como comparação, o que consideramos a maior enquete sobre atitudes raciais do Brasil, realizado pelo DataFolha, em 1995, foram entrevistadas 5 mil pessoas.

Virgínia Leone Bicudo analisará as atitudes de rejeição e aceitação de estudantes negros por parte de seus colegas brancos em escolas primárias e a influência da família na constituição dessas preferências em *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas*, onde a autora constata o preconceito por parte dos alunos brancos em relação ao negros e nota que na família essas atitudes são disfarçadas e justificadas por outros marcadores que não os raciais:

[...] os brancos procuram esconder a sua atitude desfavorável para com os mulatos e negros de diferentes formas: uns utilizando-se de expressões como ‘há bons e maus entre brancos e pretos’, ‘são todos humanos’, ‘o que faz as pessoas diferentes é a educação e a instrução’, porém revelando resistência para aceitar pessoas de cor em alguns aspectos da vida mais íntima, como por exemplo, para cônjuge; outros pronunciando-se abertamente contra os negros, mas,

justificando-se pela afirmação de que são perversos, maus, bêbados, desonestos, vagabundos, ladrões e macumbeiros. (BICUDO apud BASTIDE, 1955, p.294).

Segundo a autora, o **mascreamento** da preferência ou rejeição pelos colegas deu-se pela associação dos brancos com boas qualidades e dos negros com más qualidades. O que lembra muito a proposição de Mário de Andrade em *Estudos sobre o Negro 1*, onde ele propõe que o nosso preconceito é fundado sobre a associação do negro com o que é mau e a associação do branco com o que é bom. Naquele momento, Andrade dizia que seria muito mais efetivo investigar espaços onde o preconceito de cor se mostraria de modo isolado do preconceito de classe e Virgínia encontra na escola pública um espaço apropriado para a investigação das relações raciais, tentando analisar como a família irá moldar as atitudes de preconceito entre os estudantes e como, a partir disso, se dava a interação social entre escolares brancos e negros. Os principais entrevistados eram de famílias operárias brancas cujos filhos estudavam em grupos escolares da cidade de São Paulo. É sintomático que o único negro preferido pelos colegas não tenha sido encontrado para a realização da entrevista. Os métodos utilizados foram a sociometria e o estudo de caso. A preocupação era tentar compreender como eram construídas as atitudes raciais entre as crianças.

Ao eleger pela segunda vez a escola e a educação como centrais para a percepção sobre o preconceito racial, a autora coloca a escola como eixo para a análise dos encontros raciais. O seu é um dos primeiros trabalhos que a partir da influência da Escola de Chicago vai tratar da educação como centro de interações numa cidade como São Paulo. Vale à pena lembrar que naquele momento a cidade de São Paulo era o palco de diversos encontros multiétnicos. Outra nota importante é que aqui Virgínia faz um sensível deslocamento. Em seu primeiro trabalho ela analisa as atitudes de pretos e mulatos, aqui ela foca a análise nas atitudes de brancos e secundariamente às pessoas “de cor”.

No seu trabalho Virgínia mostra como há uma preferência generalizada pelo branco e que o mulato foi ao mesmo tempo o grupo que menos se escolheu e o menos escolhido pelo outro e tinha uma maior identificação com

os brancos, reforçando as conclusões de sua dissertação sobre o papel marginal do mestiço, ela vai encontrar essa atitude de auto-rejeição e sentimento de inferioridade reinando já na infância. Novamente ela via que o mulato se assimilou mais ao branco ou ao negro de acordo com a sua maior ou menor cromaticidade, embora tenha pendido mais para o último. Para ele isso se devia, ao fato de que, os brancos mostrariam maior aceitabilidade do grupo, do que os negros.

Novamente em relação ao gênero pode-se ver que as meninas têm uma preferência maior pelos indivíduos dos grupos brancos, o que demove uma ideia de que entre as mulheres o preconceito seria mais brando, e corrobora a pesquisa de Bori (1950). Ela também percebeu uma maior auto-rejeição entre as meninas negras que se identificaram mais com o grupamento branco, e uma maior rejeição aos alunos mais escuros, “enquanto o “branqueamento” gradativo da pele constituiria um fator atenuante da rejeição”. (p.237). No geral o que ela observou foi uma atitude de grande auto-rejeição entre negros e mulatos.

Em nenhum dos motivos elencado pela predileção surgiu o fator cor, antes disso, os escolares justificavam suas escolhas pelo fato do companheiro ser “bom, bom aluno e bem educado”, qualidades que segundo a autora estavam diretamente ligados ao branco. Os escolares censuravam consciente ou inconscientemente a discriminação na base da cor, mas relacionavam diretamente branco ao que é bom e negro ao que é mau. Os alunos reprimiam as justificativas discriminatórias e “demonstravam uma censura contra aqueles sentimentos, que moviam as distâncias, os antagonismos e os conflitos nas relações humanas”. (Bicudo, 1955, p.241). Apenas 0,22% justificaram a rejeição por motivo racial. Havia desde cedo, uma autocensura em relação a discriminação, ou o que Florestan chamou mais tarde de “o preconceito de ter preconceito”. A autora encontrou as raízes desse comportamento, no fato de as crianças recalcarem os sentimentos, por identificá-lo como algo negativo e hostil. Então embora haja um discurso em que raça não aparece como motivados de distância ou da proximidade, no cotidiano, os brancos que possuem maior consciência racial que as minorias vocalizam suas ações para uma maior proximidade e identificação entre si, excluindo os demais e

introjetando nesses grupos, os mesmos desejos que os seus. O que mostra que **quem determina o padrão do que é preferido ou rejeitado é o grupo dominante** e que a identificação com o grupo dominante faz com que as minorias não criem consciência racial, ao passo que os brancos sempre a detêm.

Embora o negro tenha se rejeitado mais que todas as outras crianças, ela notou que “a escolha de um negro preferido indica que essa identidade pode ser superada quando o negro apresenta *“qualidades de branco, “estabelecendo contato com o branco e segregando-se do negro”* (p.268). (fato que apareceu na proporção de 01 para 59” (p.248). Ou seja, apareceu pouco e que, normalmente, quem mostrou atitudes desfavoráveis em relação ao negro sempre usou de estereótipos (macumbeiro, vagabundos, bêbados, jogadores, briguentos, etc) para defender o seu ponto de vista. Sobre estas pessoas, ela dizia que a “segurança afetiva” de uma criança, era fator atenuante de discriminação racial.

Através de depoimentos, os pais negros mostravam também uma São Paulo mais discriminadora, em relação a outros estados. Para alguns, o discurso do preconceito começava quanto eles tinham se mudado para a cidade.

O estudo é mais dramático porque revelaria uma relação intergeracional com os seus pesquisados durante o mestrado, já que as crianças de agora teriam idade para ser filhos daqueles primeiros. Então poderíamos ver a reprodução numa geração após a outra, do modo de operação de auto-rejeição e do sentimento de inferioridade entre jovens e crianças negros. Estes estudos são importantes porque atendem a uma certa agenda do movimento social negro que é o da auto-valorização do corpo e da cultura negra como um dos pilares para uma luta antirracista.

Em suas conclusões, ela aponta que as atitudes de preconceito dependem “das soluções alcançadas pelos indivíduos nas relações afetivas com os objetos de contato primário” (Bicudo,1955,p.263). Ou seja, é a família e depois a escola, através da figura das professoras - que na escola ensinavam que o índio é melhor porque não *tinha se deixado escravizar!* - os polos irradiadores das atitudes de preconceito, que não seria uma atitude natural,

mas aprendida no processo de contatos. Sobre os alunos negros, rechaçados, ela mostra que o ambiente familiar, piorado pela pobreza - “as piores condições econômicas, sociais e culturais” - é que levava os mesmos a “a piores condições de ajustamento de personalidade”. (Bicudo,1955,p.265)

Se em seu primeiro trabalho, ela ia diretamente às entrevistas, foram suas duas amigas e colaboradoras que empreenderam as mesmas, talvez porque Virgínia soubesse que não obteria as mesmas respostas que elas, psicólogas brancas estavam obtendo. Te todo modo, não deveria ser fácil se debater com esses dados e com a sua própria trajetória. Novamente aqui os depoimentos dos entrevistados são viscerais, e as mulheres negra são as que fornecem as falas mais tocantes, principalmente, em relação à auto-rejeição do próprio corpo e à rejeição da cidade. Vejamos uma das falas:

[...]das negras embriagadas e caídas na rua todos falam que elas bebem porque são pretas. Todos pensam que só a negra rouba a patroa. Nos jornais saem retratos de cinco negras ladras e só o de uma branca. A branca também bebe e cai na rua, mas só xingam a negra.” (Bicudo,1955,p.266).

Esta fala é bastante complicada quando se observa o quanto Virgínia também era afetada por ela, de um modo que a colocava como uma figura híbrida. No jornal *Folha da Noite* de 18 de maio de 1951, logo no princípio das Pesquisa Unesco-Anhembi na mesma página em que era estampado um aviso de que dois dias depois seriam publicados na *Folha da Manhã* os artigos de *O Nosso Mundo Mental* de Virgínia Bicudo, com uma pequena foto sua, no lado inferior direito da página, do lado contrário, eram exibidas as fotos de quatro mulheres negras sob a frase “Para a dona de casa recortar: Cuidado com estas!” Colocar fotos de domésticas que eram acusadas de roubo, em seções policiais dos jornais, era uma prática bastante comum. Tal como Virgínia todas tiveram o nome completo publicado, mas o espaço que as fotos delas ocupavam na página e a advertência “Cuidado com estas!”, era uma prova cabal do lugar do negro no imaginário e nas práticas sociais. E ilustravam de modo didático, as distâncias sociais e a possibilidade de assimilação: “Cuidado com **estas!**”: as mais escuras contrastava com a chamada de quem já foi assimilado e vai agora nos mostrar o “**Nosso**” mundo mental. Ao mesmo tempo

- 142 -

Tanto é mais trágica a imagem, pelo fato da autora reconhecer que o corpo é uma das principais fontes de auto-rejeição entre os negros. O cabelo sendo a pior para as mulheres. Então enquanto ela ouve de uma das suas entrevistadas que: “Não me incomoda de ser negra, só tenho desgosto de ter o cabelo ruim, mas quando está ruim a gente alisa.” (Bicudo,1955,p.278). E ao olharmos as fotos vemos, que as empregadas são retratadas com o cabelo “ruim” e ela com o cabelo “bom”, sabemos que o preço da auto-rejeição não tem classe, mas cor, como já havia evidenciado antes a própria autora.

Essa rejeição ao corpo e às qualidades más, que hoje são analisadas por autoras como Lino Gomes, Figueiredo, Hooks, Xavier encontram reforços em outros trabalhos de mulheres negras realizados a mais de 50 anos. Bicudo segue seu texto, falando da implicação de ser correspondido com o que é mau:

“ser negro corresponde a ser “bêbado e ladrão”, podemos compreender porque para o negro a pior ofensa é ser chamado de negro, bem como o seu desejo de não ser negro e a tentativa de negar sua cor, utilizando meios de defesa como afastar-se do próprio negro, e “parecer branco”, assumindo as atitudes do branco, procurando mudar os característicos físicos pelo alisamento dos cabelos, ou ao contrário afastando-se do branco e unindo-se ao negro pelo ódio”. (Bicudo,1955,p.278).

Virgínia continua dizendo que a aproximação com o negro nestes caso, não se dá por uma via positiva, mas pelo medo do desprezo branco e não “por uma atitude positiva para os de cor”. (p.266)

A relação com a cor era tão patológica que observando o amor de uma criança mais clara pela tia mais escura, e a justificativa da menina de que a tia escura era “mais branca” do que a mãe que era mulata clara, porque esta a abandonou, Virgínia aí via que o processo de adscrição de cor era mesmo apoiado pela ideia de que correlacionamos o branco ao bom e o negro ao mau, de que a cor preta do corpo é lida como fonte do mal.

Ela lê isto como o peso da cor, ao analisar a entrevista e as condições de vida de mãe e filha que vivem num porão, onde a mãe tem ligações sexuais “ilícitas”: “Mãe e filha carregam consigo o peso da cor, o que significa ter de receber a rejeição do mundo exterior e dominar o ódio assim estimulado”. (Bicudo,1955, p.278). Novamente podemos aproximar seu texto das leituras de

Fanon (2008). A seguinte passagem é bastante conhecida do leitor de *Pele negra, Máscaras brancas*:

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas... Já faz algum tempo que certos laboratórios projetam descobrir um soro para desempretecê-lo; os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal. (Fanon, 2008, p.104-5)

Fanon é mais dramático, Virgínia elege o drama de seus entrevistados, que bem sabem reconhecê-lo.

Introjetar os desejos do branco sobre si, o desejo branco de branquear faz com que os negros tratem a si próprios e aos seus filhos como são tratados pelo branco e o drama aumenta para aqueles que vivem no mundo da “dupla consciência”: os negros estudados – para eles, Virgínia não usa mais a ideia de ascensão, talvez porque como Bastide ela entenda que estes não ascenderam, apenas se infiltraram –

“os negros estudados encontra-se assim de um lado na situação de serem considerados maus e de outro sob a exigência de “tornarem-se brancos”, isto é, “bons” e eficientes cumpridores dos deveres sociais”. (p.291)

Fanon sob o mesmo aspecto vaticina que na verdade “o negro quer ser como o branco”, que a branquitude é o seu único destino, pois “Já faz muito tempo que o negro admitiu a superioridade indiscutível do branco e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca. (Fanon, 2008, p. 188)

Esse comportamento denegativo faz com que o negro acabe introjetando os estereótipos pelos quais é tratado. Stuart Hall, em *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (1997) ao analisar o nascimento dos estereótipos sobre o negro no mundo moderno, nota como os homens negros norte-americanos atacados pelos estereótipos de super-masculinidade, acabam “comprando” o estereótipo que é voltado contra

eles. Otto Klineberg, afirma que este é um fenômeno interno: os estereótipos acabam se tornando realidade psicológica. Bicudo concorda:

Vivendo o conflito entre ser “negro” e “não querer ser negro”, equivalente ao conflito entre “ser mau” e “ser bom”, as pessoas de cor sucumbem frequentemente ao conflito, autopunitivamente exibindo traços de personalidade que são tomados como confirmação dos estereótipos que lhe são dirigidos. Outros derivam o conflito na luta pela aquisição de características de branco procurando instruir-se, elevar seu status”. (Bicudo, 1955, p.291)

As conclusões de Bicudo corroboram a tese de Oracy Nogueira, para quem vivemos uma situação racial de preconceito de cor e não de raça, o que nos difere do sistema norte-americano do preconceito de origem. No entanto, é curioso que ela mostre como um teste semelhante ao que ela aplicou, empreendido por Marian Radke em Pittsburg, tenha resultado em conclusões similares à do Brasil sobre a auto-rejeição entre crianças negras. Lá as crianças também faziam a ligação do negro com qualidades ruins e do branco com qualidades boas, traçando quem é desejável e quem não é. Quais os efeitos disso na criança negra: como a sua socialização é dada primeiramente pela cor, o estigma chega antes. Como a sua adaptação é “primeiramente qualificada pela cor da pele” isso faz com “que a sua auto-estima sofra porque ela está continuamente recebendo uma imagem desagradável de si própria através dos outros para com ela.” (Bicudo, 1955, p.293).

Quanto ao branco, ela tenta encontrar o porque de sua recusa em reconhecer que o racismo, e a causa é novamente um transtorno “...nenhum grupo ou indivíduo se sente inteiramente confortável com os seus preconceitos, por causa da vergonha e da culpa produzidas pelo ódio”. Corroborando o que propõe, Helen Lean, Bicudo acredita que o preconceito racial é uma forma de “conflito neurótico deslocado” (p.295) e diz que a observação dos lares comprovou esta predisposição, mostrando que os pais que mais discriminavam, possuíam algum tipo de distúrbio desse tipo. A chave analítica que a autora propõe sobre o fenômeno do preconceito de cor é oriundo da psicanálise e localiza o preconceito como um distúrbio psicológico. Fanon, também através da psicanálise, chega a uma conclusão semelhante (mas ele

ainda não tinha chegado ao Brasil!), bem como Guerreiro Ramos³⁴, que transfere a noção de patologia para o branco brasileiro e ao localizar o fundo estético da noção de preconceito de cor.

Denegação, mundo interior, projeção, paranoia, neurose, estereótipo, complexo de inferioridade são alguns conceitos que esses intelectuais compartilham. Conceber o preconceito através deste universo requer propor uma saída que não seja racional.

Em Virgínia o foco é a crinaça, logo a família e a escola. São nesses lugares onde o preconceito se espalha, porque não nos esqueçamos, ele é aprendido e ensinado. Jacó-Vilela mostra como a relação entre psicanálise e educação, era entendida como uma medida profilática, pelos educadores:

Nesta apropriação da psicanálise feita no Brasil (RUSSO, 1998), a ênfase freudiana na experiência e na fantasia infantis é vinculada às propostas preventivas direcionadas às crianças, com o intuito de prevenir a neurose e o desajustamento psíquico. Enfatiza-se a responsabilidade dos pais em prover uma educação adequada, não-repressora e, ao mesmo tempo, que não fornecesse zelo e carinho excessivos, a fim de canalizar a sexualidade infantil para vias civilizadas. (Jacó-Vilela, p. 2)

Nas últimas linhas de seu texto, Virgínia propõe uma saída não racional para a questão do preconceito. Para um estudo sociológico “sério”, talvez ele tenha parecido pueril. Mas não nos esqueçamos que, Paulo Freire, um dos nossos maiores autores teve proposta semelhante em relação a um projeto pedagógico mais justo, humano e emancipador:

[...] concluimos que um dos meios mais indicados para o melhor estabelecimento das relações raciais consiste em ajudar a criança a estabelecer os laços afetivos com pais e irmãos com base no amor, ou, em outras palavras, ajudar a criança a desenvolver a capacidade de amar e usar a sua agressividade em sentido construtivo. (Bicudo, 1955, p.295)

³⁴ Para que não esquecer da cronologia das publicações: *Peau Noir, Masques Blanches* (1952), *Atitudes de Escolares* (1953) - embora eu cite a publicação da revista Anhembi que é de 1955 – *A Patologia do Branco Brasileiro* (1955). Estudar o branco era uma ideia original de Fernando Góes, que chega via Ramos à Bastide. A ideia saiu de São Paulo e voltou para São Paulo.

Leitor, acabamos de acompanhar um texto que tem diversas implicações no pensamento brasileiro sobre o racismo. Embora ele seja pouco divulgado nas ciências sociais e, mesmo na psicologia social ou na psicanálise, ele chegou até nós através dos escritos de Bastide e Florestan e das interlocuções de Bicudo com Oracy Nogueira.

Na época em que foi lançado ele também não teve grande repercussão, embora tenha sido bibliografia de alguns de nossos professores, o texto sumiu no tempo. Em 1958, Maria Isaura Pereira de Queiroz, escreve uma resenha na área de ciências sociais para o Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* onde reconhece a seriedade de sua pesquisa, mas discorda da hipótese de que as crianças equivaliam o bom ao branco e o mau ao negro pois, de fato, ela diz, as crianças rejeitadas eram más colegas, o que invalidava as conclusões de Bicudo.

Imagem: Paisagem Pernambucana com Rio. Frans Post, 1668. Óleo sobre madeira. Coleção MASP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase não os vi na pintura *Paisagem pernambucana com rio* de Frans Post. O óleo sobre tela foi realizado em 1668, após o período em que o pintor viveu no Brasil (1637-1644), à convite de Maurício de Nassau, governador da colônia holandesa no nordeste. A pintura que pertence ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), pode ser dividida em duas metades horizontais. A do alto, que preenche a maior parte do quadro, é tomada por um céu azul com nuvens esparsas. A segunda metade, logo abaixo, mostra porções de terra separadas por um rio sinuoso que as corta diametralmente. Na parte de cima do rio, à esquerda vemos um pequeno aldeamento e uma estrada, já mostrando que a paisagem natural pernambucana estava sendo tomada pela presença humana. No rio há pequenas embarcações. Uma luz suave é projetada sobre o céu, o rio e sobre a parte de cima dele, que constituem o segundo plano da obra encaminhando nosso olhar para esse nicho. Em primeiro plano, temos uma porção maior de terra, separada em dois planos, mais recuado à direita há uma clareira, três figuras humanas se encaminhando para o centro desse nicho

narrativo em direção a uma massa disforme que não se pode deduzir o que é. Mais à direita em primeiro plano, temos um outro nicho narrativo, composto por nove figuras espectrais. Devido a ação do tempo sobre a tinta e o suporte do quadro, o grupo de negros escravos que são retratados por Frans Post na pintura estão desaparecendo. Aproximando-se do quadro, nota-se vestígios de um número maior de pessoas que já desapareceram de todo, restando apenas pequenas partes de seu corpo na tela.

Tal sorte poderão ter seus outros personagens que estão translúcidos. Dos nove personagens visíveis, oito são escravos. Todos estão descalços, com calçotes brancos, um está sentado e além do calçote veste uma camisa. Aparentemente há uma mulher em cena, carregando um tacho sobre a cabeça, atrás dela um homem com vestimentas semelhantes às holandesas e chapéu. Ele parece vigiar o grupo e a sua entintada é a que tem maior fixidez, sendo a menos translúcida de todos os personagens. Provavelmente ele permanecerá visível por mais tempo que os outros.

Pela ação do tempo, as imagens dos escravos retratados na pintura estão desaparecendo. A cada ano parece que vão ficando mais espectrais, vão sumindo como personagens, restando aos observadores a contemplação da natureza destacada por Frans Post. É preciso mais que um olhar atento para perceber esses espectros, é preciso querer enxergar os rastros deixados pelo pincel do artista e imaginar que a paisagem hoje pouco habitada talvez já tenha sido o lar de mais personagens.

Desaparecer não é uma prerrogativa apenas dos personagens dessa tela. As narrativas históricas sobre a escolarização, o cotidiano escolar, acadêmico e a vida intelectual no Brasil, por vezes, nos é apresentada como uma paisagem destituída de negros e escravizados e pouco conhecemos das trajetórias individuais de negros, especialmente, de mulheres, ou pelo menos não as conhecemos por meio de sua pertença racial. As narrativas se atêm mais às estatísticas ou à investigação do negro adulto já ascendido, mas não sobre o negro em formação. Dessa forma, desconhecemos práticas escolares e acadêmicas cotidianas que poderiam nos dar pistas de como os espaços de escolarização se articulariam enquanto lugares de encontro³⁵.

³⁵ Sobre esse desaparecimento, Mariléia dos Santos argumenta: “O estudo, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das

Sob esse aspecto, levar em conta a pertença racial antes de reduzir os sujeitos a um determinado estereótipo, nos ajuda a compreender, interpretar e complexificar mais propriamente as suas trajetórias e relações sociais, dando carne e osso às experiências de negros em nossa sociedade. Não foi diferente com a trajetória de Virgínia Bicudo. Embora tenha participado dos processos de referenciamento acadêmico num período em que a maioria dos negros sequer era alfabetizada e tenha sido sujeito ativo num modelo de vigor da sociologia participante ela sumiu e se fez sumir.

Em nosso trabalho de campo observamos quais são os impedimentos que se apresentam à constituição de trajetórias negras. Fotografias não nomeadas, em mau estado de conservação, omissão da cor dos sujeitos, acervos particulares descuidados, material disperso e restrito, falta de guias de referência. Para além de um banal, “isso atinge a todos”, como pensar os arquivos através de recortes de cor e gênero? Quais as implicações éticas de arquivar vidas? Estes são debates metodológicos que se refletem diretamente no trabalho do pesquisador.

Nossa questão é saber quais são os caminhos pelos quais são operados mecanismos de esquecimento e recuperação de trajetórias intelectuais na antropologia. Operações de legitimação e deslegitimação que vão além de questões teóricas e são acionadas também a partir de interpretações e disputas de hegemonia, num campo que sempre prezou pela pluralidade de pensamento (LEWIS, 2001). Quem deve ser deixado na memória da disciplina? Esse certo descaso com os “trabalhos menores”, com “sujeitos menores”, pode se refletir na produção contemporânea, que não consegue notar as matizes de pensamento existentes anteriormente, vendo o campo a partir apenas daqueles que se fizeram hegemônicos. Estudar o pequeno, essa é uma tarefa antropológica.

Pensar também na utilidade das concepções de biopoder na reflexão sobre os espaços de legitimação de trajetórias negras na academia parece bem proveitoso. Noções como as de “objeto insurgente” de Sueli Carneiro

instituições escolares oficiais; dos mecanismos criados para alcançar a escolarização oficial; da educação nos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros são temas que além de terem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento.” (SANTOS, 2005, p.22-23)

(2008) ou as reflexões de Lelia Gonzales (1982) ou Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) podem nos ajudar a pensar sobre o modo reificado e objetificante com que muitas trajetórias negras são escritas.

A relação entre antropologia e hegemonia acadêmica também já foi explorada por Kabengele Munanga em *L'anthropologie au Brésil et les limites de l'hégémonie occidentale* (2009). No texto, o autor nos mostra como uma determinada visão de Antropologia eivada de uma posição hegemônica e, muitas vezes, imperialista acaba por reforçar posições de assimetria acadêmica no campo antropológico.

A rede e a circulação de ideias de intelectuais negros é determinada por vários fatores: dentre eles o lugar de prestígio que ocupa seu autor, o lugar institucional. Acadêmicos de universidades periféricas têm menos poder de circulação e acabam não entrando na teia de citações que também são um modo de legitimação. Não participam das redes de sociabilidade que poderiam torná-los mais lidos. Via de regra são poucos os intelectuais negros citados em trabalhos acadêmicos na área de antropologia ou sociologia das relações raciais. Muitas vezes fala-se mais sobre eles a partir de sua mobilidade social do que por suas ideias ou teorias. Consultando a bibliografia das teses sobre relações raciais defendidas na Unicamp e na USP, é curioso ver que pegando determinadas linhagens, a bibliografia permanece praticamente a mesma, não havendo muita inovação teórica no campos das relações raciais, a não ser na sua conexão com outros campos de “antropologia de ponta” como os dos estudos de sexualidade.

O trabalho acadêmico também é eivado pela conquista de hegemonia e poder. Quando se afirma que o pensamento que dominava os anos 1940 era o da não existência de preconceito racial no Brasil, acaba-se apenas por refletir essa visão hegemônica do período sem complexificá-lo, sem mostrar a existência de um panorama interpretativo mais amplo sobre relações raciais. É o que ocorre com esses trabalhos miúdos, como o de Virgínia. Então a reaparição do seu trabalho hoje não se trata de uma descoberta. Trata-se de um movimento em que não é mais possível ocultá-la. É interessante ver que nos principais trabalhos produzidos sobre relações raciais no Brasil e, em especial, sobre o projeto Unesco quase não há menção à sua obra. Isso nos

leva a pensar que há um novo e muito recente ambiente intelectual que permite aos pesquisadores pensarem na sua obra e na sua pessoa. Além das disputas pela novidade e pela legitimidade das descobertas acadêmicas, quais seriam os outros motivos que tornam hoje a trajetória de Bicudo importante para nós? Mas antes disso, quais foram os motivos que tornaram a sua obra distante de nós, qual o motivo de seu segredo?

Esse segredo se reproduz de várias maneiras: pelo roubo de arquivos, pelo mofar literal da tese da autora, por entrevistas não publicadas, por citações não feitas, por textos extirpados de compêndios, pela eleição de uma bibliografia canônica que se perpetua e muito pouco é revisada, pela necessidade de contar a história dos vencedores, porque nós não fomos procurá-la e, também, não esqueçamos, pela própria vontade de Bicudo que silenciou-se sobre a questão depois dos anos 1950.

A trajetória da obra da autora, nos leva a refletir sobre a consagração acadêmica de intelectuais negros ou melhor, sobre a sua subalternidade. Há pouco tempo perguntei a um reconhecido cientista social porque ele não citava autores negros brasileiros em seus trabalhos e ele me respondeu, que ainda não havia pesquisadores negros de referência no Brasil, o que me assustou já que ele já havia orientado alguns deles e porque era evidente que ele não os encontrava porque não os procurava. Outros me respondem que *usam* autores negros, mas consultando os seus trabalhos vemos que estes autores surgem dentro de um panorama histórico e não como interlocutores, pouco havendo de intelectuais negros contemporâneos em suas discussões (a não ser uns poucos formados por eles). O que me leva a pensar que talvez o futuro de nosso (de todos nós) trabalho não seja tão distinto quanto o de Virgínia. Aqueles que detêm a hegemonia sobre relações raciais (esse termo ainda existe?) no Brasil, estão construindo uma história da qual não fazemos parte. Basta olhar, por exemplo, os grupos de trabalho dos grandes encontros associativos da área, onde quase não há discussões sobre o tema e, portanto, onde há um afluxo menor de pesquisadores negros e olhar, também, suas referências bibliográficas.

Arquivos roubados, tese mofada, entrevistas não publicadas, citações não feitas. Esses são alguns dos percursos do trabalho acadêmico de Virgínia Leone Bicudo. Nascida em 1910, na cidade de São Paulo. Mesmo ano de Pagu, sua contemporânea, foi normalista, educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, psicologista, socióloga e psicanalista. Sua trajetória pode nos esclarecer sobre os processos de ascensão social de mulheres negras na primeira metade do século XX, bem como mostrar os processos de profissionalização feminina. No momento que o higienismo era um movimento ideológico forte, Virgínia foi visitadora psiquiátrica, quando a sociologia começou a despontar como uma profissão nova e moderna e em São Paulo, surge a primeira pós-graduação em Sociologia do Brasil, Virgínia torna-se socióloga, ao mesmo tempo que seu interesse por psicanálise a leva a se tornar a primeira psicanalista não médica do Brasil, no momento da institucionalização dessa disciplina no país. Ela estava em todas as frentes da modernização possíveis! Quando mulheres ainda nem dirigiam, lá estava ela pequenina no seu Karmann Ghia!

Virgínia enriqueceu com a psicanálise, tornou-se célebre e requisitava entre ministros e senadores, mas isso teve um preço, tal como suas personagens ela precisou se afastar de seu grupo para completar seu processo de ascensão. Mas nesse processo ela não embranqueceu, ela apenas perdeu a cor. Foram as pessoas mais simples que encontrei durante a pesquisa que deram cor novamente à Virgínia, quando falavam o quanto éramos parecidas. Foram seus relatos já idosa de alguém que precisa marcar a pertença e relembrar sua origem que foi fazendo sua cor mais viva. Foi sua velhice negra que me comoveu: a volta aos turbantes, a preocupação com o cabelo, o desejo de guardar tudo, a falta de memória, a perda do controle, a distância dos amigos, os dramas familiares. Ela não teve uma morte branca, ela morreu como uma mulher negra.

FONTES DE PESQUISA

Arquivos Consultados

- Arquivo Arthur Ramos, Seção de Manuscritos/ Biblioteca Nacional
- Arquivo Carolina Bori. Faculdade de Psicologia/ USP
- Arquivo da Fundação Escola de Sociologia e Política
- Arquivo Florestan Fernandes/ UFSCAR
- Arquivo Memória da Psicologia. Museu da Imagem e do Som/ SP
- Biblioteca da Sociedade Brasileira de Psicanálise/ Seção São Paulo
- Biblioteca da Sociedade Brasileira de Psicanálise/ Seção São Paulo
- Biblioteca Nacional
- Centro de Memória da Unicamp
- Divisão de História da Sociedade Brasileira de Psicanálise/ Seção São Paulo
- Família Bicudo
- Fundo Donald Pierson, Arquivo Edgar Leuenreuth, UNICAMP
- Fundo Oracy Nogueira, UFRJ
- Instituto Histórica e Geográfico Brasileiro
- Instituto Moreira Salles
- Museu da Imigração do Estado de São Paulo
- Web DuBois Papers

Textos de Virgínia Bicudo

BICUDO, Virgínia Leone. Contribuição ao estudo das condições de trabalho e da personalidade de mestres de indústria em São Paulo. **Sociologia: revista didática e científica**, v.XI, n.2, 1949.

_____. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (Orgs.) **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955. p.227-310.

_____. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. **Sociologia: revista didática e científica**, vol. IX, n.3, 1947.

_____. Contribuição para a História do Desenvolvimento da Psicanálise em São Paulo. In: **Arquivos de Neuropsiquiatria**, Bd. 1/1948, (S.69-72).

_____. **Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. 1945. Tese. (Mestrado em Ciências) – Divisão de estudos post-graduados, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1945.

_____. Função da Visitadora Psiquiátrica na Clínica de Orientação Infantil. Métodos de diagnóstico e tratamento psicossocial. In: MARCONDES, Durval (Org.). **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. SP: Martins, 1946. p.79-90.

_____. “Já fui chamada de Charlatã”. Entrevista a Claudio Tognolli, Folha de São Paulo, 5 nov.1994, p.6.

_____. **Homenagem a Roger Bastide**. (cópia)

_____. Memória e Fatos. In: **Revista IDE**, 18, 1989.

_____. Papel do Lar na Higiene Mental das Crianças. In: MARCONDES, Durval (Org.). **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. SP: Martins, 1946. p.101-110.

_____. Serpa, Antonio. **Meio Século de História**. 1944-1994. Revista Brasileira de Psicanálise. 1994. 28 (3).

BIBLIOGRAFIA

ABBINK, Jon. SALVERDA, Tijo. **The Anthropology of Elites: Power, Culture, and the Complexities of Distinction**. NY: Palgrave MacMillan, 2013.

ABRÃO, Jorge. As origens da psicanálise de crianças no Brasil: entre a educação e a medicina. **Psicol. Estud.**, v.14, n.3, Jul./Set. 2009.

_____. **Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira**. SP: Arte e Ciência Editora, 2010.

ALEXANDER, Jeffrey. **Twenty Lectures: sociological theory since World War II**. Nova York, Columbia University Press, 1987.

ALMEIDA, Sérgio Tenório de. **Novas oportunidades de acesso ao ensino superior?** Trajetórias escolares de alunos negros que se formaram na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1935 a 1964) 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC/SP, São Paulo, 2008.

ANDERSON, Elijah. MASSEY, Douglas S. **The Sociology of Race in the United States**. Disponível em: http://www.russellsage.org/sites/all/files/anderson_massey_chapter1_pdf_0.pdf. Acesso em 10 jul. 2013.

ANDRADE, Mário. **Estudos sobre o Negro**. (1948). Disponível em: http://www.ieb.usp.br/marioscriptor_2/criacao/estudos-sobre-o-negro.html. Acesso em: 20 mai. 2013.

ANDREWS, George Reid. Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint. **Journal of Contemporary History**, v.31, n.3 (Jul., 1996), pp. 483-507.

BARBOSA, Muryatan. "Guerreiro Ramos: o personalismo negro". **Tempo Social**, v.18, n.2, Nov.2006, pp.217-228.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-brasileiros**. SP: Perspectiva, 1973 (1954).

_____.; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1959.

_____. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTOS, Elide Rugai. **A influência segregadora das diferenças raciais**: alguns trabalhos menos discutidos da Pesquisa Unesco-Anhembi. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide_2.htm>. Acesso em: 20 nov 2008.

_____. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (Org). **O que ler na ciência social brasileira**. 1970-2002. SP: Editora Sumaré/ANPOCS, 2002. p. 183-230.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Oct. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai. 2009.

BELL, Susan Gorag; YALOM, Marilyn. **Revealing lives**: autobiography, biography, and gender. NY: New York Press, 1990.

BOGUES, Anthony. **Black Heretics, Black Prophets**: Radical Political Intellectuals. New York: Routledge, 2003.

BOSI, ECLÉA. Memória da Psicologia. **Estudos Avançados**, 8 (22), 1994. 379-388

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões Práticas**. Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papirus, 1996.

CANDIOTA, Luiz Roberto S.; FAVILLI, Myrna Pia. Adivinhe quem vem para jantar? Uma conversa com a professora Virgínia Leone Bicudo. **Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**, ano 3, n. 4, 1977.

CARVALHO, José Murillo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO FARIA, Luís. **Antropologia**: espetáculo e excelência. RJ: Ed. UFRJ, 1993.

CAVALCANTI, M. L. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 11, (31), 5-28, 1996.

_____. Apresentação. In: **Preconceito de Marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Preconceito de marca etnografia e relações raciais. **Tempo Social**, v.11, n.1, Mai. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov.2008.

_____. Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 2 n.2, jul./out., 2005.

CONSORTE, Josildeth Gomes. A questão do negro: velhos e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.1, p.85-92, 1991.

_____. Recordações de um aprendizado antropológico. In: PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Livio. (Orgs.) **Projeto UNESCO no Brasil**: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007. p.81-93.

CORRÊA, Mariza. A revolução dos normalistas. **Cadernos de Pesquisa**, (66): 13-24, 1988.

_____. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: UFMG: 2003.

_____. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

_____. **História da Antropologia no Brasil**. (1930-1960). Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson. SP: Vértice, 1987.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denílson; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Orgs.) **Teses da Primeira Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**. v. 10, n. 2, Out., p. 287-322, 2004.

_____. **Intenção e gesto:** pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. RJ: Arquivo Nacional, 2002.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel. **Construindo o (auto) exílio:** trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

DAMACENO, Janaína. FIGUEIREDO, Érika. OLIVEIRA, Isabela. Entrevista com Josildeth Gomes Consorte: os 60 anos do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e Universidade de Colúmbia. **Cadernos de Campo**, n. 18, p. 203-217, 2009.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of whiteness:** race and social policy in Brazil, 1917-1945. Durham: Duke University Press, 2003.

DEEGAN, Mary Jo. **The Chicago School of Ethnography.** Disponível em: <http://csde.washington.edu/~scurran/files/readings/590QM/Week%2010/Deegan%20Article.pdf> Acesso em: 20 mai. 2013.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade.** RJ: Ed. 34, 2001.

DEMARTINI, Zeila. A Escolarização da População Negra na Cidade de São Paulo. **Revista Andes**, n.14, 1989.

DOLPHIJN, Rick. VAN DER TUIN, Iris. A Thousand Tiny Intersections: Linguisticism, Feminism, Racism and Deleuzian Becomings. In: SALDANHA, Arun; ADAMS, Jason Michael (Orgs.). In: **Deleuze and Race.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

DUARTE, L. F. D. Anthropologie, psychanalyse et "civilization" du Brésil dans l'entre-deux-guerres. **Revue de Synthèse**, n.3-4, jul.-dez., p.325-344, 2000.

_____. A psicanálise como linguagem social: o caso argentino. **Mana**, v.8, n.2, Oct. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Abr. 2012.

ELLISON, Ralph. **An American Dilemma: A Review.** (1944) Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/an-american-dilemma-a-review/> Acesso em: 20 mai. 2013.

EUFRASIO, M.A. Apresentação. In: THOMAS, W., ZNANIECKI, F. **Nota metodológica.** São Paulo: Departamento de Sociologia/FFLCH-USP, 2006. p.vii-xxii.

_____. **O surgimento da Sociologia Americana e a formação da Escola de Chicago.** São Paulo: Departamento de Sociologia/FFLCH-USP, 2006. Cap. 4, p. 44-58.

_____. A escola de Chicago de Sociologia: perfil e atualidade. In: LUCENA, C.T; CAMPOS, M. C. S. (Orgs.) **Práticas e representações**. SP: Humanitas/ CERU, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Edufba, Salvador: 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo, Ática, 1980.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pós-modernismo e política**. RJ: Rocco, 1992, p. 217-250.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. SP: EDUSP, 2005.

GALLINA, Simone. Deleuze e Hume: experimentação e pensar. **Philosophos**, 12 (1): 123-144, jan./jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. RJ: LTC, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **O projeto Unesco na Bahia**. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/01Paper-ASG1.htm> Acesso em 20 mai. 2013.

_____. **Intelectuais negros e modernidade no Brasil**. Disponível em: www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Intelectuais%20negros%20e%20modernidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

GUSMÃO, Neusa. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Caderno CEDES**, Campinas, v.18, n.43, 1997.

_____. Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de São Paulo. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.18, n.42, ago.1997.

HALL, M. E. Psychological Bulletin, Vol.43(5), p.441-476. **American Psychological Association** (APA), 1946.

HARDT, Michael. A Sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. SP: 34, 1998. p.357-372.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 235-249.

HAUDENSCHILD, Teresa. **Modernismo, Mulher e Psicanálise**. Adelheid Koch, Virgínia Bicudo, Lygia Amaral e Judith Andreucci: pioneiras da psicanálise em São Paulo. S/d. (Impresso)

HELLWIG, David J. **Racial Paradise or Run-around?** Afro-North American Views of Race Relations in Brazil. Disponível em: <https://journals.ku.edu/index.php/amerstud/article/download/.../2860> Acesso em: 02 jul 2013.

HULL, Gloria; SCOTT, Patricia; SMITH, Barbara. **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave**: black women's studies. NY: The Feminist Press, 1982.

INGOLD, Tim. **Redrawing Anthropology**: materials, movements, lines. (cópia)

JACÓ-VILELA, A.; CEREZZO, A.; RODRIGUES, H.(Org.) **Fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. RJ: Relume Dumará, 2001, p.45-55.

_____. A Clínica de Orientação Infantil do IPUB: um olhar sobre a participação feminina na constituição dos saberes e práticas psi no Brasil.

JESUS, Matheus Gato. **Negro porém, republicano**. Investigações sobre a Trajetória Intelectual de Raul Astolfo Marques. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953. Depoimentos. SP: Escuta, 2001.

KNOBEL, Maurício. História da Psicanálise Infantil na Argentina: algumas contribuições. **Rev. Assoc. Psicanal.**, n. 40, p. 146-154, jan./jun. 2011.

KOFES, Suely. **História de Vida**: biografias e trajetórias. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 2004.

_____. **Uma Trajetória em Narrativas**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

LEITE, Dante Moreira. Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros. **Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP**, 119(3), 1950, 207-231.

LEJEUNE, Phillippe. **Le Pacte autobiographique**. Paris: Édition du Seuil, 1975.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Afro-Ásia**, 25-26 (2001), 281-312.

LIPPI, L. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LOMMITZ, Claudio e BOYER, Dominic. Intellectuals and Nationalism: Anthropological Engagements. **Annu. Rev. Anthropol.**, 34, 2005. p.105–20.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Depto. Ciência Política, IUPERJ: 1997.

_____. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**, n.35, dez., 2010.

_____. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, vol. 14, outubro, 1999.

MARCELINO, felix. As práticas político-pedagógicas da frente negra brasileira na cidade de são paulo. Puc/ sp

MARCUSSI, Alexandre. **Diagonais do Afeto: Teorias do Intercâmbio Cultural nos Estudos da Diáspora Africana**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

MATTOS, André Borges de. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. 2007. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2007.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. SP: Cosac & Naif, 2003.

MAUTNER, Anna. **Crônicas Científicas**. SP: Escuta, 1994.

MAUVIEL, Maurice. Le rôle de la psychologie dans l'entrecroisement des cultures. In: LABURTHE-TOLRA, Philippe.(Org.) **Roger Bastide ou le réjouissement de l'abîme**. Paris, L'Harmattan, 1994.

MCKEE, James. **Sociology and Race Problem: The Failure of a Perspective**. Chicago: University of Illinois Press, 1993.

MEDEIROS, Mário Augusto. A Descoberta do Insólito: **Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2000)** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

_____. Relações entre ativistas negros e sociólogos uspianos, anos 1950 e 1960. **ANais do II Seminário Nacional de Sociologia e Política**. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT07/Mario%20Augusto%20Medeiros%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MELLO, Antonio da Silva. **Estudos sobre o Negro**. RJ: José Olympio, 1958.

MELLONI, Maria Teresa. **O movimento psicanalítico no Brasil (1937-1959): efeitos de um processo de institucionalização**. 2009. Dissertação (Mestrado em

História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Ed.Sumaré: FAPESP, 2005.

_____. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999.

_____. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.5, vol. 2, 1987.

MITCHELL, Michael. ATITUDES RACIAIS: explorando possibilidades de comparação entre Brasil e Estados Unidos. **Caderno CRH**, v.15, n.36 (2002) <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=158>

_____. **Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil**. Indiana: Indiana University, 1977.

MIZRAHI, Mylene. O informal mas efetivo "racismo brasileiro": aparência, raça e classe na São Paulo da década de 1940. **Revista Estudos Feministas**, 2011, v.19, n.2, pp. 628-630.

MOKREJS, Elisabete. **A Psicanálise no Brasil: as origens do pensamento psicanalítico**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MORETZSOHN, Maria Ângela. TEPERMAN, Maria Helena Indig. KNOFF, Sonia. **Centenário de nascimento**. Virgínia Leone Bicudo (1910-2003). SP: 2010, 17p. (Impresso).

MORRIS, A. D. W.E.B. **Dubois and Robert E. Park**: Origins of the Sociology of Race. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association Annual Meeting, Hilton Atlanta and Atlanta Marriott Marquis, Atlanta, GA <Not Available>. 2013-07-24

MOURA, Clovis. **Imprensa negra**. Estudo crítico de Clóvis Moura. Imprensa Oficial.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**. São Paulo: UNESP, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André (Org.) **Cadernos PENESB**, v. 5, 2004.

MYRDAL, Gunnar. **An American Dilemma**. The Negro Problem and Modern Democracy. NY: Harper & Brothers Publishers: 1944.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. As Relações Raciais em Itapetininga. SP: Edusp, 1998.

_____. Vozes de Campos do Jordão. **Experiências Sociais e Psíquicas do Tuberculoso**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

NOSEK, Leopold. **Álbum de família**: Imagens, Fontes e Idéias da Psicanálise em São Paulo. São paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

NTARANGWI, Mwenda. **Reversed Gaze**. An African Ethnography of American Anthropology. Chicago, University of Illinois Press: 2010.

NUCCI, Priscila. **Odiseu e o Abismo**: Roger Bastide, as religiões de origem africana e as relações raciais no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, UNICAMP, 2006.

ODA, Ana Maria Galdini; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira Psiquiatria**, v. 22, n. 4, Dec. 2000.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira; Barreto, Paula Cristina da Silva. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol 25 no. 2, 2003.

OLIVEIRA, Gedeon José de. **A Resistência de Ébano**: uma abordagem da frente negra brasileira a partir do simbólico (1930). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2006.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de Submissão e Rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo: 2000.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. **Diálogos Brasileiros**: uma Análise da Obra de Roger Bastide. São Paulo: EDUSP, 2000.

PEREIRA, Cláudio. SANSONE, Lívio. **Projeto Unesco no Brasil**. Textos críticos. Salvador: EdUFBA, 2007.

PEREIRA, Isabela Oliveira. De Chicago a São Paulo: **Donald Pierson no mapa das Ciências Sociais (1930-1950)**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, 2013.

PEREIRA, João Baptista Borges. As relações entre a academia e a militância negra. In: BACELAR, Jeferson; Cardoso, Carlos (Orgs). **Brasil**: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas/ CEAO, 1999.

_____. Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. **Estudos Avançados**, 1994, vol.8, n.22, pp. 249-253.

_____. Estudos Antropológico e Sociológicos sobre o Negro no Brasil. In: SCHADEN, E. (Org.) **Introdução ao Estudo de Antropologia no Brasil**. I Seminário de Estudos Brasileiros. IEB/ USP, 1971. Pp.14-27.

PIERSON, D. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. Introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park. SP: Editora Nacional, 1971 [1945].

PINA CABRAL, João de. Recorrências antroponímicas lusófonas. **Etnográfica**, v.12, n.1, pp.237-262, 2008.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos**. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PUAR, Jasbir. 'I would rather be a cyborg than a goddess': Intersectionality, Assemblage, and Affective Politics. <http://eipcp.net/transversal/0811/puar/en>

QUEIROZ Júnior, Teófilo de. **Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira**. São Paulo, Ática, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Resenha da Obra: Bicudo, Virgínia Leone; Ginsberg, Aníela Meyer. Relações raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. SP: Anhembi, 1955. In: **O Estado de S. Paulo**. Suplemento Literário. SP, 15 mar., p. 2, 1958.

_____. Coletividades negras: ascensão socioeconômica dos negros no Brasil e em São Paulo, **Ciência e Cultura**, v.29, n.6, p.647-663, jun. 1977.

RAMOS, A. Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. RJ: Ed. UFRJ, 1995.

REED, Toure. **The Ideological Origins Of The Urban League**. Disponível em: http://www.uncpress.unc.edu/pdfs/SampleChapters/9780807832233_reed_not_ch1.pdf Acesso em: 20 mai. 2013.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia**: o projeto de “regeneração nacional” da liga brasileira de higiene mental (1920-1930). Campinas, 1994. Tese (Doutorado) – IFCH, UNICAMP. 1994.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **“Prescrições Médicas” contra os Males da Nação**: Diálogos de Franco da Rocha na construção das Ciências Sociais no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FCLAR, UNESP. 2010.

RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo. 2009.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.24, 2005.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um Educador de Outrora**. Sorocaba: Escolas Profissionais salesianas, s/d.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **A História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. **Dictionnaire de la psychanalyse**. Paris, Fayard, 1997.

SAGAWA, Roberto Yutaka. Amnésia e memória da Psicanálise no Brasil: os percursos dos psicanalistas pioneiros. **Anais X SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO**, Aracruz, 2004.

SANTOS, Alessandro dos; SCHUCMAN, Lia; MARTINS, Hildeberto. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia, Ciência e Profissão**, vol. 32, 2012, pp. 166-175.

SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL. Érico Vital. **Dicionário de mulheres negras no Brasil**. SP: Senac/ Redeh, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870 - 1930. SP: Cia. das Letras, 1993.

SEGURA-RAMIREZ, Hector. **Tiro no pé**: biopolítica, relações racializadas, academia e poder no Brasil, 1823-1955 / 1997-2006. Epistemologia do conhecimento (em rap menor). 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, 2006.

SHORE, Chris & NUGENT, Stephen (eds). **Elite cultures**: anthropological perspectives. ASA Monographs, n. 38. London: Routledge, 2002.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. 14(1) São Paulo Jan./June 2006.

SILVA, Maria Ivonilde de Souza e. **Um estudo sobre a obra de Virgínia Leone Bicudo**. São Paulo, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia e Ciência Política) – Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2004.

SILVA, Renato da. **Abandonados e delinquentes**: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado: O laboratório de biologia infantil (1935-1941). Dissertação (Mestrado em História da Saúde) – FIOCRUZ, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. RJ: Graal, 1983.

TELLES, Eduardo. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Disponível em: <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf> Acesso em jun. 2013.

TEPERMAN, Maria Helena Indig. KNOPF, Sônia. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. **Jornal de Psicanálise**, vol.44, n.80, pp. 65-77, 2011.

TRIGO, Maria Helena. Mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo, Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1991. p. 89-110.

TURNER, Caroline Sotello Viernes. Women of color in academe: living with multiple marginality. **The Journal of Higher Education**, v. 73, n.1, p. 74-93, jan./feb. 2002. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0022-1546%28200201%2F02%2973%3A1%3C74%3AWOCIAL%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Levi Strauss (1935-1938)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

VALLADARES, Carmem Lúcia. A Historiografia do movimento psicanalítico no Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. Ano V, n. 3, set/2002. V, 3, 144-153. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233018116010> Acesso em : maio 2012.

VALLADARES, Carmem Lúcia. Virgínia Leone Bicudo. **Mente e Cérebro**. n. 208, Maio 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, Apr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em> jun. 2013.

VASCONCELLOS, Maria da Penha. COSTA, Jaime Rodrigues. A fotografia como instrumento do trabalho do higienista (São Paulo, primeira metade do século XX) **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.13 n.2, Apr./June 2006.

VELHO, Léa; LEON, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, n.10, p. 309-344, 1998.

WILLEMS, Emílio. Racial Attitudes in Brazil. **The American Journal of Sociology**, v.54, n.5, mar., 1949. pp. 402-408.